



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *SENSU* EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

O papel dos movimentos sociais das pessoas com deficiência na efetivação de políticas educacionais de acesso ao ensino superior na UNIOESTE

IVÃ JOSÉ DE PÁDUA

CASCADEL - PR
2018



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *SENSU* EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

O papel dos movimentos sociais das pessoas com deficiência na efetivação de políticas educacionais de acesso ao ensino superior na UNIOESTE

IVÃ JOSÉ DE PÁDUA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: Educação, Políticas sociais e Estado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador(a): Prof^(a). Dr^(a) Isaura Mônica Souza Zanardini

CASCADEL - PR
2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Pádua, Ivã José de

O papel dos movimentos sociais das pessoas com deficiência na efetivação de políticas educacionais de acesso ao ensino superior na UNIOESTE / Ivã José de Pádua; orientador(a), Isaura Monica Souza Zanardini, 2018. 159 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

1. pessoas com deficiência. 2. movimentos sociais. 3. ensino superior. I. Zanardini, Isaura Monica Souza. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

IVÃ JOSÉ DE PADUA

O papel dos movimentos sociais das pessoas com deficiência na efetivação das políticas educacionais de acesso ao ensino superior na UNIOESTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa Educação, Políticas Sociais e Estado, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Isaura Monica Souza Zanardini

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Nérlí Nonato Ribeiro Mori

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Lucia Terezinha Zanato Tureck

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 30 de julho de 2018

DEDICATÓRIA

Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los: esta é a nossa principal tarefa e responsabilidade, como intelectuais e cidadãos engajados na luta e por transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e livre (GOHN, 1997, p. 20).

A todos os sujeitos que lutam para superar a sociedade capitalista, com praticas que coadunam com uma sociedade justa e igualitária.

A meus pais Neusa Terezinha de Pádua e Ivanelson Martins de Pádua, por acreditarem na minha formação educacional, apesar da minha deficiência visual. Aos meus irmãos Evandro Lucio Martins de Pádua e Vandrielle Lucia de Pádua pelo apoio.

A minha esposa, grande amiga e companheira, Cleuza Sebastiana Farias Santos de Pádua, que me incentivou para fazer o mestrado e teve paciência durante a caminhada da produção desta pesquisa. A minha filha Manuela Santos de Pádua, que mesmo sendo uma bebê, me ensinou o verdadeiro sentido da vida.

La perrita Sofia que me ensinou o verdadeiro sentido de uma amizade incondicional.

A Professora Lucia Terezinha Zanato Tureck, por ter contribuído no processo da minha alfabetização e sempre contribuindo na trajetória educacional.

A Patricia da Silva Zanetti que contribuiu disponibilizando vários materiais para esta pesquisa, me incentivou a fazer a prova do mestrado e após a aprovação, me ajudou na formatação dos textos que escrevi utilizando o sistema Dosvox.

A meus colegas de militância da Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual (ACADEVI), que por meio da organização coletiva e da luta pelos direitos deste seguimento social, aprende que só a organização dos trabalhadores pode alterar o atual modo societário de produção.

AGRADECIMENTOS

A professora Dra. Isaura Mônica Souza Zanardini - que me orientou na produção desta pesquisa, e nos momentos difíceis deste trabalho soube compreender meus limites e me indicou o caminho correto.

À Banca Examinadora, constituída pelas professoras Dra. Lucia Terezinha Zanato Tureck e pela professora Dra. Nerli Nonato Ribeiro Mori, que contribuíram para a qualidade deste trabalho.

Aos Professores e Colegas do PPGE - Mestrado em Educação, turma 2016/2018.

Aos colegas do PEE - Programa institucional de ações relativas às pessoas com necessidades especiais da UNIOESTE, campus de Cascavel pelo suporte na produção do material acessível.

A todos os meus amigos que estiveram ao meu lado nesses dois anos, me apoiando, me ouvindo, me incentivando e, acima de tudo, me subsidiando no processo de escrita da dissertação.

PÁDUA, Ivã José. O papel dos movimentos sociais das pessoas com deficiência na efetivação de políticas educacionais de acesso ao ensino superior na UNIOESTE

RESUMO

A presente pesquisa trata da criação do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE) da UNIOESTE e sua relação com os movimentos sociais. Temos como objetivo geral analisar a contribuição dos movimentos sociais organizados das pessoas com deficiência para o ingresso e permanência desses sujeitos no ensino superior, por meio do estudo das ações implementadas no PEE. Para tanto, realizamos pesquisa documental e bibliográfica que nos possibilitou compreender a contribuição dos movimentos sociais na criação do PEE. A pesquisa está estruturada em três seções. Na primeira, analisamos aspectos históricos dos diferentes modos de produção. No mundo primitivo, prevaleceram às práticas da eliminação natural, no modo de produção escravista, predominaram as práticas do extermínio ou do abandono, no modo de produção feudal, com o domínio da igreja, avançaram as práticas da caridade e da filantropia e no modo de produção capitalista, discutimos as grandes alterações na lógica da produção, com uma nova ordem econômica pautada na exclusão social. Na segunda seção da pesquisa, analisamos os movimentos sociais com o domínio do modo de produção capitalista, apontando os possíveis avanços e seus limites para a reprodução da atual ordem societária produtiva. Também elaboramos um histórico da educação brasileira das pessoas com deficiência, para compreender os movimentos sociais destes sujeitos. Posteriormente, pesquisamos o associativismo dos movimentos organizados das pessoas com deficiência, para, em seguida, analisar a história da ACADEVI e a sua contribuição na defesa dos direitos dos sujeitos com deficiência visual da região de Cascavel. Também discutimos a história da constituição do Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e as lutas travadas para manutenção e ampliação dos direitos deste segmento. Na terceira seção, estudamos a história das lutas da criação e consolidação da UNIOESTE, e, no bojo destas lutas, chegamos à criação do PEE. Podemos afirmar que os movimentos sociais das pessoas com deficiência tiveram um papel decisivo na criação e institucionalização do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE) da UNIOESTE.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa com deficiência; Movimentos sociais; Ensino superior.

PÁDUA, Ivã José. **The role of social movements in implementing educational policies for access to higher education at UNIOESTE.**

ABSTRACT

The present paper deals with the creation of the Institutional Program of actions related to people with special needs (PEE) of UNIOESTE and its relationship with social movements. We have as main objective to analyze the contribution of the organized social movements of people with disabilities to the admission and permanence of these subjects in higher education, through the study of actions implemented in the PEE. Therefore, we carried out documentary and bibliographic research that enabled us to understand the contribution of social movements in the creation of the PEE. The research is structured in three sections. In the first one, we analyze historical aspects of the different modes of production. In the primitive world, practices of natural selection prevailed; in the slave mode production, practices of extermination or abandonment; in the feudal production mode, dominated by the church, practices of charity and philanthropy advanced, and in the mode of capitalist production, we discuss the great changes in the logic of production, with a new economic order based on social exclusion. In the second section of the research, we analyze the social movements with the dominance of the capitalist mode of production, pointing out the possible advances and its limits for the reproduction of the current productive societal order. We also organized a history of the Brazilian education of people with disabilities, in order to better understand the social movements of these subjects. Subsequently, we researched the association of organized movements of people with disabilities, and then analyzed the history of ACADEVI and its contribution in defense of the rights of visual impairment people in Cascavel. We also discussed the history of the constitution of the municipal forum in defense of the rights of people with disabilities and the difficulties to maintain and expand the rights of this segment. In the third section, we study the history of the struggles to create and consolidate UNIOESTE, and, in the midst of these struggles, we came to the creation of the PEE. We can affirm that the social movements of people with disabilities played a decisive role in the creation and institutionalization of the institutional program of actions related to people with special needs (PEE) of UNIOESTE.

KEYWORDS: Disabled person; Social movements; Higher education.

LISTA DE SIGLAS

- ABDC - Associação Brasileira de desportos para cegos
- ABPCA - Associação Brasileira de professores cegos e Amblíopes
- ABREV - Associação Brasileira de educadores de deficientes visuais
- ACADEVI - Associação Cascavelense de deficientes visuais
- ACADEVI- Associação Cascavelense de pessoas com deficiência visual
- ACAS - Associação Cascavelense de amigos dos surdos
- ACIC- Associação comercial e industrial de Cascavel
- ADEFICA - Associação dos deficientes físicos de Cascavel
- ADUC - Associação dos docentes universitários de Cascavel
- AEE - Atendimento em educação especial
- AFUVEL - Associação dos funcionários da UNIOESTE Cascavel
- APADEVI - Associação de pais e amigos dos deficientes visuais
- APAE - Associação de pais e amigos dos Excepcionais
- APOFILAB - Associação dos portadores de fissura lábio palatal de Cascavel
- APPIS - Assessoria de Políticas Públicas e de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência
- ASSORPE - a Associação dos Representantes dos Programas e Entidades de e para Pessoas com Deficiência
- CAEDV - Centro de atendimento especializado para deficientes visuais
- CAP - Centro de apoio pedagógico à pessoa com deficiência visual
- CAS - Centro de apoio aos surdos
- CBEC - Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos
- CCTT- Companhia Cascavelense de transporte e tráfego
- CEACRI - Centro de atendimento especializado a criança
- CECA - Centro de educação, comunicação e artes
- CEE - Conselho estadual de educação
- CENESP - Centro Nacional de Educação Especial
- CEPE - Conselho de ensino, pesquisa e extensão
- CNE - Conselho nacional de educação
- CORDE - Coordenadoria Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência
- CRAPE - Centro Regional de Apoio Pedagógico Especializado

CVI - Centro de vida independente
DCE - Diretório central dos estudantes
FACIBEL - Faculdade municipal de Francisco Beltrão
FACIMAR - Faculdade de ciências humanas
FACISA - Faculdade de ciências sociais aplicadas
FACITOL - Faculdade de ciências humanas
FEBEC - Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos
FECIVEL - Faculdade de educação, ciências e letras de Cascavel
FENEIDA - Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo
FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FORUM - Fórum municipal em defesa dos direitos das pessoas com deficiência de Cascavel
FSM - Fórum social mundial
FUNIOESTE - Fundação universidade estadual do Oeste do Paraná
FUOP - Fundação universidade Oeste do Paraná
HUOP - Hospital universitário do Oeste do Paraná
IBC - instituto Benjamin Constant
IFES- Instituições federais de educação superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES - Instituto nacional de educação de surdos
IPC - Instituto Paranaense de cegos
LDBEN - Lei de diretrizes e base da educação nacional
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
MEC - Ministério da educação
MST - Movimento dos trabalhadores sem terra
MVI - Movimento de vida independente
NID-PPD - Núcleo de Iniciação Esportiva para Pessoa Portadora de Deficiência de Esporte
NRE - Núcleo regional de educação
ONCB - Organização nacional dos cegos do Brasil
ONEDEF - Organização nacional das entidades de deficientes físicos
ONU - Organização das nações unidas
PDE - Plano de desenvolvimento da educação

PEE - Programa de ações relativas às pessoas com necessidades especiais da UNIOESTE

SBPC - Sociedade beneficente dos paraplégicos de Cascavel

SEASO - Secretaria de ação social

SEED - Secretaria de estado da educação

SEESP - Secretaria de educação especial

SETA- Secretaria de estado do trabalho e ação social

SINE - Sistema nacional de emprego

SINTEOESTE - Sindicato dos trabalhadores em estabelecimentos do ensino superior do Oeste do Paraná

SURDOVEL - Associação dos surdos de Cascavel

UBC - União Brasileira de cegos

UCC- União Cascavelense de cegos

UNIOESTE - Universidade estadual do Oeste do Paraná

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
SEÇÃO 1 - AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS DIFERENTES MODOS DE PRODUÇÃO.....	26
1.1 - AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO PRIMITIVO E A PRÁTICA DA ELIMINAÇÃO NATURAL.....	26
1.2 - AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA E A PRÁTICA DO EXTERMÍNIO E DO ABANDONO.....	30
1.3 - AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL: DA CARIDADE À INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	34
1.4 - AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: UMA NOVA ORDEM ECONÔMICA PAUTADA NA EXCLUSÃO SOCIAL.....	37
SEÇÃO 2 - A HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O ASSOCIATIVISMO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	43
2.1 - O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	43
2.2 - A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: DA SEGREGAÇÃO A INCLUSÃO.....	53
2.3 - DO ASSOCIATIVISMO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	66
2.4 - A HISTÓRIA DA ACADEVI: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A LUTA DOS SUJEITOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA DEFESA DE SEUS DIREITOS.....	79
2.5 - A HISTÓRIA DA CONSTITUIÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL EM DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS LUTAS.....	93
SEÇÃO 3 - A HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE E DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AÇÕES RELATIVAS ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS – PEE.....	106
3.1 A HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE.....	106
3.2 A LUTA PARA A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AÇÕES RELATIVAS ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DA UNIOESTE.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	151

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende contribuir para o debate sobre os fatores que levaram à constituição do Programa Institucional de Ações relativas às Pessoas com Necessidades Especiais - PEE - da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), bem como o trabalho que vem sendo realizado por ele, gestado a partir da intervenção direta dos movimentos sociais das pessoas com deficiência. Foi criado pela Resolução n.º 323/97 - CEPE, e regulamentado, normatizando sua estrutura e organização, pela Resolução n.º 319/2005 - CEPE, alterada pela resolução 209/2016-CEPE, tendo como objetivo contribuir no processo de socialização do saber sistematizado, indispensável para que a pessoa possa ver, compreender e se posicionar diante da realidade como sujeito. Esta possibilidade, para o conjunto das pessoas com deficiência é compreendida a partir do pressuposto de que "as funções particulares podem representar um desvio considerável da norma e, não obstante, a personalidade ou organismo em geral podem ser totalmente normais" (STERN *apud* VIGOTSKI, 1997, p. 84).

A minha estreita relação com os movimentos sociais das pessoas com deficiência contribuiu para a realização desta pesquisa. Sempre estudei em escola e universidade públicas, junto com os alunos sem qualquer deficiência. Iniciei minha militância nos movimentos sociais na Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual (ACADEVI) em 1995. Na graduação, também participei do movimento estudantil, onde fui presidente do Centro Acadêmico do Curso de Ciências Sociais. Posteriormente, após ter sido aprovado no concurso público da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, passei a militar no Sindicato da categoria (a partir de 2003).

Constitui-se como nosso objetivo central: analisar a contribuição dos movimentos sociais para o ingresso e permanência no ensino superior das pessoas com deficiência, por meio do estudo das ações implementadas para as pessoas com deficiência visual pelo Programa Institucional de Ações relativas às Pessoas com Necessidades Especiais, da UNIOESTE. Como objetivos específicos: a) realizar um breve histórico a respeito do tratamento das pessoas com deficiência visual nas sociedades de classes; b) analisar a relação dos movimentos sociais com o modo de produção capitalista; c) recuperar o papel e a ação dos movimentos sociais na

constituição de condições para o acesso da pessoa com deficiência visual à educação, d) analisar o percurso da Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual (ACADEVI) e as suas intervenções para garantir o processo de ingresso e permanência das pessoas com deficiência visual na UNIOESTE; e o quanto estas lutas contribuíram para explicitar a necessidade de criação do Programa Institucional de Ações relativas às Pessoas com Necessidades Especiais e; e) refletir acerca da trajetória do Programa Institucional de Ações relativas às Pessoas com Necessidades Especiais da UNIOESTE, no que diz respeito ao atendimento das pessoas com deficiência visual.

O Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE) nasceu a partir da luta organizada dos movimentos sociais das pessoas com deficiência.

No que diz respeito ao ingresso de acadêmicos cegos e com baixa visão na UNIOESTE é preciso considerar que demandou ações para garantir a adaptação dos textos que esses alunos tinham que ler para acompanhar as aulas e conseqüentemente, se apropriarem dos conhecimentos, da mesma forma que os demais alunos. Para atender tal demanda, a criação do PEE foi fundamental. Entretanto, foram necessárias mobilizações do movimento organizado das pessoas com deficiência, pois objetivamente as necessidades dos acadêmicos, inicialmente, foram desconsideradas pela universidade.

O termo adotado para nos referirmos aos sujeitos com alguma deficiência nesta pesquisa é “pessoas com deficiência”. O sujeito se caracteriza por vários atributos, e a sua deficiência é um destes. Atualmente, muitas terminologias ainda são utilizadas, como excepcionais, pessoas com necessidades especiais, pessoas com diversidade funcional, portadores de deficiência, pessoa deficiente, ou simplesmente deficiente, ou seja, todas estas terminologias utilizadas contribuem ainda mais para que haja uma confusão social, quanto as potencialidades dos sujeitos com alguma deficiência, pois não apenas a história e os homens são móveis, os termos também o são.

Sobre os termos citados, excepcionais tem sido utilizado basicamente na literatura norte-americana e, a nosso ver, traz novamente à tona a ideia do não usual, do distinto e do diferente. O termo pessoas com necessidades especiais utilizado na Declaração de Salamanca de 1994, não é específico a condição de deficiência e, por tudo querer englobar, sobre nada distingue, perdendo qualquer

possibilidade de contribuir para a luta política. Raciocínio semelhante pode ser utilizado ao termo pessoas com diversidade funcional. Também não se utiliza mais pessoas portadoras de deficiência, uma vez que existe um consenso de que a pessoa não porta sua deficiência, mas tem uma deficiência. O emprego do verbo portar não pode ser aplicado para descrever uma condição inata ou adquirida dos sujeitos. Jamais dizemos que uma pessoa é portadora de olhos azuis, cabelos loiros e pele branca. O sujeito tem olhos azuis, é loiro e branco. Apenas portamos algo que em determinado momento podemos deixar de portar, seja de uma forma deliberada ou casual, o que não se pode fazer com a deficiência. Ninguém deixa de ser cego ao esquecer/perder/deixar sua cegueira. A deficiência é parte integrante [do sujeito], não pode ser retirada voluntariamente. Quanto ao termo deficiente, este se refere a pessoa como se fosse somente a deficiência, desconsiderando o todo do sujeito.

Os movimentos sociais nascem para enfrentar a brutal desigualdade produzida pelo modo de produção capitalista, a partir da revolução industrial, onde a partir do século XIX e início do século XX, ocorreram diversas transformações nas relações de produção, provocando grandes alterações na forma de produzir a vida dos sujeitos, sobretudo dos que viviam do trabalho no campo ou do artesanato (HUBERMAN, 1981).

Ainda na Idade Média havia diversas classes, como senhores feudais, vassallos, mestres, oficiais, servos, e, em cada uma destas classes, existiam diferentes graduações. Já a partir do surgimento das primeiras cidades e da alteração da estrutura produtiva, que culminou na consolidação da indústria, esse formato foi alterado: "A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado" (MARX e ENGELS, 2001, p. 10). Tal fato é resultado do desenvolvimento do capitalismo, sistema em que os burgueses são os detentores dos meios de produção e se apropriam da força do trabalho dos operários. Assim, os proletários são os trabalhadores assalariados que, desprovidos dos meios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver.

O desenvolvimento tecnológico nessa época de grandes transformações era bastante rudimentar, a produção era predominantemente rural e artesanal. Os servos trabalhavam no campo para produzir os meios de subsistência, enquanto os artesãos produziam os demais bens necessários, tais como roupas, calçados e ferramentas.

A principal forma de organização existente na época eram as corporações de ofício (associações que organizavam as atividades artesanais), que começaram a aparecer para regular o trabalho dos artesãos que vinham para as cidades exercer sua profissão, regulando os preços e a qualidade das mercadorias.

Portanto, em meio às contradições existentes no feudalismo, foram gestadas as condições para o surgimento de um novo modo de produção: o capitalista. Isso se deu em decorrência da crescente expansão do comércio, das conquistas de novos territórios, do desenvolvimento de novas tecnologias, culminando na industrialização. O eixo econômico deslocou-se do campo para a cidade, assim o trabalho servil cedeu lugar ao trabalho assalariado. (HUBERMAN, 1981)

A expansão do mercado exigiu um aumento na produção das mercadorias, de forma que as corporações do período feudal foram substituídas pelas manufaturas. O comércio continuava se expandindo, os meios tecnológicos para o aumento da produção continuavam se desenvolvendo e a manufatura em pouco tempo também deixou de ser suficiente, ou seja, esta conjuntura criou condições para o avanço da ciência e o desenvolvimento de novas tecnologias capazes de suprir inclusive a demanda crescente de consumo ampliada com a expansão das fronteiras comerciais.

Nesse momento, passou-se a verificar a transformação das ferramentas de trabalho no sentido de torná-las mais adequadas ao processo produtivo que se revolucionava, marca que passou a ser seu espírito mais evidente: a necessidade contínua de revolucionar esse processo com vistas a potencializar ao máximo a jornada de trabalho do operário. As máquinas, consubstanciadas pela própria energia extraída dos trabalhadores, com o advento da extração em minas de matéria-prima capaz de se transformar em energia motriz (carvão), exigiram a necessidade do movimento, de o operário acompanhar a velocidade da maquinaria, revolucionaram por completo as relações de trabalho, elevando o modo de produção artesanal ao sistema fabril. Essas transformações econômicas, acompanhadas por um notável avanço tecnológico, é o que se chama de Revolução Industrial. (HUBERMAN, 1981)

O surgimento de várias indústrias e multinacionais no século XX propiciou maior qualidade nas forças de produção, e, com isso, se expandiu ainda mais a produção em série e explodiu a sociedade de consumo de massas. Avançaram também a indústria química e eletrônica, a engenharia genética e a robótica. O

modo de produção capitalista montou, assim, todo um metabolismo ávido por todo o suor dos trabalhadores:

Deste imundo esgoto jorra a maior corrente de actividade humana para fertilizar todo o mundo. Desta suja sarjeta corre ouro puro. Aqui a humanidade atinge o seu mais absoluto desenvolvimento e o auge da brutalidade, aqui a civilização opera os seus milagres e o homem civilizado quase se torna um selvagem (TOQUEVILLE *apud* HOBBSAWN, 1987, p. 35).

Desta forma, o capitalismo no século XX, hegemônico pelo capital financeiro global, imprime um padrão de acumulação caracterizado pela privatização, pela desregulamentação, flexibilização e pela ideologia do Estado mínimo, objetivando minimizar os custos e maximizar os lucros dos detentores dos meios de produção.

O aprofundamento das relações de exploração provocou o aumento das desigualdades sociais, gerando contingentes cada vez maiores de excluídos e de marginalizados, tendo como resultado desse processo o aumento do desemprego, a redução dos salários e dos direitos trabalhistas e o aumento da exploração de toda a classe trabalhadora.

O movimento organizado das pessoas com deficiência, em meados do século XX, em uma conjuntura marcada pelo fortalecimento das lutas contra as práticas preconceituosas e discriminatórias, como as de gênero e de raça, começa a se colocar no cenário político internacional, buscando romper com as práticas e com as concepções segregativas e a adoção de medidas favoráveis à sua inclusão nos espaços e atividades sociais. Nos últimos anos, estas e outras reivindicações passaram a fazer parte de propostas resultantes de conferências, de congressos e de seminários internacionais organizados pelas entidades das pessoas com deficiência, como as Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2006 e 2008), a Convenção Internacional da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006). Nestas propostas, encontramos um conjunto de princípios que vêm sendo discutidos como um instrumento a serviço da luta pela superação das práticas excludentes, denominado de inclusão social.

No que se refere às pessoas com deficiência, a proposta inclusiva preconiza a superação dos tradicionais procedimentos do extermínio ou abandono, da institucionalização e da integração, estes dois

últimos, ainda muito presentes em relação à imensa maioria desse segmento, principalmente, dos pertencentes à classe trabalhadora (CARVALHO, 2009, p. 11).

Ou seja, a grande maioria das propostas exige dos governantes o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência à igualdade de oportunidades e de participação na sociedade, por meio da aprovação e implementação de leis que garantam seus direitos com igualdade na sociedade. Ou seja, "não é a pessoa que se deve ajustar ao meio, é a sociedade que deve garantir os suportes necessários para que todos possam usufruir da vida em comunidade" (CARVALHO, 2009, p. 12).

Outro elemento importante para a luta das pessoas com deficiência se encontra nos dados que indicam que o contingente desses marginalizados corresponde a uma média aproximada de um décimo da população de todos os países e que a grande maioria deles vive em extrema pobreza. Segundo documentos internacionais, como a Declaração de Quito, (2003), por exemplo, cerca de 10% da população mundial possui algum tipo de deficiência, ou seja, aproximadamente 600 milhões de habitantes de todo o mundo, "[...] a maioria dos quais afundada em situação de pobreza" (DECLARAÇÃO DE QUITO, 2003, p. 2). Esta situação de pobreza encontra-se mais agravada nos países periféricos, como é o caso do Brasil, onde os recursos destinados para a implementação de políticas públicas são insuficientes para garantir condições minimamente satisfatórias para estes sujeitos.

É importante destacar que a defesa científica do rompimento do segregacionismo relativo às pessoas com deficiência não surgiu com o estabelecimento da proposta inclusiva, pois esta já fazia parte da Psicologia Histórico-Cultural. Mais de 50 anos antes do surgimento da proposta de inclusão social, o russo Lev Semionovitch Vigotski, um dos principais fundadores da Psicologia Histórico-Cultural, já denunciava o fracasso dos procedimentos segregativos relativos ao processo de aprendizagem e desenvolvimento das pessoas com deficiência. Em relação à escola especial, o teórico russo afirmava que ela:

[...] cria um mundo pequeno, separado e isolado, no qual tudo está adaptado e acomodado ao defeito da criança, tudo fixa sua atenção na deficiência corporal e não a incorpora à verdadeira vida. Nossa

escola especial, em lugar de tirar a criança do mundo isolado, desenvolve geralmente nesta criança hábitos que a levam a um isolamento ainda maior e intensifica a sua segregação. Devido a esses defeitos não somente se paralisa a educação geral da criança, senão também sua aprendizagem especial às vezes se reduz a zero (VIGOTSKI, 1997, p. 41-42).

Desta forma, afirmamos que a defesa da necessidade de superação dos procedimentos segregativos relativos às pessoas com deficiência é um ponto comum entre a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural e a proposta de inclusão social, concepção esta, construída nas primeiras décadas na primeira experiência socialista na União Soviética, que entende que as pessoas com deficiência devem receber o mesmo suporte que todos, para que igualmente possam usufruir das mesmas oportunidades oferecidas por uma formação societária marcada por um modo de produção que tenha como essência a busca por uma igualdade real. "Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos" (MARX e ENGELS, 2001, p. 39).

O pressuposto que acompanha nossa análise é de que a proposta de inclusão social no modo de produção capitalista, por não propor o combate aos principais problemas historicamente vivenciados pelas pessoas com deficiência, contribui para o ocultamento destes, amenizando o enfrentamento entre as classes.

A perspectiva teórica adotada nesta pesquisa contrapõe-se às abordagens dos métodos positivistas, fenomenológicos e idealistas, que ideologicamente tem predominado na análise das históricas condições de existência da classe oprimida e, conseqüentemente, das pessoas com deficiência, utilizando-se de todos os aparatos da classe dominante para conservar o atual modo de produção capitalista.

O desenvolvimento desta pesquisa é norteado pelo entendimento de que as necessidades e as possibilidades de existência dos homens são determinadas historicamente a partir da materialidade presente em um período histórico em uma dada organização societária. É a partir desta perspectiva que pretendemos por meio da recuperação histórica do PEE, e das relações que o cercam, compreender o processo que constituiu a condição de existência das pessoas com deficiência, suas características intrínsecas e necessidades de sobrevivência em um modo de produção marcado pela competição e desigualdade.

Para Marx e Engels, o que os homens são "[...] coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção" (MARX e ENGELS, 1984, p. 27-28). Não obstante, para enfrentar estes condicionantes históricos, as pessoas com deficiência se organizaram em movimentos sociais para lutar pelo ingresso no mercado de trabalho e o acesso à educação formal, sendo um instrumento importante para que estes sujeitos garantam ao menos o direito de serem explorados pelos detentores dos meios de produção, neste atual modo societário de produção.

O mundo primitivo e os diferentes modos de produção, cada um em seu período histórico, adotaram diferentes práticas e concepções em relação às pessoas com deficiência. Estas práticas e concepções passam pela eliminação, exclusão, institucionalização/segregação, filantropia, integração e inclusão, não deixando de considerar que estas são produções construídas a partir de condicionantes presentes em diferentes momentos históricos (SILVEIRA BUENO, 1993).

Marx (1989) também formulou sua contribuição teórica sobre os limites condicionantes que os sujeitos têm diante de uma organização societária.

[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social (MARX, 1989, p. 28).

A partir desses pressupostos, entendendo o homem como uma síntese histórica com múltiplos determinantes, é que desenvolvemos esta pesquisa utilizando como base fontes bibliográficas e documentais. Como fontes bibliográficas utilizamos particularmente as fontes que tratam da história e dos movimentos sociais, ponderando seus limites dentro do modo de produção capitalista. A partir desta análise, temos condições de pesquisar as entidades representativas de e para as pessoas com deficiência, o Fórum destas entidades no município de Cascavel, a Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual (ACADEVI), e estudar com maior profundidade a relação destas entidades com a história e o trabalho

desenvolvido pelo Programa Institucional de Ações relativas às Pessoas com Necessidades Especiais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - PEE.

São consultados documentos de conferências, congressos, seminários e tratados internacionais e legislações que fundamentam a participação dos sujeitos com deficiência nos movimentos sociais, e ainda, memórias de reuniões e relatórios, a fim de buscar compreender os condicionantes do surgimento do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais da UNIOESTE. Além dessas, são utilizadas outras fontes com o intuito de fundamentar teoricamente os limites do modo de produção capitalista, quanto ao entendimento sobre os princípios da igualdade de oportunidades, do respeito às diferenças e da valorização das ações individuais, práticas estas incentivadas pela classe dominante, que busca conservar a dominação da maioria sobre a minoria. Utilizamos para sustentar nossa análise, dentre outros, os seguintes autores: SILVA (1986), PESSOTI (1984), CARVALHO (2009), HARNECKER (1986), BIANCHETTI (1998), MARX (1984, 1989, 1996 e 2001), e SILVEIRA BUNENO (2002).

Esta pesquisa está organizada em seções, com subseções quando necessário.

Na primeira seção busca-se fazer uma análise a respeito dos fatores que, ao longo da história da humanidade, têm sido decisivos no processo de eliminação/exclusão das pessoas com deficiência em diferentes períodos, em especial no mundo primitivo, nos modos de produção escravista, feudal e capitalista. Nesse percurso histórico, são apontadas as principais práticas de eliminação/exclusão, produzidas pela humanidade em relação a esse segmento. A primeira pode ser definida como sendo a prática do extermínio. Posteriormente as práticas do abandono, da exclusão, institucionalização, integração e por último abordamos a prática da inclusão.

Com a finalidade de melhor organizar a exposição desta seção, dividimos em quatro subseções. A primeira subseção é dedicada ao estudo das práticas de eliminação desenvolvidas pelos povos primitivos sobre as pessoas com deficiência, tanto os que se constituíram nos primórdios históricos e os enfrentamentos dos homens da época com a natureza, na luta pela sua sobrevivência. Analisando as informações disponíveis é possível verificar as tendências que predominaram neste período histórico, sendo que a principal tendência que perdurou por todo esse período foi a pautada em práticas de eliminação, extermínio e abandono.

Na segunda subseção, buscamos compreender quais foram as condições de existência das pessoas com deficiência no modo de produção escravista. Nessa sociedade de classe, podemos verificar por um determinado período a continuidade das práticas da eliminação/exterminio ou do abandono dos considerados incapazes, principalmente para o trabalho. No final desse modo de produção começaram a surgir as primeiras instituições voltadas para estes incapazes, para dar conta da sua subsistência.

A terceira subseção encontra-se centrada no estudo da situação das pessoas com deficiência no modo de produção feudal, onde se destaca a expansão da prática da institucionalização, a condenação moral da prática da eliminação de pessoas com deficiência e a generalização da concepção mística a respeito da existência desse segmento. Não obstante, procuramos elementos contributivos para explicar principalmente a não existência de uma prática de exterminio de pessoas com deficiência, como as que haviam ocorrido no mundo primitivo e no modo de produção escravista.

Na quarta subseção, tendo como objeto de estudo as pessoas com deficiência no modo de produção capitalista, são analisadas as características deste modo de produção e sua relação com a produção da existência deste segmento. A antagônica divisão entre duas classes do atual modo societário de produção, e a consequente exclusão deste segmento, são elementos norteadores desta análise.

A segunda seção, organizada em quatro subseções, é dedicada à análise do papel e dos limites que os movimentos sociais têm no modo de produção capitalista. Trata também da importância do associativismo das pessoas com deficiência, construído pelas entidades representativas do segmento ou a unificação destas, objetivando o fortalecimento da luta para ampliar as conquistas.

Na primeira subseção, discutimos o papel e os limites que os movimentos sociais têm na estrutura produtiva do atual modo societário de produção. A contribuição em algumas conquistas garantidas por meio da luta destes movimentos se torna cada vez mais necessária, de outra forma, tais lutas não contribuem para alteração da estrutura produtiva do modo de produção dominante, e consequentemente contribuem para sua conservação.

Na segunda subseção, discutimos a história da educação especial brasileira das pessoas com deficiência visual. Nesta subseção, podemos destacar o período da promulgação da Constituição Imperial de 1824, passando pela fundação (em

1854, na Cidade do Rio de Janeiro) do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atualmente Instituto Benjamim Constant); a fundação de vários outros institutos nas capitais do país, a luta nas décadas de 40 e 50 das pessoas cegas para terem o direito de estudar no ensino regular; o estabelecimento, pelo Ministério da Educação e Cultura, no ano de 1973, de um órgão central responsável pelo atendimento aos excepcionais no Brasil, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) e as lutas travadas por este segmento para garantir o acesso à educação formal, culminando com os avanços na aprovação da Constituição Federal de 1988. Posteriormente, tratamos da expansão das legislações que ampliaram os direitos deste segmento, como portarias e leis que garantiram o acesso destes sujeitos nas universidades.

Na terceira subseção, abordamos o associativismo das pessoas com deficiência e, posteriormente, apresentamos as lutas desencadeadas pelas entidades de e para pessoas com deficiência visual. Seus diferentes modelos de organização, ou seja, entidades que se utilizam da caridade, filantropia, expondo a pessoa cega e com baixa visão para tirar proveito desta exposição e entidades que lutam para garantir direitos e contribuir na formação crítica do sujeito com deficiência, propiciando, durante as lutas, um aprendizado com o qual deixem de ser objeto da história e se tornem agentes capazes de contribuir na transformação de um determinado período histórico.

Na quarta subseção, tratamos do percurso histórico trilhado pela Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual (ACADEVI). Tratamos dos debates travados para as alterações de concepção de entidade, na luta para garantir o acesso à educação formal dos seus associados e nas demais lutas em que a Associação atuou em defesa de direitos, o que qualificou estes sujeitos para participarem ativamente de outros movimentos sociais pertencentes à classe explorada. Dentre estas lutas, podemos indicar a participação na composição do projeto que veio a se constituir como o PEE.

Na quinta subseção, discutimos a união das entidades de e para pessoas com deficiência no município de Cascavel, Paraná, com objetivo de fortalecer a luta para manter e ampliar os direitos das pessoas com deficiência. Para tanto, foi constituído o Fórum Municipal de defesa de direitos das pessoas com deficiência, a partir de uma clara necessidade de unificar as ações das entidades, programas e serviços, para propor a execução de políticas públicas em todas as esferas do poder

público municipal para este segmento. Tratamos do percurso de constituição do Fórum dada a relevância que teve para a criação do PEE.

Na terceira seção, discutimos sobre a história da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e aprofundamos as discussões sobre o Programa Institucional de Ações relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE).

Na primeira subseção, tratamos da história das lutas para a criação e consolidação da UNIOESTE. A sociedade civil da região Oeste do Estado do Paraná se organizou para trazer uma universidade pública para a região. Mesmo com os crescentes ataques orquestrados pelo governo estadual, materializado por meio de cortes no seu orçamento, a ausência de concurso público para agentes universitários e docentes, a UNIOESTE historicamente vem garantido sua sobrevivência por meio das lutas travadas pela comunidade acadêmica. Partimos do pressuposto de que esta marca de luta também esteve presente na composição e criação do PEE, é por este fato que tratamos no texto da história da UNIOESTE.

Na segunda subseção, apresentamos a história e a constituição do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PEE - UNIOESTE), que foi gestado a partir das lutas desencadeadas pelos movimentos organizados das pessoas com deficiência. O PEE teve um papel fundamental na formação crítica de muitos acadêmicos que passaram pela UNIOESTE. Além de garantir os materiais adaptados, necessários para a formação dos acadêmicos, os membros deste programa apresentaram vários resumos expandidos e artigos em eventos nacionais e internacionais, escrevendo sobre o papel deste Programa na formação dos acadêmicos regularmente matriculados na universidade. Por meio deste Programa, vários cursos de extensão foram realizados em parceria com outras instituições, aproximando a comunidade externa da universidade. Destaca-se ainda a constituição de grupos de pesquisa, que após muito trabalho, resultou na publicação de vários livros com artigos de seus membros, e a tradução de obra que contribuiu para os avanços na pesquisa dos estudos sobre a educação especial no Brasil¹.

A partir destas reflexões pretende-se contribuir com o rompimento das tradicionais práticas e concepções excludentes produzidas pela humanidade em

¹ Os membros do programa institucional de ações relativas às pessoas com necessidades especiais (PEE), traduziram coletivamente do espanhol para o português sete artigos do livro Fundamentos de Defectologia, do autor Lev Semiovichi Vigotski. A obra traduzida, atualmente se encontra na editora da universidade para publicação.

relação as pessoas com deficiência visual, que ainda hoje continuam se opondo à adoção de procedimentos includentes.

Ao concluir essa introdução, esclarecemos que nossa proposição de estudo constitui-se principalmente a partir da preocupação em mostrar a contribuição dos movimentos sociais para a inserção das pessoas com deficiência na educação formal, de modo particular, o ensino superior. A análise do PEE se faz necessária para compreender os avanços que este segmento vem conquistando a partir de suas lutas, buscando a manutenção e ampliação de seus direitos.

SEÇÃO 1 - AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS DIFERENTES MODOS DE PRODUÇÃO

1.1 - AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO PRIMITIVO E A PRÁTICA DA ELIMINAÇÃO NATURAL

O mundo primitivo se constituiu no maior período histórico da humanidade. Neste período, os homens viviam em grupos nômades, moravam em cavernas e garantiam sua subsistência material se alimentando da caça e da pesca. Estes grupos viviam em comunidades, produzindo e consumindo coletivamente o que necessitavam para sobreviver. Desta forma, os homens por meio do trabalho, tentavam dominar a natureza para garantir sua existência.

En época del comunismo primitivo, cuando loa instrumentos eran muy rústicos, cuando las herramientas de piedra y el arco y la flecha no permitían luchar aisladamente contra las fuerzas de la naturaleza y contra las bestias feroces, los hombres se veían obligados a trabajar en común. El trabajo en común condujo a la propiedad en común de los instrumentos de producción así como de los productos. Allí no existían relaciones de explotación sino relaciones de colaboración recíproca entre los hombres (HARNECKER, 1986, p. 22).

Com as dificuldades existentes nesse período, para que cada sujeito pudesse sobreviver era indispensável que cada um estivesse em condições de produzir seus meios de vida e auxiliar os demais membros do grupo a fazer o mesmo e, ainda, não apresentar nenhum problema físico para se livrar dos perigos impostos pela natureza.

Neste período, a luta pela sobrevivência era intensa. Os homens estavam em permanente contato com a natureza, sendo extremamente difícil para um cego sobreviver, pois além de ser uma presa fácil para os animais, pouco podia contribuir com a produção dos meios de vida necessários para a manutenção do grupo (PÁDUA, 2005, p. 05).

Considerando a bibliografia utilizada nesta pesquisa, quanto as informações disponíveis sobre as condições de existência dos homens em todo o período histórico do mundo primitivo, é possível verificar duas formas de tratamento dos

sujeitos com algum tipo de deficiência. Uma que foi praticada em todo esse período, marcada pelo abandono, pela segregação e pelo extermínio. A outra, que existiu em algumas comunidades sedentarizadas, caracterizada por atitudes de aceitação, de apoio e de assimilação destes sujeitos.

Um exemplo das principais práticas de abandono, de segregação e de extermínio dos sujeitos com algum tipo de deficiência, pode ser encontrado nos estudos a respeito dos índios Chiricoas, onde os integrantes desse povo habitavam as matas colombianas e mudavam-se com facilidade ou de acordo com as exigências de sobrevivência do grupo (CARVALHO, 2009). Além desta tribo, podemos encontrar outras tribos do Caribe antigo, abandonando pessoas muito idosas ou incapacitadas por doenças ou por mutilações por ocasião de suas mudanças. Cada membro da comunidade carrega tudo o que pode levar e transportar pela selva e que é considerado como estritamente necessário.

[...] diante das enormes dificuldades que os povos mais primitivos possuíam para obter seus meios de vida, os procedimentos de abandono, de segregação e de extermínio ocorriam em função de razões presentes na materialidade em que se encontravam, ou seja, essas práticas em relação às pessoas com deficiência independiam da vontade dos seres humanos e se faziam necessárias por questão de sobrevivência dos demais membros do grupo (CARVALHO, 2009, p. 25-26).

Em relação aos povos primitivos que adotavam a prática de aceitação dos sujeitos com algum tipo de deficiência, considerando os escritos de Silva (1986, p. 40-42), podem ser destacados, dentre outros, os Aonas, que ainda hoje residem à beira do lago salgado de Rudolf, no Quênia, numa ilha conhecida como Elmolo; os Azandes, povo que ainda é muito primitivo e habita as florestas situadas entre o sul do Sudão e o Congo; os Ashantis, que habitam a parte sul de Gana, a oeste da África e totalizam mais de um milhão de pessoas; e os Dahomeys, que se localizam na África Ocidental. Não obstante, as justificativas por parte desses povos para a aceitação das pessoas com deficiência, na sua maioria estavam amparadas nos argumentos místicos.

Um dos elementos mais relevantes a ser considerado no mundo primitivo sobre os sujeitos com algum tipo de deficiência, que merece algumas considerações, reside no dualismo de tratamento a que foram submetidos estes sujeitos, o que pode ser verificado ao comparar as práticas de alguns povos que já

viviam de forma sedentarizada. Embora na análise de alguns pesquisadores², as explicações para as práticas marcadas pelo abandono, pela segregação e pelo extermínio das pessoas com deficiência e as práticas caracterizadas por atitudes de aceitação, estejam sempre centradas em argumentos místicos, ao se analisar alguns fatos concretos na realidade vivenciada por aquelas comunidades, é possível encontrar razões naquela materialidade que expliquem tais procedimentos, como exposto:

[...] na maior parte desse período, os homens viviam no nomadismo, o que colocava para cada membro do agrupamento a necessidade de ser capaz de garantir sua sobrevivência num mundo selvagem. Diante dessa realidade, não havia condições objetivas que permitissem a sobrevivência de pessoas com deficiência, já que elas não conseguiam acompanhar o ritmo dos demais membros do grupo nos constantes deslocamentos em busca de novos campos de caça e de coleta de frutos, bem como nos enfrentamentos com animais ferozes e com outros agrupamentos de seres humanos (CARVALHO, 2009. p. 27).

Ou seja, os povos primitivos, para manter sua sobrevivência, não tinham outra alternativa a não ser livrarem-se daqueles que estavam sem condições físicas de acompanhá-los em seu ritmo de vida e se defender dos perigos determinados pela natureza.

De acordo com Lucídio Bianchetti (1998):

É evidente que alguém que não se enquadra no padrão social e historicamente considerado normal, quer seja decorrente do seu processo de concepção e nascimento ou impingido na luta pela sobrevivência, acaba se tornando um empecilho, um peso morto, fato que o leva a ser relegado, abandonado, sem que isso cause os chamados sentimentos de culpa característicos da nossa fase histórica (BIANCHETTI, 1998, p. 27).

Carvalho apresenta o processo de sedentarização dos homens naquele período histórico.

Além da descoberta da agricultura e da domesticação de alguns animais, também houve um maior incremento na produção de instrumentos artesanais, os quais potencializaram as ações humanas, permitindo aos povos primitivos melhorarem suas

² Conforme Carvalho (2009) e Padua (2005).

condições de vida, o que favoreceu a sobrevivência de pessoas com deficiência (CARVALHO, 2009. p. 28).

Não obstante, como vários povos produziam sua sobrevivência em uma organização comunitária, "o comunismo primitivo", no qual se podia adotar o princípio de que cada um contribuiria com o grupo conforme suas possibilidades e receberia do mesmo aquilo que o agrupamento poderia lhe proporcionar, ou seja, nessa forma de organização societária eram compatíveis as atitudes de aceitação dos sujeitos com algum tipo de deficiência, já que estes poderiam desenvolver atividades que estavam de acordo com sua condição e contribuindo, assim, na reprodução para a manutenção do grupo.

Desta forma, mesmo que existissem algumas condições mínimas para que as pessoas com deficiência pudessem sobreviver no mundo primitivo sedentário, alguns povos ainda assim continuaram adotando a prática do abandono, da segregação e do extermínio. Um exemplo dessa prática pode ser encontrada junto aos índios Navajos (CARVALHO, 2009).

Formadores da maior raça indígena norte-americana, os índios Navajos, no passado distante não permitiam que uma criança com defeito físico sobrevivesse. O rito praticado para a sua eliminação era o afogamento ou o abandono em uma mata ou as vezes a criança era queimada viva. Ou seja, as práticas do abandono, da segregação e do extermínio de pessoas com deficiência não foi exclusiva dos povos primitivos. Pelo contrário, também se encontra em outros períodos históricos, principalmente naqueles caracterizados pelo antagonismo de classe, como é o caso do modo de produção escravista, que teve seu nascimento a partir das contradições existentes no mundo primitivo (CARVALHO, 2009).

Engels (1984) escreve que: "Da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados" (ENGELS, 1984, p. 181). Ou seja, quando o homem começa a dominar a natureza e criar condições para produzir o excedente do que necessitava para sobreviver, surgem contradições na forma de organização do mundo primitivo.

Segundo a pesquisadora Marta Harnecker (1986):

Pero cuando se descubre el fuego y se empieza a trabajar el metal, creando instrumentos como el hacha y el arado de hierro, etc., la

productividad del trabajo aumenta a tal punto que el hombre empieza a producir mas de lo que necesita para su consumo inmediato (HARNECKER, 1986, p. 22).

Neste sentido, na próxima seção deste trabalho, apresentamos uma breve análise do modo societário de produção escravista e seu tratamento com os sujeitos com algum tipo de deficiência naquele período.

1.2 - AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA E A PRÁTICA DO EXTERMÍNIO E DO ABANDONO

Em todo o período histórico do mundo primitivo, quando diferentes grupos humanos entravam em guerra, o agrupamento vencedor não podia fazer prisioneiros os que pertenciam ao grupo dos que perdiam, já que não tinham meios de alimentá-los. Assim, a alternativa era assassinar todos os inimigos ou aceitá-los como novos membros da comunidade. Entretanto, o processo de sedentarização e a elevação do nível de desenvolvimento das forças produtivas, "[...] tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção" (ENGELS, 1984, p. 181). Ou seja, surgem naquele período as condições do homem produzir mais do que ele necessitava consumir para viver, alterando a organização societária de produção, onde os prisioneiros deixavam de ser eliminados e eram transformados em escravos, contribuindo para a ampliação do acúmulo da nova organização societária, como expõe Harnecker.

Sabemos que las primeras agrupaciones humanas se dedicaron exclusivamente a la caza, la pesca y la recolección de productos naturales. Luego, el hombre abrió la posibilidad de cultivar la tierra y criar ganado y de esta manera empezó a obtener más de lo que la unidad necesitaba para su consumo. Fue así como nació el excedente económico que proviene del término "exceso". Existiendo este excedente surgió la posibilidad de que algunos miembros de comunidad se apoderasen de él empezando a nacer las desigualdades sociales y la división entre familias que trabajaban y las que vivían a costa del trabajo de las otras (1986, p. 22).

Neste sentido, estava posta "A primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados" (ENGELS, 1984, p. 181). Desta forma, a alteração da forma societária de organização social levou à constituição do modo de produção escravista, garantindo alguns privilégios para os

senhores mais abastados, explorando impiedosamente os prisioneiros de guerras, os seres inferiores, que passaram a ser escravos do novo modo de produção. Não obstante, esta exploração dos escravos pelos senhores, culminou com a redução dos anos de vida destes sujeitos, por conta da grande exploração do novo modo de produção.

Os senhores tinham os escravos como sua propriedade e, para conservar sua dominação no modo de produção escravista, desenvolviam ações buscando a manutenção a todo custo da nova sociedade. Uma destas ações era a prática do extermínio ou abandono dos sujeitos que nasciam com alguma anormalidade física fora dos padrões daquele período histórico.

[...] toda a criança que nascia e que era filho da nobreza tinha que ser, em conformidade com as leis vigentes, examinada por uma espécie de comissão oficial, formada por anciãos de reconhecida autoridade, que se reunia para tomar conhecimento do novo cidadão (CARVALHO, 2009, p. 30).

Pádua (2005) escreve que:

No entanto, a eliminação ocorria enquanto ainda eram bebês, pois durante a vida os cidadãos atenienses tinham proteção independente de qualquer condição. Quando nascia uma criança, havia o costume de fazer uma reunião com os parentes e amigos para mostrá-la e iniciá-la no culto dos deuses. Ao final oferecia-se um banquete (PÁDUA, 2005, p. 07).

Estas leis buscavam conservar os princípios do modo de produção escravista, garantindo com que as crianças ao nascer fossem belas e fortes, para que posteriormente estas pudessem ser aproveitadas nas grandes guerras, pois a força era um dos principais fundamentos da reprodução do modo de produção escravista. Ou seja, o que a comissão buscava era evitar que crianças fora da normalidade exigida pudessem sobreviver.

[...] se lhes parecia feia, disforme e franzina, como refere Plutarco, esses mesmos anciãos, em nome do Estado e da linhagem de famílias que representavam, ficavam com a criança. Tomavam-na logo a seguir e a levavam a um local chamado "Àpothetai", que significa "depósitos". Tratava-se de um abismo situado na cadeia de montanhas Taygetos, perto de Esparta, onde a criança era lançada e encontraria sua morte, pois tinham a opinião de que não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto como

desde o nascimento não se mostrava bem constituída para ser forte, sã e rija durante toda a vida (SILVA, 1986, p. 122).

Em Atenas encontramos a prática da eliminação, orientada pelos renomados filósofos gregos. Platão afirma em uma das suas principais brochuras, *A República*: "e no que concerne aos que receberam corpo mal organizado, deixa-os morrer" (PLATÃO *apud* SILVA, 1986, p. 124). Já Aristóteles orienta o abandono até mesmo dos filhos considerados normais que fossem excedentes em nome do controle demográfico; e no caso das pessoas com deficiência orienta que necessariamente deveriam ser abandonadas "principalmente quando essas viessem a implicar dependência econômica" (PESSOTTI, 1984, p. 04).

Apesar das políticas de extermínio e de abandono em relação às pessoas com algum tipo de deficiência, que predominava na antiga Grécia e em Roma, somente uma minoria daqueles que pertenciam a esse grupo social, acabavam sobrevivendo. De acordo com Cícero (*apud* SILVA, 1986, p. 103 e 104), são exemplos disto o grande poeta Homero, que era cego, assim como, o filósofo Demócrito.

Outra importante civilização deste período foi Roma. Conhecida pelo direito romano e pela organização do seu exército, dominou a maioria dos países ocidentais. No Império Romano, a classe exploradora era constituída pelos patrícios ou "Pater Famílias", os quais eram donos das terras e dos núcleos rurais, onde estavam incluídas as mulheres, os filhos, os escravos, os animais e qualquer outro bem. Possuíam poder de um soberano sobre suas propriedades, de forma que:

[...] o próprio pater é a pátria: a antiga lei das Doze Tábuas, do início da república até a metade do século V a.C., permite, entre outras coisas, que o pai mate os filhos anormais, prenda, flagele, condene aos trabalhos agrícolas forçados, venda ou mate filhos rebeldes, mesmo quando, já adultos, ocupam cargos públicos (MANACORDA, 1997, p. 74).

O direito romano regulamentava leis para os recém-nascidos, onde estas crianças tinham seus direitos reconhecidos ou negados. Os critérios para a negação destes direitos estavam ligados à vitalidade e à forma humana, sendo negados, desta forma, às crianças prematuras (nascidas antes do sétimo mês de gestação) ou àquelas com alguma anormalidade física.

Esta lei vinha de uma lei régia atribuída a Romulo, ainda nos primórdios da civilização romana, segundo a qual "estava proibida a morte intencional de qualquer criança abaixo de três anos de idade, exceto no caso de a criança ter nascido mutilada, ou se fosse considerada como monstruosa. Para casos dessa natureza a lei previa a morte ao nascer" (MOREIRA ALVES apud SILVA, 1986, p. 128).

O patrício tinha a alternativa de expor a criança às margens do rio Tigre ou em lugares sagrados, "desde que antes de o fazer tivesse mostrado o recém-nascido a cinco vizinhos, para que fosse de certa forma certificada a existência da anomalia ou da mutilação" (MOREIRA ALVES apud SILVA, 1986, p. 128). Essa regulamentação não assegurava o extermínio uma vez que em alguns casos as crianças eram recolhidas por famílias pobres ou escravos esmoleiros que ficavam vigiando para poderem utilizá-las como meio de exploração. "A esmola tornou-se uma atividade econômica em Roma, de tal forma que ocorriam raptos de crianças para serem mutiladas e posteriormente utilizadas como pedintes" (PÁDUA, 2005, p. 09).

Desta forma, podemos verificar que as condições de subsistência dos sujeitos com algum tipo de deficiência no modo de produção escravista eram determinadas pelas relações de exploração, uma vez que neste período, era possível para um sujeito com alguma deficiência pertencente à classe exploradora desempenhar importantes funções, enquanto que os pertencentes à classe explorada eram eliminados ou relegados à mendicância, explicitando que não era o fato de possuir uma deficiência que determinava qual seria o futuro social deste sujeito.

As contradições existentes no modo de produção escravista provocaram seu próprio declínio, dando origem a um novo modo de produção: o feudal. A alteração ocorreu gradativamente, pois os grandes latifúndios com a utilização da força de trabalho escrava já não eram mais viáveis na nova organização produtiva.

A miséria foi crescendo de tal forma, que a exploração dos domínios enormes - latifúndia - por verdadeiros exércitos de escravos já não produzia rendas compensadoras. O cultivo em pequena escala voltou a ser o único que compensava, o que é a mesma coisa que dizer que a escravidão se tornou desnecessária. O escravo passou a produzir menos do que custava a sua manutenção, e a partir desse momento ele desapareceu como um sistema de exploração em grande escala (PONCE, 1992, p. 83).

Neste sentido, abordamos na próxima seção a organização do modo de produção feudal, gestado a partir de várias contradições. Trataremos também sobre como os sujeitos com deficiência garantiam sua subsistência, na nova forma de organização social.

1.3 - AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL: DA CARIDADE À INSTITUCIONALIZAÇÃO

A diferença dos servos e dos escravos é que os primeiros deixaram de ser propriedade dos senhores feudais, mas estes senhores ainda mantinham o domínio de todo o trabalho dos seus súditos. Uma das conquistas dos servos que ocorreu após a mudança da forma de organização produtiva, é que estes não poderiam ser mortos como ocorria no modo de produção escravista, mas poderiam ser vendidos junto com as terras que pertenciam.

Cada feudo era independente, produzindo o que necessitava e possuindo seus próprios costumes. Os servos eram quem mantinham a estrutura da sociedade feudal, tendo que produzir os meios de subsistência suficientes para sua família, para os senhores feudais e para o Clero, uma vez que a Igreja era dominante neste período. Os senhores feudais eram donos das terras e as distribuíam aos camponeses para que as cultivassem, em troca teriam que trabalhar para eles, além de lhes dever obediência (PÁDUA, 2005, p. 13).

Zanetti (2017), expõe que:

Embora o servo não seja propriamente um escravo, submetido a um senhor que poderia matá-lo ou vendê-lo separado de sua família como bem entendesse, sua condição era também precária pois vivia submetido às vontades do senhor feudal que determinava suas atividades e as leis a serem cumpridas. Ao servo era apenas garantido um local muito ruim para viver e, miseráveis rendas tiradas de um pequeno pedaço de terra que deveria ser cultivado após o cultivo da terra do senhor, além é claro das inúmeras taxas e impostos a serem pagos aos senhores (ZANETTI, 2017, p. 52).

Ou seja, os servos além de trabalhar em condições muito precárias e pagar altas taxas de impostos para seus senhores, na maioria das vezes eram obrigados a permanecerem nas mesmas terras até o fim da sua vida.

A Igreja Católica reforçava esta dominação, construindo o maior latifúndio da idade média, entretanto, enquanto os nobres dividiam suas terras, a Igreja procurava conquistar mais domínios, pelos dízimos cobrados dos fiéis. À medida que foi crescendo sua riqueza, a economia chegou a superar a importância espiritual. A igreja católica prestava serviços espirituais e o clero garantia a proteção militar.

Segundo o escritor Leo Huberman, em seu livro *História da Riqueza do Homem* (1981):

A Igreja constituía uma organização que se estendeu por todo o mundo cristão, mais poderosa, maior, mais antiga e duradoura que qualquer coroa. Tratava-se de uma era religiosa e a Igreja, sem dúvida, tinha um poder e prestígio espiritual tremendo. Mas, além disso, tinha riqueza, no único sentido que prevalecia na época – em terras (HUBERMAN, 1981, p. 22).

Quanto às pessoas com algum tipo de deficiência no modo de produção feudal, podemos destacar dois importantes fatores de mudança no tratamento destes sujeitos, após a alteração do modo societário de produção. O primeiro está relacionado à forma como os homens passaram a se organizar para produzir sua subsistência material; a segunda representava a influência da teologia cristã.

[...] o trabalho servil possibilitou aos indivíduos a "posse" de um pedaço de terra, onde poderiam organizar, juntamente com sua família, a forma como seriam produzidos os meios de vida, tendo, até certo ponto, o controle de sua prole, do processo e ritmo de trabalho, fato que proporcionou a utilização da capacidade de trabalho dos cegos (CARVALHO, 2003, p. 45).

Já o cristianismo teve um papel relevante na mudança da relação entre as pessoas com deficiência no feudalismo, [...] "à medida que a dicotomia deixou de ser entre corpo/mente passando para corpo/alma, deixando, desta forma, de existir a prática da eliminação, uma vez que todos os indivíduos passaram a ser considerados possuidores de alma" (PÁDUA, 2005, p. 14).

Outro papel prestado pela Igreja na idade média quanto às pessoas com deficiência, foi a disponibilização de seus pátios para que ali vivessem, o que pode ser entendido como incentivo a mendicância. Além de garantir um espaço para esta prática, a igreja justificava como se as pessoas com deficiência fossem "instrumento de Deus para alertar os homens e as mulheres sobre comportamentos adequados

ou para lhe proporcionar a oportunidade de fazer caridade" (BIANCHETTI, 1998, p. 33).

Ou seja, neste período histórico, "O indivíduo que não se enquadra no padrão considerado normal ganha o direito à vida, porém, passa a ser estigmatizado, pois, para o moralismo cristão/católico, a diferença passa a ser um sinônimo de pecado" (BIANCHETTI, 1998, p. 30).

Após o fim da prática da eliminação, alterando somente a forma de exclusão dos sujeitos com deficiência, a Igreja fundou hospitais e asilos para abrigar os pobres, doentes, mendigos e as pessoas com algum tipo de deficiência, com o objetivo de cuidá-los e principalmente, retirá-los do convívio da sociedade, conforme afirma Lancillotti:

Diante do conflito moral, que impedia deixar à mercê da sorte estes homens dotados de alma, a sociedade encontrou no asilamento a solução alternativa, uma resposta pouco onerosa que oferecia dupla conveniência: assegurava cuidados exigidos pela moral cristã vigente e removia o incômodo (LANCILLOTTI, 2003, p. 49).

Não obstante, a prática da institucionalização estava ganhando força e cumprindo seu papel, retirando do convívio social aqueles que não se encaixavam nos padrões estabelecidos naquele período histórico, entretanto, as instituições não eram suficientes para retirar todos das ruas, muitos permaneceram ainda à mercê da própria sorte.

Em meio a todas essas contradições existentes no modo de produção feudal, construíram-se as condições para o surgimento de uma nova forma de organização societária dos sujeitos, o modo de produção capitalista. Isto ocorreu com a crescente expansão do comércio, das posses de grandes áreas de terras, do desenvolvimento de novas tecnologias, buscando acelerar a produção para tirar melhor proveito da força de trabalho, possibilitando maiores lucros para os detentores dos meios de produção, culminando com a industrialização.

A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações, a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina (MARX e ENGELS, 2001, p. 09). Ou seja, o comércio continuava em plena expansão e a manufatura se tornou insuficiente, sendo necessária o uso de parte dos lucros dos capitalistas, investindo na ciência para produzir novas tecnologias com condição de suprir a demanda do capital.

Esse quadro foi favorecido pela tecnologia que "[...] de acordo com a análise de Marx, a tecnologia em vez de simplesmente produzir relações sociais é produzida pelas relações sociais representadas pelo capital" (BRAVERMAN, 1987, p. 28). Desta forma, podemos constatar que a alteração na produção em um maior ritmo, com uma maior aglomeração de pessoas nas cidades, resultou na criação de novas máquinas e conseqüentemente, a inevitável mudança para um novo modo de organização social: o capitalismo.

Neste sentido, tratamos na próxima seção do modo de produção capitalista e sua relação com as pessoas com deficiência; tratamos da crescente exclusão destes sujeitos, por não estarem ajustados à lógica produtiva da nova forma de organização social gestada a partir das contradições existentes na sociedade feudal.

1.4 - AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: UMA NOVA ORDEM ECONÔMICA PAUTADA NA EXCLUSÃO SOCIAL

O desenvolvimento das condições de industrialização provocou uma revolução nas relações de produção. O surgimento das máquinas possibilitou a produção em grande escala, aumentando a divisão do trabalho de tal forma que o operário foi gradativamente perdendo o controle e os saberes acerca de todo o processo de produção das mercadorias, passando a conhecer apenas uma parte do trabalho. O trabalhador passou a ser uma extensão da máquina e esta passou a ditar o ritmo do trabalho, dispensando a especialização, já que deixou de ser necessário tanto sua habilidade como sua força na produção das mercadorias. Não obstante, estas mudanças na forma de organização societária de produção, contribuíram para o aumento da exploração da força de trabalho dos operários, pois [...] "a utilização das máquinas possibilitou ao capital a produção em maior quantidade, em menor tempo, pagando menores salários aos operários, ou seja, possibilitou o acúmulo de capital pela expropriação do trabalho humano" (PÁDUA, 2005, p. 15).

Desta forma, a burguesia foi conquistando mais espaço, sobrepondo-se às classes do período feudal, que detinham o poder econômico e político que anteriormente eram controlados pelo clero e pela nobreza. Neste sentido, a

consolidação do modo de produção capitalista, simplificou o antagonismo de classe entre burgueses e proletários.

Como ocorreu historicamente nos diferentes modos de produção, na sociedade capitalista, a classe dominante se utiliza do estado e tem neste seu principal fiador, para exercer seu domínio econômico e ideológico.

Marx e Engels compreendem o Estado como uma organização necessária em uma sociedade dividida em duas classes: burgueses e proletários. Ou seja,

Nas sociedades divididas em classes antagônicas existentes ao longo da história, a função conservadora do Estado sempre foi a mesma: amortecer o conflito de classes e frustrar a revolução social. No entanto, a organização e o modo de desempenho desta função pode apresentar variações de acordo com as relações de exploração do trabalho de cada sociedade (PÁDUA, 2005, p. 28).

Não obstante, podemos destacar que o papel do estado nos diferentes modos de produção, pode se apresentar de forma diferente, mas sem alteração na sua verdadeira função, que é representar a classe exploradora. Essa relação de dominação é assegurada na medida em que um grupo de homens se dedica desempenhando atividades para a reprodução das relações de exploração. Estes sujeitos são os funcionários estatais que agem sobre a luta de classes, não com objetivo de suprimi-la, mas para mantê-la com alguns limites, de forma que não ameace a relação de exploração do trabalho. Desta forma, podemos afirmar que "A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado" (MARX e ENGELS, 2001, p. 09). Ou seja, além deste grupo de homens - funcionários estatais - ocultarem o antagonismo de classes, tenta demonstrar para a sociedade, que trabalham como agentes "neutros", mas atuam nas diferentes funções para satisfazer os reais interesses da classe dominante.

Os burgueses são os detentores dos meios de produção que se apropriam do produto do trabalho dos trabalhadores. Enquanto os proletários são os operários assalariados que desprovidos dos meios de produção são obrigados a vender sua única mercadoria, a força de trabalho para sobreviver. "[...] constrangidos a vender-se diariamente, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em conseqüência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado" (MARX e ENGELS, 2001, p. 16). Ou seja, a economia nesta

nova forma de organização social de produção, está pautada na compra e venda de mercadorias para a obtenção de lucro, o qual é proveniente da extração da força de trabalho dos operários.

Sobre as mercadorias, estas possuem valor de uso e de troca, sendo o último determinado "Por meio do quantum nele contido da "substância constituidora do valor", o trabalho" (MARX, 1996, p. 168). Ou seja, o que determina o valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho social nela contida, sendo esta quantidade medida pelo seu tempo de duração. O trabalho social, por sua vez, corresponde à média de tempo de trabalho em um ritmo normal necessário para a produção de determinada mercadoria, não sendo, portanto, apenas o trabalho de um sujeito.

A força de trabalho, que por sua vez, também é considerada uma mercadoria, tem a determinação de seu valor da mesma forma que as demais mercadorias, ou seja, o seu valor é determinado "pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico" (MARX, 1996, p. 288). Neste sentido, o valor pago pela mercadoria corresponde ao tempo necessário para produzir os meios de subsistência necessários para a manutenção do trabalhador e da sua família, pois assim estará garantindo a reprodução da mercadoria - força de trabalho -, a qual é indispensável para o processo produtivo. A força de trabalho é trocada pelo salário, meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho, enquanto equivalentes, entretanto, na realidade, não são equivalentes, porque o salário é inferior ao valor produzido pelo uso da mercadoria força de trabalho.

O lucro no modo de produção capitalista ocorre com a extração da mais-valia. Os detentores dos meios de produção compram a mercadoria força de trabalho que é a única que possui a capacidade de gerar valor. Esta mercadoria é comprada para ser utilizada durante um determinado tempo, em troca de um salário que é equivalente aos meios de vida necessários para a sua reprodução, sendo o restante desta jornada de trabalho a mais-valia, que passa para as mãos do capitalista. Ou seja, o trabalho é a fonte de lucro do capitalista, de tal forma que podemos comparar o homem com uma máquina, onde os órgãos do corpo humano ganham uma definição produtiva.

[...] os olhos são faróis, o coração é visto como uma bomba, os rins são filtros, os braços e mãos são guindastes ou pinças, os nervos são percebidos como fios condutores e, mais recentemente, o

cérebro passou a ser considerado como um computador perfeito (CARVALHO, 2003, p. 90).

Esta forma de conceber o corpo humano modifica a compreensão da deficiência, uma vez que "se o corpo é uma máquina, a excepcionalidade ou qualquer diferença, nada mais é do que a disfunção de alguma peça dessa máquina" (BIANCHETTI, 1998, p. 36).

Neste sentido, podemos constatar que a exclusão social das pessoas com algum tipo de deficiência está intimamente ligada com o atual modo societário de produção: o modo de produção capitalista, pois os sujeitos com deficiência, por necessitarem de alguma adaptação, levando um tempo maior na execução das suas tarefas laborais, se tornam dispensáveis para o capital.

Neste período histórico, surgiram também os hospícios para onde eram encaminhados aqueles que estavam fora dos padrões sociais, ou seja, para onde eram encaminhados os pobres, ladrões, doentes, loucos e as pessoas com algum tipo de deficiência. Esta prática de exclusão, tinha como finalidade o isolamento daqueles que poderiam atrapalhar o desenvolvimento da nova forma de organização social, baseada na igualdade e na racionalização.

No século XVIII, teve início o processo de educação formal especializada para às pessoas com deficiência, representando um importante avanço no processo de inserção social destes sujeitos. "Mas, naquele momento, para a classe trabalhadora isto não significou a sua incorporação na sociedade, uma vez que o acesso à educação por si só, não garante que isso ocorra" (PÁDUA, 2005, p. 18). Por outro lado, esta prática teve uma grande aceitação da classe exploradora, na medida em que os sujeitos com deficiência membros desta classe poderiam frequentar estas instituições em regime aberto. Desta forma:

Se essa dupla possibilidade retirava dessas instituições o caráter inteiramente segregacionista dos hospícios, por outro reforçava a distinção entre deficientes de origens sociais diferentes, pois a totalidade dos alunos externos provinha dos estratos sociais superiores (SILVEIRA BUENO, 2001, p. 170).

Estes elementos revelam o papel determinante da classe social no processo de inserção na sociedade, pois enquanto os pertencentes à classe trabalhadora eram internados nestas instituições, os sujeitos com deficiência que pertenciam à

classe dominante tinham a oportunidade de frequentar escolas em regime aberto, mantendo vínculo com a sociedade, ou construindo alternativas para ter acesso a uma educação de qualidade, como já ocorria antes da existência das escolas especiais. Ou seja, os sujeitos que pertenciam à classe explorada:

[...] estiveram largados à própria sorte, lutando por condições mínimas de sobrevivência, vivendo da mendicância, ocupando leitos de hospitais ou sendo internados em asilos. Essa massa não tem nome, não tem história, não tem pátria. Eram, juntamente com muitos outros que não quiseram ou não puderam se submeter à nova ordem, a escória da qual nada mais resta senão as estatísticas dos asilos e a menção de que faziam micagens na feira ou que tocavam desafinadamente uma rabeca pelas ruas em troca de alguns níqueis (SILVEIRA BUENO, 1993, p. 63).

Não obstante, "Os que não tiveram o infortúnio de nascerem pobres, marca muito mais significativa do que a surdez e a cegueira, apesar de sofrerem limitações impostas por suas deficiências, puderam, contudo, usufruir da vida familiar e da riqueza produzida" (SILVEIRA BUENO, 1993, p. 70). Neste sentido, podemos afirmar que não é o defeito que determina a vida dos sujeitos, mas as condições materiais de existência é que são determinantes nas suas vidas.

Com o crescimento e consolidação do modo de produção capitalista, faz-se necessário analisar as mudanças no tratamento das pessoas com algum tipo de deficiência, que estavam ocorrendo naquele período.

Houve um aumento nas vagas oferecidas nos hospitais/asilos, institutos de internação que passaram a ser mais frequentados pelas pessoas com deficiência, culminando com a necessidade de se aprimorar alguns métodos de ensino para estes sujeitos. Estes elementos, com a aceleração do processo de industrialização produtiva, passaram a exigir um melhor nível de escolaridade para garantir o ingresso no mercado de trabalho, obrigando os Institutos a se preocuparem com a educação dos internos. Não obstante, este desenvolvimento representou muitos avanços para as pessoas com deficiência. O uso maior do sistema Braille pelas pessoas cegas e o maior acesso da língua brasileira de sinais pelas pessoas surdas, marcaram concretamente os avanços na educação formal da época. Ou seja, podemos afirmar que o surgimento destes instrumentos significou para estes sujeitos o mesmo que o surgimento da escrita para a humanidade. Não porque a possibilidade de ter acesso à escrita pudesse garantir melhorias nas condições de

vida, mas porque ampliou as possibilidades destes sujeitos interagirem com o mundo social.

Considerando as contradições do modo de produção capitalista explicitadas nesta seção, este trabalho tem a pretensão de discutir, na sequência, os limites e avanços que os movimentos sociais têm no modo capitalista de produção, mediante a necessidade de se garantir a implementação de políticas públicas que pouco se preocupam com a garantia de direitos das pessoas com deficiência. Este debate só iniciou no Brasil com os movimentos sociais a partir da década de 70, na luta contra a ditadura militar, a reorganização dos movimentos na luta pela democracia do país na década de 80 e o avanço do neoliberalismo no início dos anos 90 (ROSA e André, 2006). Considerando todos estes avanços e retrocessos sociais, também vamos analisar posteriormente a organização das entidades de e para pessoas com deficiência, em que condições estas conseguiram se organizar no início dos anos 80 e obrigar, minimamente, o estado a se preocupar com estes sujeitos.

A partir das lutas das pessoas com deficiência foram sendo conquistados vários direitos, como a aprovação de leis de reservas de vagas para o mercado de trabalho: Lei n.º 8.112/90, que no artigo 5 §2 prevê a reserva em Concursos Públicos federais de 5 a 20% das vagas para pessoas com deficiência; o Decreto n.º 3.298 de 1999, que dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa com deficiência, no artigo 37 §1, prevê no mínimo 5% das vagas para qualquer concurso público; a Lei n.º 8.213, de 1991, estabelece imperativamente, no artigo 93, a obrigatoriedade das empresas com 100 ou mais trabalhadores contratarem 2 a 5% de seus cargos com pessoas reabilitadas ou pessoas com algum tipo de deficiência habilitadas.

Desta forma, na próxima seção tratamos de algumas das lutas travadas pelos movimentos sociais, tendo em vista apontar suas contribuições para a obtenção de direitos sociais, em particular para as pessoas com deficiência.

SEÇÃO 2 - A HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O ASSOCIATIVISMO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

2.1 - O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A década de 1990 e o início dos anos 2000 foram marcados por intensos debates entre as forças de esquerda, discutindo sobre o papel dos movimentos sociais, que representam as minorias, as lutas de gênero e as vanguardas políticas partidárias nos processos de transformação econômica, social e política do atual modo societário de produção. Conforme Rosa e André (2006), colocou-se em pauta a discussão sobre novas palavras de ordem, novos agentes políticos, novas bandeiras de luta, novas concepções sobre a intervenção prática nos reestruturados movimentos sociais.

Esses temas e o crescimento destas concepções ocuparam o vazio político nesse período, em função de uma série de derrotas do movimento social ortodoxo que ocorreram na década de 80 e 90, como a queda do Muro de Berlim, o colapso da União Soviética e dos países do Leste Europeu, a mudança da orientação sindical, lutando somente por conquistas imediatas, resultando na redução das lutas operárias nos principais centros capitalistas, propiciando uma ofensiva da ideologia neoliberal em todas as partes do mundo, sob o comando das forças mais conservadoras, que impuseram violentos ataques aos direitos sociais da classe trabalhadora.

Ou seja, a ação coletiva de pressão e reivindicação, antes presente na maioria dos movimentos sociais latino-americanos, converteu-se nos anos 90 em ações voltadas para a obtenção de resultados, em projetos de parceria que envolvem diferentes setores públicos e privados (GOHN, 1997, p. 18).

As várias derrotas das forças progressistas também favoreceram o crescimento do modismo teórico e do fetiche ideológico do modo de produção capitalista. Sob diversos pretextos, certas forças políticas, inclusive alguns partidos políticos de esquerda, começaram a questionar a centralidade do trabalho na vida social, seu papel como vanguarda dos processos de transformações sociais e políticas, a aposta na transformação societária pela via eleitoral, a negação da luta

de classes como instrumento de mudança da história e o próprio socialismo-comunismo como processo de alteração do atual modo societário de produção.

O objetivo era desconstruir o discurso dos partidos políticos revolucionários, do movimento sindical e do próprio marxismo, como síntese teórica da revolução. Para estas forças, os discursos de temas abrangentes, como a igualdade, o socialismo, a emancipação humana, os valores históricos do proletariado, as soluções coletivas contra a opressão humana, eram coisa do passado e produto de um mundo que já não existia mais (COSTA, 2016, s.p).

No lugar dos velhos temas ortodoxos, tornava-se necessário colocar um novo discurso, como forma de reconhecer a fragmentação da realidade e do conhecimento, a constatação e valorização das diferenças, a emergência de novos sujeitos sociais, com características e reivindicações específicas, como os movimentos sociais, de gênero, raça, etnia, etc., e novas formas de luta, renunciando à tomada do poder pela revolução socialista.

O crescimento desse ecletismo teórico conservador pode ser denominado de pós-modernismo. Essa é a fonte teórica inspiradora de todos os modismos teóricos e fetiches das duas últimas décadas. De acordo com Gohn (1997), neste contexto:

[...] o panorama das lutas sociais se alterou completamente, a mobilização cotidiana e os atos e protestos nas ruas diminuíram e a militância decresceu. Os movimentos e as ONGs que sobreviveram se qualificaram para a nova conjuntura em termos de infra-estrutura e do uso de modernos meios de comunicação, como a Internet. A tecnologia chegou aos movimentos sociais e a institucionalização de setores e áreas das demandas e lutas é uma necessidade imperiosa para a sua sobrevivência (p. 18).

As principais vertentes dos teóricos da pós-modernidade, que tiveram influência nos movimentos sociais nesses anos de vazio político, defendiam teoricamente o fim da centralidade do trabalho, onde as tecnologias da informação, a reestruturação produtiva e a inserção acelerada de ciência no processo produtivo tornaram obsoleto o conceito de classe operária e proletariado, até mesmo porque esses sujeitos estão se tornando residuais num mundo globalizado onde impera a robótica, a internet e a informática avançada, como expõe Costa (2017):

Alguns desses teóricos chegaram a dar adeus ao proletariado, que seria um conceito típico da segunda revolução industrial. Prova

disso, seria a constatação de que a classe operária está diminuindo em todo o mundo e, por isso mesmo, perdeu o protagonismo para outros movimentos emergentes no capitalismo globalizado (COSTA, 2016, s.p).

A teoria da pós-modernidade se comporta como o caçador que vê apenas as árvores, mas não consegue enxergar a floresta. Olha o mundo a partir de uma perspectiva Eurocêntrica e não consegue compreender que o capital possui uma extraordinária mobilidade, em função da busca permanente por valorização. Não obstante,

[...] são incapazes de perceber que o proletariado está crescendo de maneira expressiva em termos mundiais, com o deslocamento de milhares de indústrias dos EUA e da Europa para a Ásia, processo que está incorporando ao mundo do trabalho centenas de milhões de trabalhadores na China, na Índia e em toda a Ásia, num movimento que está mudando a conjuntura mundial (COSTA, 2017, s.p).

Estes teóricos não partem do pressuposto de que no modo de produção capitalista existem constantes contradições, pois quanto mais se moderniza, quanto mais se insere ciência na produção, mais amplia sua composição. Não obstante, o capitalismo não pode existir sem seu contraponto, o proletariado. "A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado" (MARX e ENGELS, 2001, p. 09).

Essa relação "oposta" se faz necessária na medida em que, se o capitalismo automatizasse todas suas fábricas o sistema entraria em colapso, pois os robôs são até mais disciplinados que os trabalhadores, são capazes de trabalhar sem descanso, não reivindicam melhores salários, não fazem greves, mas contraditoriamente não consomem. Ou seja, não existindo consumidores, os detentores dos meios de produção não têm para quem vender suas mercadorias, extraídas com a exploração da força de trabalho dos trabalhadores. Sendo assim, após uma ampla automatização, o sistema entraria em colapso com suas próprias contradições.

Expressa-se também como "reco teórico", como tratava a professora Maria Celia Marcondes de Moraes (2001), incorporado pelos movimentos sociais na década de 90, o fim da centralidade da luta de classes, onde afirmavam que a luta de classes é coisa do passado. Afinal, "se o proletariado está se reduzindo

aceleradamente, não existe mais identidade de classe e, portanto, não teria sentido se falar em luta de classes" (COSTA, 2017, s.p). Desta forma, se o proletariado estivesse passando por uma reestruturação produtiva, poderia ser considerada uma espécie de sepultamento dos velhos agentes do passado, como a ultrapassada orientação sindical. Prova disso, é que os sindicatos e o conjunto dos movimentos sociais perderam o protagonismo da luta histórica e agora agonizam em todo o mundo. Assim o principal representante teórico do mundo do trabalho, o marxismo, também estaria derrotado, considerando sua visão monolítica do mundo.

A luta de classes sempre existiu desde que as classes se constituíram na humanidade e continuará sua trajetória enquanto existir uma organização societária de produção com classes antagônicas. Não porque os teóricos marxistas querem, mas porque a realidade a impõe. A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas das classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada, uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das suas classes em luta (MARX e ENGELS, 2001, p. 08).

Nessa conjuntura, o discurso do fim da luta de classe, da passividade dos trabalhadores, chega a influenciar muita gente, afinal, quem não tem uma compreensão histórica do mundo, atem-se apenas à superfície dos fenômenos, à aparência das coisas. Mas nos momentos de crise do capital, esta retórica se torna inapropriada, entrando em choque com a realidade, uma vez que a crise coloca a luta de classes na ordem do dia com uma atualidade extraordinária, para desespero daqueles que defendiam seu fim.

Se observarmos a atual realidade, onde o modo de produção capitalista enfrenta sua maior crise desde a Grande Depressão de 1929, podemos facilmente constatar a emergência da luta de classes em todo o cenário internacional, com várias lutas na América Latina, greves e mobilizações em toda a Europa.

Outro elemento que contribuiu para a derrota dos movimentos revolucionários no cenário internacional foi o enfraquecimento das vanguardas políticas partidárias, que não têm mais nenhum papel a desempenhar no mundo político globalizado.

De acordo com Costa (2017), os partidos revolucionários, especialmente os comunistas, não teriam nesta conjuntura, mais nenhum papel a desempenhar no mundo contemporâneo. Não obstante, a ação política agora deve ser dirigida pelos movimentos sociais, pelos movimentos de gênero, minorias étnicas, de raças, sexuais, etc., que são vítimas de "opressões específicas".

Esse movimento das minorias ganha terreno a partir da compreensão de que "[...] os partidos seriam organizações autoproclamatórias, autoritárias, portadoras de um fetiche autorrealizável, que é a revolução socialista" (COSTA, 2016, s.p). As instituições partidárias, com um discurso considerado na contemporaneidade utópica de revolução socialista, estão também definindo em todo o mundo, porque não estariam compreendendo e, conseqüentemente, não intervindo adequadamente para a transformação da realidade do mundo globalizado.

Ou seja, a pós-modernidade desconsidera a totalidade da vida social, vendo o mundo sem unidade, fragmentado e disperso. Desconsideram que subjacente ao "modismo das especificidades", que agride a classe trabalhadora, está o grande capital acumulando a mais-valia (oriunda do excedente da força de trabalho), extraindo excedentes e ampliando sua riqueza; desconsideram que nos movimentos existem limites institucionais e de representatividade.

Não queremos aqui descaracterizar o movimento das minorias, mas expressar nossa compreensão acerca de que somente a organização coletiva dos trabalhadores é capaz de enfrentar a ordem capitalista e reunir todos esses segmentos sociais, com condições concretas para entender a totalidade da luta política e lançar propostas globais para a transformação do atual modo societário de produção.

Ao observarmos as lutas sociais que foram travadas nos últimos anos, podemos constatar facilmente que grande parte delas foi derrotada exatamente porque não existiam vanguardas com capacidade de dar direção e orientar essas lutas para a radicalidade da luta de classes e a busca pela transformação social conduzida pelo proletariado. Não se trata aqui de negar a importância das lutas específicas ou dos movimentos sociais. Pelo contrário, são fundamentais para qualquer processo de mudança, servem também como aprendizado da luta dos trabalhadores, mas deixadas por si mesmas, apenas com seu conteúdo imediatista, sem condições de propor as transformações da sociedade, terminam se esvaziando e sendo derrotadas pelo capital.

No Brasil, um grande movimento social, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) vem enfrentando os governos neoliberais da década de 90, tendo como bandeira a reforma agrária.

O MST organizou um movimento de massas, com base social em todo o País, especialmente entre os trabalhadores da cidade e do campo. O MST ocupou fazendas dos latifundiários, realizou formação de grande parte dos seus quadros e até mesmo conseguiu construir uma universidade popular para formação permanente dos seus membros.

De acordo com Gohn (1997) "Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos" (GOHN, 1997 p. 20). Não obstante, a emergência do agronegócio criou uma nova forma de organização no campo brasileiro, onde as relações de produção passaram a se dar predominantemente entre capital e trabalho. Essas novas formas de organização da produção, aliada ao programa de compensação social criado no governo Fernando Henrique Cardoso e mantido no governo Lula, o "Bolsa Família", um programa de transferência de renda para a população mais pobre, levou o MST a uma encruzilhada, ou seja, os membros deste movimento que não tinham uma formação histórico-crítica sólida de enfrentamento contra o atual modo societário de produção, diminuíram as lutas nas organizações populares, por entender que com suas demandas imediatas atendidas pelo governo, que por meio de implementação de programas assistenciais, resolveria de imediato os problemas do movimento e, conseqüentemente, do conjunto da classe trabalhadora. Desta forma, estes entendimentos equivocados de alguns de seus membros, contribuíram decisivamente para que o Movimento dos Trabalhadores sem Terra, diminuísse a intensidade em suas lutas e conseqüentemente, perdesse a essência do MST: a luta pela reforma agrária.

Ou seja:

[...] se a maioria dos trabalhadores está nas cidades, se o capitalismo centralizou as relações de produção no campo e subordinou a pequena agricultura à lógica do capital, torna-se difícil a sobrevivência no longo prazo de um movimento que tem apenas a bandeira da reforma agrária como luta estratégica (COSTA, 2017, s.p).

Apesar das conquistas do MST, o avanço mais expressivo da teoria dos movimentos sociais ocorreu com a organização do Fórum Social Mundial (FSM).

No primeiro FSM, realizado em Porto Alegre no ano de 2001, parecia que todos tinham encontrado a fórmula ideal para as novas lutas sociais que se avizinhavam. Milhares de lutadores de todo o mundo convergiram para o Rio Grande do Sul para se fazer presentes no lançamento da nova “grife” da luta dos trabalhadores reconhecida internacionalmente. Foi um sucesso extraordinário e um contraponto ao *Foro de Davos*, onde os capitalistas tramavam novas estratégias para dominação do mundo³.

Esse sucesso, de certo modo, enfraqueceu a noção de vanguarda política, uma vez que os movimentos sociais, com uma nova roupagem, os movimentos de gênero, etnia, das mulheres, das pessoas com deficiência passaram a comandar as lutas no mundo, substituindo as classes sociais. Observamos que "A definição de movimento social apresentada é bastante simples: são desafios coletivos construídos por pessoas solidárias e com propósitos comuns, em processos de interação que incluem as elites, os oponentes e as autoridades" (TARROW, 1995: 4. *apud* GOHN, 1997, p. 101).

A hegemonia teórica dos novos movimentos sociais representa o fim dos partidos políticos, do movimento sindical, e de todos os sujeitos que lutavam na perspectiva de defesa da classe trabalhadora. Agora são os movimentos difusos, sem centralidade política, inteiramente autônomos, livres de dogmas e ideologias ultrapassadas que vão provar ao mundo a nova realidade da luta social e política.

Mas a realidade aos poucos foi se contrapondo aos modismos dos movimentos sociais. Com o tempo, o FSM foi perdendo fôlego, foi se esvaziando, até o ponto em que hoje ninguém mais acredita que possa ser alternativa a coisa nenhuma.

Desta forma, a prática provou que os movimentos sociais por si só não têm condições de mudar a sociedade; é necessário a vanguarda política partidária para conduzir os processos de transformação societária, ou seja, a mudança ideológica de orientação das lutas dos movimentos sociais é responsável por grande parte

³ Sobre o recuo da teoria Marxista nos movimentos sociais e a nova orientação destes movimentos, que ocorreu na década de 1990, onde foram consolidadas a luta segmentada e deixando de existir como enfrentamento prioritário a luta de classe. Desta forma, indicamos para o leitor, o livro *Teoria dos movimentos sociais* da autora, Maria da Glória Gohn, publicado pela editora Edições Loyola, São Paulo, em 1997.

destas derrotas, que ocorreram no início da década de 90, não só porque esse modismo teórico influenciou parte da juventude e lideranças dos movimentos sociais, mas também porque levou à frustração milhares de lutadores sociais, na medida em que as lutas fragmentadas se desenvolvem de maneira espontânea. No início tem uma trajetória de ascensão, empolga milhares de pessoas, mas logo depois o movimento vai se definindo até ser absorvido.

Estamos fazendo referencia novamente ao movimento da pós-modernidade, que segundo Zanardini (2006) representa a ideologia que acompanha o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Mas essa ideologia carrega consigo uma contradição insolúvel: no momento em que o capital mais se globaliza, com a internacionalização da produção e das finanças, é justamente neste momento que os pós-modernos pregam a fragmentação da realidade, a setorização das lutas sociais, a especificidade dos combates de gênero, etnia, raça, sexo etc. Só mesmo quem não quer mudar a ordem capitalista pensa desse jeito (COSTA, 2017, s.p).

Desta forma, todos que acompanham esta concepção teórica, de maneira direta ou indireta, estão abrindo mão de um projeto de transformação societária e escondem suas fragilidades teóricas mediante um discurso cheio de abstrações sociológicas, conveniente para o atual modo societário de produção. Por isso, combatem as lutas gerais, para fragmentá-las em lutas específicas, que não afrontam abertamente o modo de produção capitalista.

Os movimentos mais localizados podem ter laços e relações mais estreitos, fortes e diretos, mas são também os que mais produzem quebras, defecções e desmobilizações. Laços mais fracos, entre redes sociais não tão unificadas, mas que são mais interdependentes, produzem matrizes mais amplas (GOHN, 1997, p. 106).

Não obstante, os setores que acreditam na fragmentação, cumpriram, nos últimos 20 anos, um papel fundamental na luta ideológica atual, ou seja, este setor representa a mão esquerda do social-liberalismo capitalista, influenciando as gerações mais jovens, desenvolvendo um discurso com aparência de modernidade. Com seu discurso eclético, cheio de senso comum, desorientam setores importantes da sociedade no que se refere à ação política e, na prática, ajudam a organizar,

mesmo que indiretamente, a submissão de vários setores sociais à ordem do atual modo de produção capitalista.

Essas experiências de fragmentação dos movimentos sociais, iniciada nos anos 90, nos levam à conclusão de que, as vanguardas revolucionárias têm um papel fundamental no processo de transformação societária. São elas exatamente que podem orientar os movimentos sociais com um projeto estratégico de superação pela classe trabalhadora, buscando derrotar o imperialismo globalizado e transitar para a construção de um novo homem com uma nova sociedade, ou seja, a sociedade socialista.

[...] o capitalismo tem uma tendência positiva a solapar essas diferenças e a diluir identidades como gênero ou raça, pois o capital luta para absorver as pessoas no mercado de trabalho e para reduzi-las a unidades intercambiáveis de trabalho, privadas de toda identidade específica (WOOD, 2003, p. 228).

Desta forma, o modo de produção capitalista igualizou todos os sujeitos, já que para ele não interessam as características particulares para extrair a exploração, mas apenas a capacidade laborativa para produzir mais-valia. Não obstante, a valorização de gênero ou raça pode ser perfeitamente tolerada pelo capitalismo, ao contrário do que ocorre com o conjunto das pessoas com deficiências, especificamente, com aquelas que exigem maiores adaptações que fazem com que os sujeitos, principalmente as pessoas cegas, sejam uma força de trabalho menos rentável para o modo de produção capitalista, como expõe Pádua (2005):

Porém, apesar de historicamente ter se reproduzido a concepção de inutilidade e incapacidade, sabemos que por mais informações que circulem e por mais que os cegos se qualifiquem, dificilmente conseguirão romper com as barreiras existentes, pois estas não estão no mundo das idéias, podendo assim ser destruídas, mas fazem parte da lógica das relações de exploração da sociedade capitalista, de forma que mesmo que exerçam influências, tais razões não são determinantes, sendo utilizadas, fundamentalmente para mascarar a real causa da exclusão (PÁDUA, 2005, p. 36).

O capitalismo não precisa de certas desigualdades sociais para garantir sua sobrevivência e, por esta razão, não tolera as questões de raça, gênero, opção sexual, movimento das pessoas com deficiência e etc. Desta forma, a valorização da

diversidade torna ainda mais eficaz a ideologia dominante que contribui para mascarar estas desigualdades e ocultar o antagonismo de classe, no atual modo societário de produção.

De acordo com Wood (2003), a sociedade burguesa possui a capacidade de utilizar ou de descartar qualquer tipo de opressão social que esteja histórica e culturalmente disponível e que lhe possa trazer benefícios, como ocorre quando os setores menos privilegiados da classe trabalhadora coincidem com indivíduos negros, mulheres e/ou pessoas com deficiência, onde a culpa de sua condição é atribuída às características específicas de cada um e não à lógica da sociedade burguesa.

Neste sentido, o modo de produção capitalista pode perfeitamente sobreviver sem determinadas opressões sociais, mas, tanto aquelas compatíveis quanto as incompatíveis com a lógica do capital, são fundamentais para ocultar a realidade estrutural das relações de exploração capitalista e para dividir a classe trabalhadora, já que promovem "a hegemonia ideológica do capitalismo ao mascarar sua tendência intrínseca a criar subclasses" (WOOD, 2003, p. 228).

Sendo assim,

[...] a ideologia burguesa consegue dividir a classe trabalhadora, desarticulando a unificação da luta por um único objetivo que seria do interesse de todos, de forma que cada segmento acaba fazendo um movimento à parte, lutando apenas pelas questões específicas de cada grupo, trazendo vantagens para a burguesia, uma vez que esta cede algumas migalhas que já são suficientes para desarticular a luta, além de, em geral, não serem fundamentais na reprodução das relações de exploração, porque se alguma reivindicação necessitar de alterações na estrutura, estas, sem dúvida, não serão conquistadas em lutas pontuais, mas apenas a partir de um movimento unificado enquanto classe (PÁDUA, 2005, p. 39).

Considerando todas as contradições que a fragmentação e a consequente expansão dos movimentos sociais tiveram no início dos anos 1990, o movimento organizado das pessoas com deficiência, influenciado por estas alterações, também passa por algumas mudanças. Temos a pretensão de discutir tais alterações na próxima seção desta dissertação, iniciando com a história dos movimentos sociais das pessoas com deficiência, para, posteriormente, aprofundar a pesquisa discutindo o papel do movimento social organizado das pessoas com deficiência visual.

2.2 - A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: DA SEGREGAÇÃO A INCLUSÃO

A atuação dos sujeitos com deficiência nas atividades formativas desenvolvidas pelas entidades e pelo Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência foi decisiva na busca por uma maior qualidade na educação formal dos membros deste segmento.

A participação em seminários, cursos de formação política, reuniões mensais e a luta para garantir uma maior qualidade nos serviços públicos prestados para as pessoas com deficiência contribuiu para que estes sujeitos buscassem o acesso à educação formal, muitos deles, iniciando sua trajetória no ensino fundamental já adultos, na modalidade supletivo, chegando à universidade e fazendo especializações *lato e stricto sensu*.

Durante as lutas por direitos, tais sujeitos acompanharam os processos históricos do segmento, logo, as contradições do modo de produção capitalista ficavam cada vez mais explícitas, e a busca pelo conhecimento se tornava necessária, ou seja, o acesso ao conhecimento científico produzido historicamente constitui parte do processo de formação humana, de forma que a busca pelo acesso à educação formal não sirva somente para preparar os sujeitos para a reprodução do atual modo societário de produção, mas que possa contribuir no desvelar da realidade, para que o movimento organizado das pessoas com deficiência possa concretizar conquistas imediatas e históricas. Afinal: "Lutamos melhor quando adquirimos conhecimento qualificado sobre a realidade" (PIZZETA, 2007, p. 10).

Desta forma, é necessário ressaltar que as discussões sobre os movimentos sociais, que caminham na postura de enfrentamento à ordem burguesa, devem partir da compreensão das características do Estado que se enfrenta e as estratégias que este utiliza para sua conservação. A compreensão destes elementos torna-se fundamental para sua superação. Não obstante, os esforços na construção de atividades formativas se colocam como um espaço contra-hegemônico e, portanto, central para potencializar as intervenções do movimento. "Para intervir concretamente na realidade, é fundamental a sua adequada interpretação" e "A coragem e a audácia não são suficientes. É necessário apoiar-se no conhecimento" (MST, 2007, p. 43 *apud* MONTEIRO, 2013, s.p).

Após a compreensão do papel da educação formal na formação de sujeitos críticos, faz-se necessário recuperar o percurso histórico da educação das pessoas cegas no Brasil.

A iniciativa privada com natureza filantrópica assistencial sempre esteve presente no desenvolvimento de programas e serviços voltados para o atendimento da classe oprimida em relação aos bens elementares de subsistência, principalmente no que toca ao atendimento às necessidades materiais das pessoas com deficiência.

A primeira previsão constitucional que trata da educação brasileira está na Constituição Imperial de 1824, a qual estabelecia que esta seja gratuita e de responsabilidade das províncias.

A Constituição de 1824 era de

[...] orientação liberal, mas não democrática, assegurava direitos civis (de cidadania) aos brasileiros brancos, mas não aos índios escravos, e direitos políticos (devoto) aos brasileiros brancos que tinham, no mínimo, renda de 100 mil reis anuais: quem é "coisa" não tem direitos, quem é "povo" ou "plebe" tem direitos civis e políticos diferenciados, proporcionais à renda. Considerando a questão do ângulo do princípio liberal proclamado de igualdade, essa repartição mostrava-se enormemente restritiva, pois, na época, três quartos da população compunha-se de escravos grande parte do restante era de brancos livres e pobres (HILSDORF, 2003, pp. 43-44).

Considerando a previsão constitucional e a atenção que o governo imperial queria propiciar para as pessoas cegas, é criada no Brasil a primeira instituição educacional especializada para cegos que pertenciam à classe oprimida, por meio da publicação do Decreto Imperial n.º 1.429, de 12 de setembro de 1854, que criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro, na época capital do país.

Em seu primeiro ano de funcionamento, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos atendeu alunos de apenas duas províncias, Rio de Janeiro e Ceará. Até o fim do regime monárquico, recebeu meninos e meninas de várias outras províncias, tais como Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. O ingresso de qualquer aluno no Instituto estava condicionado à autorização do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império.

Após a queda do império em 1889, o Instituto teve sua denominação alterada. Imediatamente: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos recebeu o nome de Instituto dos Meninos Cegos, alterado, em 1890, para Instituto Nacional dos Cegos e, em 1891, para Instituto Benjamin Constant (IBC), denominação utilizada até os dias atuais.

A respeito desta instituição, Rosa (2008) observa:

Este modelo institucional segregado teve início na França, em 1784, com a criação do Instituto dos Jovens Cegos de Paris, onde o capitalismo já havia alcançado um grau mais avançado de desenvolvimento das forças produtivas, possibilitando inclusive o aproveitamento da mão-de-obra de certos cegos em alguns tipos de atividades econômicas. Transposto para uma realidade econômica baseada na monocultura para a exportação ainda movida por mão-de-obra escrava, a criação do Instituto serviu para retirar das famílias e colocar em espaços segregados aquelas pessoas que não necessitavam ficar isoladas do convívio da sociedade (p. 12-13).

Como parte do domínio do modelo institucional segregado na época, tendo como referência o Instituto Benjamin Constant, foram criados outros Institutos nas principais capitais do país. Em 1926, foi fundado o Instituto São Rafael, em Belo Horizonte/MG; em 1928, foi fundado o Instituto Padre Chico, em São Paulo; em 1939, em Curitiba, foi criado o Instituto Paranaense de Instrução e Trabalho para Cegos (IPC); e, em 1941, deu-se a fundação do Instituto Santa Luzia, em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Estes Institutos tinham em comum a manutenção das Escolas Especializadas. A grande parte dos alunos que morava no interior dos estados, era internada nos institutos por suas famílias por não terem condições financeiras de garantir a contratação de profissionais (BRASIL, 2010), arriscamos afirmar que o interesse das famílias era potencializar suas habilidades, buscando aquilo que Vigotski (1997) viria a tratar como compensação da perda visual.

Considerando toda a proliferação do modelo de institutos com escolas especializadas no país, merece destaque o recurso interposto por um estudante cego da cidade de Curitiba, para o Conselho Nacional da Educação em 1932, para garantir o seu direito de estudar numa escola comum.

Conforme o parecer do relator do Processo nº 291, de 04 de novembro de 1932, o Professor Cesário de Andrade, apesar de

entender que não seria possível para um professor da escola comum ministrar aulas para um aluno cego que se vale de métodos de ensino tão diferente, junto com os demais alunos, tocado pela compaixão e com base na equidade, acabou concedendo o direito do aluno cego frequentar uma sala de aula do ensino comum (ROSA, 2008, p. 13).

Duas décadas depois, o Conselho Nacional de Educação teve outra deliberação sobre as pessoas cegas. "Na década de 1950, fato marcante foi o Conselho Nacional de Educação autorizar que estudantes cegos ingressassem nas faculdades de Filosofia" (BRASIL, 2010, p. 28). Ou seja, o fato dessas deliberações estarem na contramão das escolas segregadas, modelo predominante da época, mostra que as pessoas cegas e seus familiares estavam preocupados com a garantia da instrução formal destes sujeitos e eles manifestavam a possibilidade de aprender, com o uso da linguagem, como afirma Vigotski (1997): "a palavra vence a cegueira".

O movimento internacional, com objetivo de erradicar qualquer forma de discriminação após a derrota do nazismo/fascismo na segunda guerra mundial, teve uma grande vitória com a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, quando iniciou um amplo e profundo debate sobre os direitos iguais e inalienáveis, como fundamentos da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Ou seja, este debate contribuiu ainda mais para a ampliação dos espaços educacionais para as pessoas cegas e com baixa visão.

Em 1946, foi criada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, em São Paulo que tinha como objetivo a produção de livros em Braille para os cegos do país, material que não existia na época para as pessoas cegas e com baixa visão com poucos recursos financeiros. Sua principal fundadora foi Dorina Gouvêa Nowill⁴, pessoa cega, que tinha a preocupação de garantir o acesso a leitura destes sujeitos. Em 1958, foi criada a Campanha Nacional de Educação para Cegos junto ao MEC e em, 1961, a promulgação da primeira LDBEN, Lei n.º 4.024/1961, que tratou Da Educação de Excepcionais. Em 1964, foi realizado o Primeiro Congresso Brasileiro para a Educação das Pessoas com Deficiência Visual.

A incorporação da educação especial pelas Instituições de Ensino Superior teve seu início com a promulgação da Lei n.º 5.692/71, que definiu que a formação

⁴ Em 1991, com a reformulação do estatuto da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, a denominação foi alterada para Fundação Dorina Nowill para Cegos.

de professores e especialistas para o ensino dos então 1º e 2º graus fosse se elevando progressivamente. "Em decorrência dessa lei, o Conselho Federal de Educação baixou Resoluções tornando obrigatória a formação de professores de educação especial em nível superior, dentro dos Cursos de Pedagogia" (BUENO, 2002, p. 24). Neste sentido, a incorporação pelas instituições de ensino superior permitiu uma grande disseminação sistemática e continuada na formação de professores de educação especial no país.

Em 1973, houve a criação do Centro Nacional da Educação Especial - CENESP/Departamento da Deficiência Visual e, em 1979, a divulgação das quatro propostas Curriculares para a área da deficiência Visual (BRASIL, 2010).

A Educação Especial teve um grande crescimento na década de 1970, sobretudo na área da Deficiência Visual, e a partir deste crescimento, iniciaram as divergências entre os defensores do modelo segregado e os defensores da integração dos alunos cegos nas escolas do ensino regular. Não obstante, para alguns autores a década de 1970, de fato representou um marco histórico importante da Educação Especial brasileira. De acordo com Jannuzzi (1997),

[...] podemos colocar a década de 1970 como um marco divisor da EE, porque até então ela esteve mais sujeita à sensibilidade das associações principalmente filantrópicas. Agora, em 1973, no governo Médici, criava-se um órgão diretamente subordinado ao MEC para cuidar de política da educação especial em termos nacionais, o CENESP (Decreto 72.425/73). [...] o Grupo de Trabalho encarregado de operacionalizar o Projeto Prioritário nº 35, e que vai propor a criação do CENESP fixando suas diretrizes, contou com a consultoria de James Gallagher da University of North Caroline, por intermédio do Escritório de Recursos Humanos da USAID/Brasil (JANNUZZI, 1997, p. 195-196).

Desta forma, o que podemos constatar é que desde o Império até a década de 1970, as pessoas com deficiência ainda não tinham conquistado sua autonomia para decidir o que fazer da própria vida. Entretanto, entre as pessoas com deficiência, esse foi um período de construção do seu próprio movimento afirmativo, onde estavam dispostos a lutar por seus direitos e garantir sua autonomia, dentre os quais se destaca a necessidade de ter um maior avanço na educação de qualidade e de ter a capacidade de decidir sobre suas próprias vidas.

No início dos anos 1980, estava em curso a luta pela redemocratização do país. As liberdades individuais e coletivas suprimidas pela ditadura militar estavam

chegando ao fim, os sindicatos e os movimentos sociais estavam se reorganizando e os partidos políticos voltando à legalidade. As organizações das pessoas com deficiência, antes restritas à caridade, às ações filantrópicas e às políticas de assistência, adotam uma nova orientação política, ou seja, os sujeitos com deficiência compreendem que a luta para defender seus direitos não é restrita ao segmento, está vinculada a uma luta de 'todos para todos', pois, a participação destes sujeitos em outras entidades da classe trabalhadora contribui na ampliação dos seus direitos e de uma sociedade mais justa e igualitária.

A partir da contribuição das pessoas com deficiência em outras organizações de movimentos sociais, o segmento ganhou visibilidade, e então estes sujeitos tornaram-se ativos na busca por transformações na sociedade. O desejo de serem protagonistas políticos motivou uma mobilização nacional. "Essa história alimentou-se da conjuntura da época: o regime militar, o processo de redemocratização brasileira e a promulgação, pela ONU, em 1981, do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD)" (BRASIL, 2010, p. 33). A decisão da ONU de proclamar 1981 como ano internacional das pessoas com deficiência com o tema "participação plena e igualdade", colocou estes sujeitos no centro das discussões do mundo todo, e no Brasil, contribuiu para os movimentos sociais das pessoas com deficiência que estavam discutindo a redemocratização do país.

Para garantir o cumprimento da deliberação da ONU, foi constituída uma Comissão Nacional por meio dos Decretos nº 84.919 e nº 85.123, respectivamente, de 15 de julho e 10 de setembro de 1980. Subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, a Comissão Nacional do AIPD era formada por representantes do Poder Executivo, de entidades não governamentais de reabilitação e educação de pessoas com deficiência, bem como pelas pessoas interessadas na prevenção de acidentes de trabalho, trânsito e domésticos. Após uma grande reivindicação das entidades representativas das pessoas com deficiência para ter seus representantes nesta Comissão, também foi conquistado o direito de participar e contribuir nas decisões.

A Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes repudiou a ausência de pessoas com deficiência na Comissão e solicitou, por meio de carta, ao presidente da República, general João Batista Figueiredo, a alteração do Decreto que instalou a Comissão Nacional. O presidente recebeu a carta de uma comissão de pessoas com deficiência e garantiu a mudança na estrutura da Comissão Nacional (BRASIL, 2010, p. 41).

Após os intensos debates nas reuniões da Comissão, o ano de 1981 foi marcado por vários encontros, congressos e mobilizações de rua, articulados pelas organizações das pessoas com deficiência. A cada evento aumentava a participação das entidades e o movimento ganhava mais força e “visibilidade”. Destaca-se que "em manifestação ocorrida na Cinelândia, no Rio de Janeiro, em abril de 1981, participaram cerca de 200 pessoas com deficiência somadas às pessoas sem deficiência" (BRASIL, 2010, p. 42).

Após as várias mobilizações do movimento das pessoas com deficiência em 1981, houve um processo de construção que resultou em um maior nível de organização e, conseqüentemente, o movimento acumulou forças para obrigar o estado a implementar políticas públicas para este segmento. O Ministro da Educação Marco Maciel entregou ao Presidente José Sarney, em 1985, proposta de estudo sobre a educação especial no Brasil para detectar problemas e buscar soluções.

O Presidente da República, por meio do Decreto nº 91.872, de 4 de novembro de 1985, instituiu o Comitê Nacional para Educação Especial, com o objetivo de traçar a política de ação conjunta para aprimorar a educação especial e integrar à sociedade as pessoas com deficiência, com problemas de conduta e superdotadas (BRASIL, 2010, p. 70-71).

A publicação deste decreto representou a preocupação governamental em buscar medidas de prevenção, tratamento e educação direcionadas às pessoas com deficiência.

Após algumas discussões, decidiu-se que o Comitê não tinha competência para discutir sobre superdotados e pessoas com problemas de conduta, já que os membros eram ligados à questão da deficiência. Isso definiu o Plano de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente, documento final do Comitê.

Faz-se necessário destacar que não houve indicação de representante de uma organização nacional de cegos, porque esse movimento era fragmentado em várias organizações que estavam reivindicando a representação nacional. "Os cegos foram contemplados na categoria das pessoas de notório saber e, na pessoa de Aldo Linhares Sobrinho, com uma representação generalista das 'organizações nacionais de deficientes visuais" (BRASIL, 2010, p. 72).

Após vários debates no Comitê nacional, seus membros chegaram a um consenso quanto aos reais problemas que precisavam ser enfrentados na Educação Especial. A falta de articulação entre as esferas governamentais, a forma de gestão na estrutura do governo federal, as ações necessárias ao atendimento da pessoa com deficiência e a falta de informações quanto aos recursos disponíveis, foram identificados como os elementos impeditivos para um maior avanço da educação especial da época.

A solução indicada pelo Comitê Nacional para Educação Especial, desde as reuniões iniciais, de acordo com a obra História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil, era a criação de um órgão de coordenação interministerial, subordinado à Presidência da República ou à Casa Civil, que fosse responsável por articular as políticas para a pessoa com deficiência entre todas as esferas do governo federal. Ou seja, com aquela proposta estava sendo gestada a CORDE⁵, órgão responsável pelo acompanhamento de toda a implementação de políticas públicas do governo federal destinadas às pessoas com deficiência. Outra importante sugestão do documento do Comitê foi a transformação do CENESP em Secretaria de Educação Especial (SEESP), EM 1986, com o objetivo de implantar as ações do Plano Nacional de Ação Conjunta no âmbito do Ministério da Educação.

A luta dos movimentos sociais no país pela redemocratização teve como um dos pontos fundamentais a aprovação da Constituição Federal de 1988. Foram organizadas várias audiências públicas envolvendo todas as minorias. Suas pautas eram discutidas e encaminhadas para uma comissão de sistematização, para posteriormente passar por uma análise quanto a sua legitimidade e, dependendo da força do movimento que defendia a proposta, esta era ou não incorporada no texto constitucional.

Desta forma, a educação especial tem passado por várias mudanças de entendimento, nos diferentes períodos históricos. Passou pelos modelos excludente, segregacionista, filantrópico, terapêutico, integralista, chegando ao da inclusão. Este debate tomou corpo na constituinte, onde a proposta dos alunos com algum tipo de deficiência frequentarem as salas regulares se chocou com as formas educacionais anteriormente pensadas para estes sujeitos. A educação para todos, com respeito às diferenças, à eliminação de barreiras arquitetônicas e atitudinais para que os

⁵ Nota de rodapé sobre a CORDE

alunos com algum tipo de deficiência pudessem conviver socialmente com os demais sujeitos, permeou o debate na elaboração da Constituição Federal.

Neste sentido, a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, ao tratar da educação das pessoas com deficiência trouxe um avanço ao incluir em sua redação o termo "preferencialmente", ou seja, possibilitou que estes sujeitos pudessem frequentar a rede comum de ensino.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Assim, a CF de 1988 definiu a igualdade de oportunidade para todos os sujeitos na educação e a inauguração do termo "preferencialmente" que garante a matrícula regular para todos os alunos com algum tipo de deficiência na rede regular de ensino em todos os níveis. Não obstante, não podemos desconsiderar que no caso de algumas deficiências, já existiam estudantes que frequentavam a escola comum: "Na década de 1950, fato marcante foi o Conselho Nacional de Educação autorizar que estudantes cegos ingressassem nas faculdades de Filosofia" (BRASIL, 2010, p. 28). Neste sentido, a Constituição Federal de 1988 fortalece a luta por uma educação de qualidade e rompe com as formas caritativas de oportunizar o acesso à educação formal das pessoas com deficiência.

Com as discussões que ocorreram após a promulgação da Constituição Federal de 1988, os debates sobre a educação inclusiva ganharam força principalmente com a difusão da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que propõe que "as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar...", pois tais escolas "constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos..." (UNESCO, 1994, p. 8-9). Assim, a Educação Especial que por muito tempo

configurou-se como um sistema paralelo de ensino, vem redimensionando o seu papel, antes restrito ao atendimento segregado, para atuar, prioritariamente como suporte à escola regular no atendimento aos alunos.

Com a aprovação da Constituição (BRASIL, 1988) e a Declaração de Salamanca em 1994, a educação especial estava passando por um momento privilegiado de discussão. As escolas, as universidades, as entidades de defesa de direitos das pessoas com deficiência e o conjunto dos professores, realizavam debates com objetivo de garantir o acesso à educação formal para estes sujeitos. Neste sentido, com as discussões na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), foi destinado um capítulo específico que normatiza a educação inclusiva para as pessoas com deficiência. O direito de frequentar o ensino regular se torna realidade, ressalvando algumas áreas das deficiências que apresentam a necessidade de um acompanhamento específico dos educadores.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Parágrafo único. O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (BRASIL, 1996).

Desta forma, o modelo da escola segregada vai sendo revisto, e de certo modo, substituído pela perspectiva legal e social de uma educação inclusiva.

Outro marco fundamental que consolida o avanço da educação inclusiva ocorreu com a promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2007. Após a aprovação, no Brasil, foram iniciadas as discussões por algumas entidades representativas das pessoas com deficiência e setores de governo, para articular a ratificação da Convenção. O Congresso Nacional, observando o Artigo 84 inciso IV da Constituição Federal de 1988, aprovou por 3/5 na Câmara Federal e no Senado Federal em duas votações, em dois turnos (quórum determinado pela Constituição Federal, para a ratificação de acordos internacionais, com valor legal de emenda à Constituição). Estas aprovações propiciaram para o segmento das pessoas com deficiência, vários avanços no ordenamento jurídico brasileiro (BRASIL, 2010).

Após a publicação do decreto legislativo, para garantir os ritos jurídicos estabelecidos na legislação brasileira, a Presidência da República publicou o Decreto n.º 6.949/2009, que "Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007" (BRASIL, 2009, p. 01).

Desta forma, a Convenção Internacional da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, retira o termo "preferencialmente", presente na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

Destacamos que com a presença deste termo, ainda existiam alguns elementos jurídicos para a defesa da escola segregada⁶.

Artigo 24 Educação 1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos (BRASIL, 2010, p. 48).

Ou seja, podemos destacar que para o ordenamento jurídico brasileiro, as matrículas das pessoas com deficiência em todos os níveis da educação forma, serão na rede regular de ensino.

A mudança do conceito de necessidades educacionais especiais para a educação inclusiva⁷ implica mudanças significativas. Em vez de se pensar no aluno como a origem de um problema, exigindo-se dele um ajustamento a padrões de normalidade para aprender como os demais, como afirmava o modelo biomédico com foco no indivíduo e compreendendo a deficiência como um problema pessoal que não requeria alteração no contexto, transfere-se para os sistemas de ensino e para as escolas, numa perspectiva social, o desafio de construir coletivamente as condições para atender à diversidade de todos os estudantes, por meio da implementação de políticas públicas que tem em vista a acessibilidade e a tecnologia, por exemplo.

As discussões que tratam sobre as garantias dos direitos das pessoas com deficiência no ensino superior iniciaram com a publicação da Portaria n.º 1793/94 e tiveram com a portaria n.º 16796/1999, do Ministério da Educação, revogada pela Portaria n.º 3.284, de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre a acessibilidade dos alunos com deficiência na educação superior e reitera, de forma mais específica, as condições para que as IES, no processo de avaliação, sejam credenciadas mediante a construção da acessibilidade. Aponta que caberá à Secretaria de Educação Superior, com o apoio técnico da Secretaria de Educação Especial ambas do MEC,

⁶ A escola segregada é criada com a fundação do Instituto dos Jovens Cegos de Paris em 1784, onde os alunos cegos e com baixa visão estudavam em uma instituição somente para pessoas com deficiência visual.

⁷ Mudança de um paradigma da educação, que garanta ações que favoreçam a inclusão social com práticas educacionais diferenciadas que atendam a todos os alunos, conforme a Política Nacional, o paradigma dos direitos humanos.

estabelecer os requisitos da acessibilidade que variam de acordo com a categoria de deficiência.

[...] enquanto os alunos com deficiência física têm como critério para a acessibilidade a existência de espaços físicos adaptados (rampas, corrimões, trincos de porta, banheiros, bebedouros, telefones públicos), no referente à deficiência visual, a acessibilidade depende de materiais, como computadores com softwares adequados, impressoras Braille; no concernente à surdez, o aluno deve ter direito a um intérprete em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (BRASIL, 2010, p. 29-30).

Outro importante instrumento legal para os avanços das políticas inclusivas para as pessoas com deficiência no ensino superior ocorreu com a publicação do Decreto Presidencial n.º 5296/2004 que regulamenta a lei n.º 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Para garantir a aplicação do referido decreto, MEC e as instituições de ensino superior construíram o Programa de Acessibilidade na Educação Superior - INCLUIR, inserido no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação, propondo ações que garantam o acesso pleno de pessoas com deficiência às Instituições Federais de Educação Superior (IFES). O programa INCLUIR teve como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES, os quais respondem pela organização de ações institucionais que assegurem a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

Desde 2005, o programa lança editais com a finalidade de apoiar projetos de criação ou reestruturação desses núcleos nas IFES. Os núcleos melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social (FUNGHETTO, 2012, p. 30).

Desta forma, o programa recebia propostas de universidades de todo o país, que passavam por uma avaliação, e as aprovadas recebiam o aporte financeiro do MEC. Após a implantação deste Programa, o Ministério da Educação utilizou os dados do Censo da Educação Superior para avaliar os resultados da implementação destas políticas para às pessoas com deficiência.

Dados do Censo da Educação Superior de 2005, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), demonstram que o aumento do número de matrículas de alunos com deficiência é de 179,4% (de 2.155 para 6.022 em cinco anos). O mesmo Censo identificou que 67% (4.247) dos alunos com deficiência estudavam em instituições particulares (FUNGHETTO, 2012, p. 30).

O aumento significativo das matrículas das pessoas com deficiência no ensino superior ocorreu junto com a expansão das universidades e faculdades privadas no início dos anos 2000.

Em 2009, foram instituídas pelo Conselho Nacional de Educação as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, pela Resolução 04/2009, onde a forma de atendimento deve ser "ofertada por meio de salas de recursos multifuncionais ou centros de atendimento educacional especializado de todos os níveis de ensino da rede pública ou privada de ensino" (BRASIL, 2009b, p. 17). No ensino superior, os acadêmicos devem ser acompanhados em todas as áreas, no ensino, na pesquisa e na extensão, por um núcleo de apoio da própria universidade/faculdade, seja ela pública ou privada.

2.3 - DO ASSOCIATIVISMO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O primeiro registro que encontramos de agrupamento de pessoas com deficiência na história da humanidade, segundo Belarmino (1997), ocorreu no século XVI, onde os sujeitos cegos constituíram uma organização, denominada "Mangcheong", tradução da língua Coreana, que incorporava os adivinhos cegos. No fim do século XIX, este agrupamento começou a declinar em termos de importância. Mesmo assim, Sangyeon reconhece que junto com a massagem, a adivinhação é ainda hoje uma das profissões mais populares entre os cegos, pois grande parte da população, acredita que as pessoas com deficiência visual possam somente desempenhar no trabalho estas atividades. Belarmino (1997, s/p)) afirma que "os cegos geralmente foram reverenciados como videntes, profetas ou adivinhos".

No início do século XX, nos países em desenvolvimento, ainda predominavam as práticas de isolamento, com asilos e hospitais para pessoas que estavam fora

dos padrões considerados normais daquele período histórico. Desta forma, o estado editou decretos, instituiu normas, para garantir o tratamento e o abrigo para os considerados diferentes.

O Decreto nº 82, de 18 de julho de 1841, determinou a fundação do primeiro hospital "destinado privativamente para o tratamento de alienados", o Hospício Dom Pedro II, vinculado à Santa Casa de Misericórdia, instalado no Rio de Janeiro. O estabelecimento começou a funcionar efetivamente em 9 de dezembro de 1852 (BRASIL, 2010, p. 19).

Com a consolidação e o predomínio do modelo de internato naquele período histórico, iniciaram as discussões quanto à luta para garantir o acesso à educação formal para os sujeitos com algum tipo de deficiência. A chegada do sistema Braille para as pessoas cegas e a língua de sinais para as pessoas surdas pôs em marcha um processo de conscientização e politização desses sujeitos, a partir da experiência do internamento, com a fundação do Instituto Imperial dos Meninos Cegos em 1854, e com a fundação do Instituto Imperial dos Surdos Mudos, de 1856. A fundação destes institutos, na cidade do Rio de Janeiro, capital do império, contribuía para uma alteração na forma de agrupamento das pessoas com deficiência, que crescia em todo o mundo, o modelo associativista.

Ao contrário dos asilos, hospitais e mesmo das escolas especializadas que sempre foram fruto da caridade e da filantropia de particulares ou de iniciativas governamentais, as novas associações nasciam da vontade e da ação destes sujeitos, saídos do internato, buscavam nessa nova forma organizativa, mecanismos para o encaminhamento de suas lutas por emprego, melhorias de vida e combate às discriminações (BELARMINO, 1997, s.p).

Ao saírem do internato, os sujeitos com deficiência criavam associações, tendo em vista o acesso ao emprego, melhoria de vida e combate às práticas discriminatórias.

No Brasil, as primeiras associações de cegos surgem no Rio de Janeiro dos anos 50, congregando-se em torno de interesses eminentemente econômicos. Seus associados eram, em geral, vendedores ambulantes, artesãos especializados no fabrico de vassouras, empalhamento de cadeiras, acondicionamento de escovões de enceradeiras, etc (BELARMINO, 1997, s.p).

O associativismo das pessoas surdas no Brasil, inicia suas discussões sobre quais eram os melhores métodos de acesso aos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade. Estavam na disputa o método da Língua Brasileira de Sinais, o oralismo e alguns estudiosos defendiam que a utilização das duas, propiciava para estes sujeitos uma maior compreensão. No final do século XIX, a Língua Brasileira de Sinais sofreu uma significativa derrota. Em 1880, no Congresso Internacional de Professores de Surdos, em Milão, Itália, o método oral foi escolhido como o melhor método de ensino para as pessoas surdas. A definição deste congresso não estava de acordo com o entendimento da maioria das pessoas surdas no Brasil. Os debates sobre qual era a melhor língua para estes sujeitos no Brasil, contribuiu decisivamente para a fundação da associação para discutir e criar estratégias para enfrentar esta definição equivocada, segundo os membros da associação.

No Brasil, há registros de que, no final da década de 1930, um grupo de surdos ex-estudantes do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) fundou a Associação Brasileira de Surdos-Mudos⁸ no Rio de Janeiro. Uma segunda associação foi fundada em maio de 1953 com a ajuda de uma professora de surdos, Ivete Vasconcelos. Além disso, os ex-estudantes do INES voltavam para suas cidades de origem e criavam associações de surdos, tais como a Associação de Surdos-Mudos de São Paulo, fundada em março de 1954, e a Associação de Surdos de Belo Horizonte, em 1956 (BRASIL, 2010, p. 30).

Considerando os documentos pesquisados, como algumas publicações organizadas pela Secretaria Nacional das Pessoas com Deficiência, os estatutos das organizações das entidades das pessoas com deficiência com representação no território nacional, periódicos, atas e outros documentos não menos importantes para esta pesquisa, podemos afirmar que, na primeira metade do século XX, o Estado não promoveu novas ações para as pessoas com deficiência e apenas expandiu, de forma modesta, os institutos de cegos e surdos para outras cidades. As poucas iniciativas, além de não terem a necessária distribuição espacial pelo território nacional e atender uma minoria, restringiam-se apenas aos cegos e surdos.

⁸ Atualmente não se usa o vocábulo "surdo-mudo" ao se referir as pessoas surdas, já que, na maioria absoluta das vezes, o fato de não falar está relacionado ao não conhecimento dos sons e à conseqüente impossibilidade de repeti-los, e não a uma doença que impeça a fala.

"Diante desse déficit de ações concretas do Estado, a sociedade civil criou organizações voltadas para a assistência nas áreas de educação e saúde, como as Sociedades Pestalozzi (1932) e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (1954)" (BRASIL, 2010, p. 19).

No final dos anos 60, ganhou corpo em todo o país, um movimento que tinha à frente a Campanha Nacional de Educação Especial, o qual colocava em debate o internamento de pessoas com deficiência nos institutos. Estas práticas segregativas passaram a sofrer vários questionamentos e o reforço à discriminação foi o discurso predominante da época. Não obstante, em quase todas as escolas do país, a prática do internamento passou por alterações, por exemplo, não foi estendido o internamento aos cegos maiores de 18 anos, nem àqueles cujas famílias tivessem domicílio nas proximidades do instituto.

Essas novas associações são marcadas por uma grande contradição, pois estavam vinculadas culturalmente a um sistema educacional que legou às pessoas com deficiência algumas soluções que ora apontavam para a exclusão, ora para práticas de caridade e filantropia. "Por conseguinte, as associações reproduzem, em suas práticas e ações, um modo de agir que, ao mesmo tempo em que reforça o estigma e a discriminação, combate frontalmente esses códigos culturais" (BRASIL, 2010, p. 28).

Este debate foi de fundamental importância para o crescimento do número de associações de pessoas com deficiência criadas no Brasil, na década seguinte.

Neste sentido, o movimento das pessoas surdas passou a construir estratégias de resistência às práticas de filantropia e caridade, a partir das práticas educacionais segregativas, ganhando força com a expansão do modelo dos institutos, além de enfrentar o conceito "ouvintistas", bandeira central de luta específica do segmento. Esse movimento se deu em espaços como as associações, as cooperativas e os clubes, lugares frequentados pelos surdos, onde estes sujeitos tinham suas relações sociais que propiciavam a prática da Língua de Sinais. Grande parte das associações de surdos nasceu nos períodos de maior domínio da oralidade e à negação da diferença, envolvendo o final do século XIX até aproximadamente os anos de 1960 e 1970. Não obstante, uma das principais bandeiras de luta das pessoas surdas é o uso e a defesa da Língua de Sinais.

A origem dos movimentos sociais dos surdos brasileiros também tem fortes ligações com o esporte, sendo fundada em 1959, a Federação Desportiva de Surdos do Rio de Janeiro, com o nome de Federação Carioca de Surdos-Mudos.

"A Federação Carioca de Surdos-Mudos era liderada por Sentil Delatorre e reconhecida pelo Conselho Nacional de Desportos e pela Confederação Brasileira de Futebol" (BRASIL, 2010, p. 30). Com o crescimento da prática esportiva das pessoas surdas, a associação filiou-se ao Comitê Internacional de Esportes dos Surdos. A partir da expansão deste desporto, o presidente Delatorre convocou uma assembleia geral que, em novembro de 1984, no auditório do INES, aprovou a fundação da Confederação Brasileira de Desporto para Surdos (BRASIL, 2010).

O movimento internacional das pessoas surdas foi articulado sob coordenação da Federação Mundial de Surdos (World Federation of the Deaf - WFD), fundada em 1951 com sede na Finlândia. Articulada com os organismos ligados à Organização das Nações Unidas (ONU), as lideranças dos movimentos organizados das pessoas surdas, procuraram interferir na construção de políticas sociais, reivindicaram sua implementação aos governos dos seus países. "A WFD teve influência decisiva nas recomendações da UNESCO, em 1984, no reconhecimento formal da Língua de Sinais como língua natural das pessoas surdas, garantindo que crianças surdas tivessem acesso a ela o mais precocemente possível" (BRASIL, 2010, p. 31).

A entidade que representava os interesses das pessoas surdas foi fundada em 1987. A FENEIS foi criada para se contrapor à FENEIDA, que havia sido fundada por profissionais ouvintes em 1978, no Rio de Janeiro. O encontro, com a pretensão de se fundar uma associação em âmbito nacional, ocorreu no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no bojo do Projeto de Integração, que representava um conjunto de ideias para propiciar a participação de pessoas com deficiência em todos os espaços de participação, objetivando garantir maior visibilidade para estes sujeitos e enfrentar os preconceitos, em prol da integração.

Assim, em fevereiro de 1978, com a presença de representantes de associações de surdos, iniciou-se a elaboração do estatuto da nova entidade, sendo sua primeira diretoria eleita no mesmo ano. Os surdos participaram da fundação da Feneida; alguns nomes sugeridos para a FENEIDA foram: Federação Brasileira de Surdos (FEBRAS); Instituto Brasileiro de Surdos (IBRAS); e Associação Brasileira de Surdos (ABRAS) (BRASIL, 2010, p. 56).

Em 1983, um grupo de surdos organizou a Comissão em defesa dos direitos dos Surdos. O grupo ganhou força e legitimidade ao reivindicar à FENEIDA espaço para seu trabalho, o que foi negado naquele período. Em 1987, a FENEIDA vivia um processo de desgaste financeiro, com lutas internas geradas também, pela pressão dos surdos da Comissão em defesa dos direitos dos Surdos, onde disputaram as eleições e elegeram a chapa presidida pela surda Ana Regina Campello. A nova diretoria alterou seu Estatuto e passou a ser denominada de Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEISS).

Tal mudança não se restringiu apenas a troca de nomes, mas marcou uma alteração profunda na concepção de movimento social destes sujeitos. A terminologia "Deficiente Auditivo" passou a ser rejeitada porque não define o surdo em sua totalidade, e expressa uma concepção clínica de sua capacidade ou não de ouvir, e que, por isso, concebe a surdez como uma situação a ser ajustada por meio de treinamento de fala e audição, adaptação precoce de aparelhos de amplificação sonora individuais, intervenções cirúrgicas como o implante coclear, etc. Já o termo "surdo" traz embutida uma concepção biopsicosocial que concebe a surdez como só mais um dos vários atributos que compõem o todo do sujeito. Assim, a ideia de que os sujeitos surdos deveriam ser ajustados à sociedade ouvintista passou a ser combatida (BRASIL, 2010).

As principais finalidades da FENEIS eram:

Artigo 5º - As principais finalidades da FENEIS são:

- I - Promover e assessorar a educação e a cultura das pessoas portadoras de surdez/deficiência auditiva;
- II - Incentivar o uso dos meios de comunicação social apropriados à pessoa surda, especialmente de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais;
- III - Apoiar e colaborar com as filiadas, as Associações de Surdos, de Pais e Amigos de Surdos, Escolas e Clínicas especializadas, objetivando uma ação conjunta no sentido de melhorar os recursos educativos e de integração das pessoas portadoras de surdez/deficiência auditiva;
- IV - Incentivar a criação e o desenvolvimento de novas instituições, nos moldes das modernas técnicas de atendimento, visando o diagnóstico à prevenção, a estimulação precoce, a educação, a profissionalização e a integração da pessoa portadora de surdez/deficiência auditiva;
- V - Estender o seu âmbito de ação às organizações nacionais e internacionais, para maior troca de experiência e ampliações de recursos técnicos e materiais;

- VI - Apresentar sugestões aos órgãos oficiais e poderes públicos, visando o aperfeiçoamento do atendimento da pessoa portadora de surdez/deficiência auditiva, servindo, inclusive, como órgão de assessoramento;
- VII - Organizar e participar de Congressos, Seminários, Cursos ou correlatos, a nível Internacional, Nacional, Regional, Estadual ou Municipal com fins de promover o intercâmbio e aprimoramento dos assuntos que envolvem a problemática da pessoa portadora de surdez;
- VIII - Estimular a realização de pesquisas, estudos e estatísticas referentes à deficiência auditiva, favorecendo a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos especializados;
- IX - Promover a profissionalização e inserção da pessoa portadora de surdez no mercado de trabalho, firmando convênios e/ou contratos com pessoas jurídicas privadas e públicas;
- X - Promover a defesa e postulação pela substituição processual de interesses difusos e coletivos pertinentes à deficiência;
- XI - Incentivar e/ou criar escolas e cursos voltados aos surdos através de parcerias, convênios ou outros meios, com órgãos governamentais ou não governamentais, dentro de seus escritórios ou fora deles (ESTATUTO, 1987, F1).

Após a consolidação da FENEIS, as lutas nos anos posteriores são marcadas por muitos enfrentamentos para o reconhecimento da Língua de Sinais, pelos direitos das crianças, adolescentes e adultos surdos ao acesso à educação, ao lazer, ao esporte, à cultura, ao trabalho, entre outros.

A Feneis é uma organização com abrangência em todo o território nacional, que incentiva a criação de associações e clubes, com objetivo de reunir as pessoas surdas para que estas possam construir seus contatos sociais, linguísticos, culturais e esportivos, além de existir, historicamente organizações mais politizadas que lutavam pela oficialização da Língua de Sinais e pela garantia da presença de intérpretes em situações diversas.

Em 1993, a Feneis criou o Grupo de Pesquisa de Libras e Cultura Surda, consolidando as pesquisas linguísticas da Libras, com pesquisadores surdos participando. Libras é a sigla votada e aprovada pela Feneis para denominar a Língua Brasileira de Sinais em 1993, oficializada nacionalmente pela Lei nº 10.436, em 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2010, p. 58).

Outro importante marco na trajetória de luta dos movimentos sociais das pessoas surdas foi o debate que ocorreu no interior do próprio movimento, sobre o direito a "cultura surda". Este conceito ganha força com o recuo da teoria ortodoxa Marxista nos movimentos sociais, com objetivo de buscar a fragmentação destes

movimentos e conseqüentemente produzir um esvaziamento teórico objetivando enfraquecer a luta de classe. Com a publicação do livro do linguista Willian Stokoe, *Language Structure: an outline of the visual communication system of the american deaf* (Estrutura de Linguagem: uma abordagem do sistema de comunicação visual do surdo americano), no qual afirma que a língua de sinais americana tinha todas as características da língua oral. Ou seja, os surdos puderam reafirmar com mais força e argumentação o seu pertencimento a uma comunidade linguística que lhes provê uma cultura e uma identidade próprias, e contraditoriamente, o aumento do distanciamento da luta dos demais trabalhadores.

Gohn faz alguns apontamentos quanto ao recuo teórico da teoria Marxista e valoriza as ações imediatas dos movimentos sociais.

Ou seja, a ação coletiva de pressão e reivindicação, antes presente na maioria dos movimentos sociais latino-americanos, converteu-se nos anos 90 em ações voltadas para a obtenção de resultados, em projetos de parceria que envolvem diferentes setores públicos e privados (GOHN, 1997, p. 18).

Desta forma, não se pode desconsiderar que o fato de pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva traz uma marca identitária significativa para estes sujeitos, mas não com a importância de fragmentar as lutas deste segmento, das lutas maiores da classe trabalhadora.

Este novo modelo de associações e lutas fragmentadas continuou ganhando força na década de 90 no Brasil, onde os sujeitos surdos lutavam pela implementação obrigatória da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), nos meios de comunicação, teatros, cinemas e em todos os níveis da educação Brasileira. Como resultado destas lutas, em 2002, houve a aprovação da lei n.º 10.436, regulamentada pelo Decreto n.º 5626 de 2005, garantindo o reconhecimento e a obrigatoriedade do uso da Língua Brasileira de Sinais nas esferas públicas e privadas, além de garantir a obrigatoriedade nas disciplinas de Libras nos currículos dos cursos de formação de professores e de magistério. Ou seja, se por um lado o movimento dos trabalhadores é fragmentado por lutas específicas, existe contraditoriamente avanços para estes segmentos, na medida que obtêm conquistas na comunicação dos surdos, avanços estes, fundamentais para a inclusão social destes sujeitos.

Já as pessoas com deficiência física, fundaram sua primeira entidade com representação em todo o território nacional em 1984. A Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF), elegeu uma Comissão Provisória composta por pessoas com deficiência física para contribuir no processo de constituição da entidade. A Comissão, composta por representantes de diferentes estados da federação, "[...] reuniu-se no Rio de Janeiro, nos dias 20 e 21 de agosto de 1983, para traçar seu plano de trabalho" (BRASIL, 2010, p. 55). Na reunião, a Comissão Provisória discutiu os critérios para a filiação e a participação na nova organização dos deficientes físicos. Poderiam se filiar na Onedef todas as entidades que tivessem em seus quadros no mínimo dois terços dos associados compostos por pessoas com deficiência física.

"A fundação oficial da ONEDEF aconteceu durante o 1º Encontro Nacional dos Deficientes Físicos, realizado em Brasília, de 13 a 16 de abril de 1984, quando a assembleia geral das organizações de deficientes físicos aprovou os estatutos e as lutas prioritárias" (BRASIL, 2010, p. 56). Hoje a organização tem sede e foro na cidade de Brasília, no Distrito Federal.

A ONEDEF tem como suas principais finalidades:

Art. 2º - A ONEDEF tem por finalidade:

I - representar as suas entidades filiadas;

II - congregar e estimular o intercâmbio entre suas filiadas para plena inclusão social das pessoas com deficiência física;

III - sensibilizar e conscientizar a sociedade, por meio da informação acerca da real imagem da pessoa com deficiência, o que se pretende articulando ações em educação para os direitos humanos, por meio de campanhas, palestras, oficinas, cursos, formações, edição de manuais, cartilhas e publicações, além de divulgações realizadas pelos meios de comunicação em massa;

IV - defender os direitos de suas filiadas e os direitos humanos, sobre tudo os direitos das pessoas com deficiência física;

V - propor, fiscalizar e avaliar as políticas públicas em prol das pessoas com deficiência, ou políticas que lhe afetem, ainda que indiretamente, verificando seus padrões e qualidade, principalmente as que estabeleçam programas e serviços em educação, capacitação profissional e reabilitação, assim como as que disponham sobre tecnologias assistivas e ajudas técnicas; (ONEDEF, 1984, f1).

A organização hoje conta com 68 entidades filiadas em diferentes cidades do país, com objetivos diferentes, mas todas são compostas por pessoas com deficiência física. Entidades que estão na luta pela defesa dos direitos das pessoas

com deficiência física, tendo como finalidade a promoção do desporto de rendimento para estes sujeitos, e organizações que ainda não romperam com as antigas formas de promover a caridade e a filantropia, por meio de ações que excluem estes sujeitos da sociedade.

Outra importante organização de pessoas com deficiência que se articulou e conquistou algum espaço no cenário nacional foi o Movimento de Vida Independente (MVI). Fundado nos Estados Unidos na década de 70, o Movimento de Vida Independente (MVI) se espalhou pelo mundo e chegou ao Brasil, por um grupo de militantes. O MVI é um movimento de inclusão social cujos princípios foram ditados pelas próprias pessoas com deficiência que não aceitavam ficar à margem da sociedade e tiveram a iniciativa de se organizar para conquistarem sua autonomia. No final da década de 1980 criou-se a necessidade de se estabelecer uma representação do movimento de vida independente no Brasil. Teve como objetivo a busca do desenvolvimento individual dos sujeitos com algum tipo de deficiência, por meio da divulgação do conceito de vida independente e do oferecimento de serviços e informações para aquisição de autonomia na realização das atividades da vida diária, tomada de suas próprias decisões, responsabilizando-se por suas escolhas e assumindo as consequências destas.

Segundo o livro a História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil (2010), "Esta ideia motivou um pequeno grupo de pessoas, representadas por Rosângela Berman Bieler, Sheila Bastos Salgado e Lilia Pinto Martins, a desenvolver o projeto e fundar o CVI-Rio, no dia 14 de dezembro de 1988" (BRASIL, 2010, p. 61).

Após sua fundação, a sede do Centro de Vida Independente - CVI Rio funcionava num espaço anexo ao escritório de uma das fundadoras, tendo sido firmadas parcerias com o Rotary Club do Brasil para as despesas com a regulamentação da organização e a manutenção da infraestrutura básica.

Para garantir o início dos trabalhos, formou-se uma pequena equipe na área administrativa, que para executar os projetos de desenvolvimento do CVI-Rio, ampliou a participação, formando uma equipe técnica, que contribuiu para que o CVI fosse criado em vários estados a partir da criação do Conselho Nacional do Centro de Vida Independente.

O Centro de Vida Independente no Brasil tem como missão "Mobilizar a sociedade para uma visão inclusiva através do fortalecimento da pessoa com

deficiência e reconhecimento da diversidade humana" (CVI-RIO, 2017, s.p). E tem como finalidade:

[...] implementar medidas que assegurem o ajustamento social e o bem-estar das pessoas com deficiência; promover cursos, palestras e atividades culturais, educacionais, científicas e recreativas que levem à conscientização e à vida independente; publicar e distribuir material informativo sobre todos os serviços e assuntos de interesse das pessoas com deficiência; cooperar com órgãos governamentais e privados, promovendo consultoria ou executando atividades relativas ao exercício da vida independente; e promover o intercâmbio com organizações e entidades nacionais e internacionais para a troca de experiências visando ampliar recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de programas comuns, podendo inclusive filiar-se àquelas organizações e entidades (BRASIL, 2010, p. 61).

Em 28 de maio de 2000, foi criado o Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente do Brasil (CVI-Brasil), durante o III Encontro Nacional de Vida Independente, realizado em Belo Horizonte (MG).

Esse conselho é uma entidade nacional que congrega os Centros de Vida Independente de todo país, tendo como missão representar, articular e apoiar essas entidades, visando ao desenvolvimento da filosofia e serviços de Vida Independente sob o paradigma da inclusão social (BRASIL, 2010, p. 61).

Após termos discutido as entidades representativas do segmento das pessoas com deficiência física, surdas e a fundação do Centro de Vida Independente, passamos para o processo histórico da constituição das entidades representativas das pessoas com deficiência visual em todo o território nacional.

No livro "A História dos Movimentos Políticos das Pessoas com Deficiência no Brasil" (2010), encontramos que os primeiros registros sobre a fundação da primeira entidade nacional de cegos foi o Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos (CBEC), fundado no Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1954, por iniciativa de Dorina Nowill e do presidente do Instituto Benjamim Constant, Dr. Rogério Vieira, no bojo do debate sobre integração social do cego, filiado ao Conselho Mundial para o Bem-estar dos Cegos, transformado posteriormente na União Mundial dos Cegos (World Blind Union), que foi fundada em 1984, objetivando unir o Conselho Mundial e a Federação Internacional dos Cegos.

Outra importante entidade nacional representativa dos cegos foi a Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos (FEBEC), fundada em 1984. Além de existir outras que representavam segmentos específicos, “[...] como a Associação Brasileira de Desportos para Cegos (ABDC), a Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais (ABREV) e a Associação Brasileira de Professores Cegos e Amblíopes (ABPCA)” (BRASIL, 2010, p. 58).

Após a apresentação da criação das entidades representativas das pessoas cegas, se faz necessário apontar os avanços sociais que estes sujeitos conquistaram a partir das suas atuações nessas entidades. Destacamos que o esforço dos cegos na constituição de seus agrupamentos, objetivando acumular forças e minimizar o estigma que possui a condição da cegueira, constitui-se numa estratégia política importante para que este segmento garanta algumas conquistas, considerando os limites do atual modo societário de produção.

De acordo com Araci Nallin, referenciada por Sassaki (2003):

A mobilização das pessoas deficientes no sentido de uma luta reivindicatória é fato bastante recente na história do nosso país. Os grupos com esta característica começaram a surgir em fins de 1979 e início de 1980, período que coincidiu com o início da "abertura" política que permitia o debate de vários temas e a organização de diversos setores da comunidade (apud BORBA e ROSA, 2006, p. 04 - grifos da autora).

Como havia duas entidades com representação em âmbito nacional, ocorreram debates no interior do próprio movimento, defendendo a necessidade de fusão destas entidades, buscando acumular forças para ampliar as lutas que eram travadas pelo movimento.

A necessidade de existir uma única representação nacional legítima, culminou com a fundação da União Brasileira de Cegos (UBC), em 1988. "A UBC foi uma tentativa de unificar as duas entidades nacionais em uma só. A UBC representava o Brasil na União Latino-Americana de Cegos e perante os órgãos do governo brasileiro e os diversos conselhos e órgãos que foram criados no Brasil" (BRASIL, 2010, p. 60). Não obstante, essa experiência de unificação não logrou êxito, e uma nova tentativa foi feita em 2008, quando a UBC e a FEBEC se uniram para criar a Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB).

Criada em 27 de julho de 2008, em João Pessoa, estado da Paraíba, em uma assembleia conjunta, a Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos (FEBEC) e a União Brasileira de Cegos (UBC) decidiram por sua extinção e pela fundação de uma nova entidade unificada, a ONCB. Sessenta e três entidades participaram da assembleia, representando as cinco regiões do país.

A Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB) foi fundada em Julho de 2008 por iniciativa de mais de 60 Entidades de e para deficientes visuais de todo o país. Seu escritório e secretariado estão atualmente estabelecidos em Brasília, no Distrito Federal, e seu propósito como Organização Não-Governamental e sem fins lucrativos é o de assegurar a todos os brasileiros com cegueira, surdo-cegueira ou baixa visão o direito constitucionalmente garantido de determinar os rumos de suas próprias vidas (ONCB, s/d, p. 01).

Desta forma, as entidades de pessoas com deficiência que foram fundadas buscando conquistar um espaço de atuação na sociedade e romper com as velhas formas tradicionais que historicamente tutelavam estes sujeitos, tiveram um trabalho de romper com estas velhas formas, além de criarem estratégias para manter e ampliar os direitos desses sujeitos.

Como expõem Borba e Rosa (2006):

No início da década de 1980, uma pequena 'elite' dessa massa de miseráveis com deficiência estigmatizada, levantou a bandeira da 'libertação' do jugo da família, do especialista, do médico e do Estado, tal como já fizera em tempos passados o escravo em relação ao amo e o servo em relação ao senhor feudal. A 'libertação' conclamada pelas pessoas com deficiência foi concedida e proclamada pelos organismos internacionais e pelos Estados nacionais, na forma legal do livre direito à plena participação, mas será isto suficiente para a superação histórica do processo de exclusão social? Não, é claro que isso não é suficiente. O reconhecimento de que as pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos que 'os outros seres humanos', não deixou de ser importante (p. 202-203).

Ou seja, a criação de entidades de pessoas com deficiência com representatividade em todo o território nacional dá condições para que outras entidades de pessoas com deficiência sejam fundadas com representação nos estados e municípios da federação nacional. Além da fundação destas entidades, se faz necessário pensar quais serão os ganhos para o segmento, assim como os limites existentes em uma sociedade de classe.

2.4 - A HISTÓRIA DA ACADEVI: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A LUTA DOS SUJEITOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA DEFESA DE SEUS DIREITOS

A construção desta subseção tem como objetivo demonstrar as principais atividades desenvolvidas pela ACADEVI - Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual, no intuito de contribuir com a luta pela garantia e ampliação dos direitos desses sujeitos no município de Cascavel -PR.

Dentre as ações da ACADEVI que devem ser destacadas temos: a realização de Seminários, cursos de formação política, encontros mensais, a luta para aprovação de leis que garantam o acesso ao mercado de trabalho, o acesso à cultura, ao lazer e ao desporto, além de outras lutas, como a constituição do Fórum Municipal composto por entidades representativas de e para às pessoas com deficiência e a luta para garantir o direito ao livro didático adaptado para os alunos matriculados na rede pública de ensino.

Antes de aprofundarmos tais ações, trataremos em linhas gerais do contexto de organização dos movimentos populares entre os anos 70 e 80.

O final da década de 70 e o início da década de 80 do século XX foi marcado no Brasil pela retomada do processo de organização dos movimentos sociais que travavam as mais diversas lutas pós-ditadura militar: reajustes e recomposição salarial, reforma agrária, redemocratização do país, garantia das liberdades individuais, entre outras necessidades da classe trabalhadora.

Analisando o crescente surgimento das mobilizações populares no país daquele período, e as primeiras vitórias obtidas com as aprovações pelo Congresso Nacional das leis da anistia, Lei n.º 6.683/1979, e a extinção do bipartidarismo, que culminou com a aprovação da lei que permitiu a criação do pluripartidarismo (Lei n.º 6.767/1979), observamos que todas estas convulsões populares foram orientadas por uma nova concepção de sindicalismo. A esse respeito, Ricardo Antunes (1985) afirma que:

[...] é evidente, portanto, que as greves de maio de 78 resultaram de um árduo trabalho feito dentro de alguns sindicatos, especialmente o de São Bernardo, e o seu resultado foi uma magnífica vitória para a classe operária. Primeiro porque pegou os patrões de "calças curtas", paralisando as atividades dentro das fábricas, da forma mais organizada, serena e madura possível. [...] De uma fase de resistência, iniciaram uma nova e vindoura fase de amplo movimento

de massas, no que foram seguidos por inúmeras outras categorias, como médicos, bancários, professores, funcionários públicos etc., segmentos médios da sociedade que passaram, com o fim do "milagre", a sofrer com o ônus da exploração, proletarizando-se cada vez mais rapidamente (ANTUNES, 1985, p. 92).

Além do movimento sindical, uma das principais bandeiras de mobilização que contribuiu na abertura política do país, foi o movimento das Diretas Já⁹, que levou milhares de trabalhadores às ruas, com amplo apoio das lideranças sindicais e partidárias.

Na mesma perspectiva de luta, em Cascavel, no início da década de oitenta do século XX, este processo ganhou força com o surgimento de várias entidades sindicais, dezenas de associações de moradores de bairro, a fundação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e outras entidades representativas da classe oprimida. Neste sentido, esse processo fez da década de oitenta um período de muitas greves, ocupações, acampamentos e outras manifestações que perturbavam a ordem da conservadora sociedade cascavelense que, conseqüentemente, contribuiu com a formação da consciência de classe de uma parte desses sujeitos.

No bojo deste processo de convulsão social dos setores explorados, nasce o movimento das pessoas com deficiência, lutando contra todas as formas de segregação, deixando de ser um mero objeto da história e articulando-se com outros setores pertencentes à classe trabalhadora na defesa e ampliação de seus direitos.

Em meio a essas mobilizações, ocorreram algumas tentativas de organização de associações de cegos em Cascavel. Entretanto, esse espírito de luta não estava presente na organização das primeiras entidades voltadas para este segmento.

A primeira tentativa de se organizar uma entidade de cegos em Cascavel deu-se no ano de 1983, quando um grupo de pessoas constituiu a UCC - União Cascavelense de Cegos -, a qual tinha como presidente e tesoureiro duas pessoas cegas e os demais sócios eram pessoas que enxergavam.

No ato da fundação, a única pessoa cega era o presidente eleito, Gervásio Lauro Vasconcelos, morador recente na cidade. Segundo relato de Valdomiro dos Santos Martins (também cego),

⁹ Diretas já: Movimento brasileiro ocorrido entre 1983 e 1984, que reivindicava a realização de eleições diretas para presidente da República que era ocupada pelos militares. Ocorreram uma série de comícios e passeatas pelo país, culminando na eleição indireta de Tancredo Neves e a aprovação de uma Assembleia Constituinte.

posteriormente nomeado para tesoureiro da entidade, além do caráter meramente assistencial, a União não durou mais de um ano e, nesse período, funcionou numa sala cedida pelo Rotary Club, na Capela Mortuária da cidade (CARVALHO, ROSA, TURECK, 2008, p. 136).

Em 1989, um grupo de professores especialistas na área da deficiência visual, familiares, amigos e algumas pessoas com deficiência visual, fundou no dia 23 de novembro a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - APADEVI. Este grupo tinha como principal finalidade garantir a manutenção do Centro de Atendimento Especializado para Deficientes Visuais (CAEDV), do Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira, que prestava atendimento no contraturno dos alunos que apresentavam alguma perda visual, desde que estivessem matriculados na rede pública de ensino. Desta forma, a própria entidade poderia ser mantenedora de programas de reabilitação visual, desresponsabilizando o Estado das suas obrigações e desempenharia tarefas de direitos dos sujeitos com deficiência visual, conforme definido em seu estatuto no artigo 4º item 4:

Artigo quarto - São objetivos da 'APADEVI' de Cascavel: 4. Procurar criar e manter centros de habilitação e reabilitação, que possibilitem o desenvolvimento integral dos deficientes visuais, visando sua profissionalização e a colocação no mercado de trabalho (APADEVI, 1989, p. 01).

Ainda no estatuto da APADEVI, a eleição para a escolha da direção deveria ser realizada a cada dois anos, entretanto, em 1994 não haviam sido realizadas as eleições para a mudança da diretoria.

Com a necessidade de uma nova eleição, um grupo de pessoas cegas, familiares e professores propôs uma reforma estatutária. Nesta reforma, a principal conquista foi a transformação da APADEVI em ACADEVI - Associação Cascavelense de Deficientes Visuais. Não se tratou apenas de uma mudança de denominação, houve uma mudança na concepção política da entidade que foi sendo aprofundada na medida em que ocorriam as reformas estatutárias. Estas transformações ocorreram porque já existia um grupo de cegos que atuava em outros movimentos sociais e que podia contribuir com a organização por meio das suas experiências.

Não se tratou apenas de uma mudança de sigla ou de terminologia, foi sobretudo, uma mudança no caráter político da entidade. Além disso, 50% dos cargos no Conselho, incluindo o de presidente e o de vice-presidente teriam que, necessariamente, ser ocupados por pessoas com deficiência visual (CARVALHO, ROSA, TURECK, 2008, p. 137).

Tais mudanças, definiram o caráter da ACADEVI, deixando de ser uma entidade filantrópica, passando a ter como finalidade a luta pelos direitos das pessoas com deficiência visual.

Com a participação de jovens e adultos cegos, o debate sobre a condução dos interesses e a luta pela concretização dos direitos dos indivíduos cegos provocou um movimento que culminou com a alteração do caráter da associação, manifesto desde a mudança do nome: Associação Cascavelense de Deficientes Visuais (ACADEVI), uma entidade de defesa de direitos (TURECK, 2003, p. 54).

Desta forma, a ACADEVI após intensos debates, consolida sua concepção crítica aos modelos tradicionais de entidade de pessoas com deficiência, participando de outros movimentos sociais, como, por exemplo, sua importante contribuição para a criação do Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Município de Cascavel em 1995.

O fato de alguns indivíduos estarem engajados em outros movimentos sociais, aliado a uma disposição a mudanças por parte de alguns professores, permitiu que em 1999 ocorresse outra alteração estatutária, com registro em 2000, aprofundando ainda mais as reformas na Associação. Um dos questionamentos feitos foi sobre a composição da diretoria estruturada de forma hierarquizada - presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro etc. Nesse modelo de organização predominam as relações autoritárias ditadas de cima para baixo. As experiências acumuladas neste período indicavam, a necessidade de se buscar outras formas de organização, o que ocorreu por meio da horizontalização da diretoria, como pode-se verificar:

Artigo 18 - O Conselho Deliberativo, eleito em assembleia geral, será composto por 18 (dezoito) membros, sendo 12 (doze) efetivos e 6 (seis) suplentes. § Único: Em sua primeira reunião, os doze membros efetivos do Conselho Deliberativo organizar-se-ão em Coordenação Executiva (quatro membros) e Conselho Fiscal (quatro membros) (ACADEVI, 2000, s.p).

Este novo modelo estatutário criou quatro coordenações: Coordenação de Organização, Coordenação de Eventos, Coordenação de Finanças e Coordenação de Imprensa e Divulgação, deixando de existir a hierarquia tradicional adotada pela maioria das entidades de movimento social.

A eleição dos coordenadores e do conselho fiscal ocorreu entre os membros do conselho diretivo da entidade, que podiam ser substituídos pelo próprio conselho, não havendo a necessidade de convocação de assembleia.

Estas coordenações formam a Comissão Executiva responsável pelo encaminhamento das deliberações do Conselho. A partir dessa mudança estatutária somente as pessoas com deficiência visual podem votar e ser votadas.

Outra inovação aprovada foi a criação do critério da proporcionalidade. No modelo anterior, caso houvesse duas chapas disputando a eleição, aquela que fizesse 50% mais um dos votos ficaria com todos os cargos do Conselho. Pelo novo critério, em caso de duas ou mais chapas concorrentes, os cargos do Conselho seriam ocupados de acordo com a proporcionalidade obtida por cada uma das chapas concorrentes na eleição, ou seja, a chapa que fizer, por exemplo, 60% dos votos ficará com 60% dos cargos do Conselho, enquanto a outra chapa concorrente, ficará com os outros 40% dos cargos, como se lê: "Artigo 35: Para eleição do Conselho Deliberativo, em caso de 02 (duas) ou mais chapas inscritas, será adotado o critério da proporcionalidade sobre os votos válidos" (ACADEVI, 2000, s.p).

Essas mudanças foram frutos dos debates que passaram por todas as instâncias de deliberação da entidade, contribuindo para uma melhor formação crítica de seus associados, tendo em vista a defesa de direitos das pessoas com deficiência visual.

Outra importante reforma estatutária da ACADEVI ocorreu no ano de 2005¹⁰. Por muito tempo os associados discutiram o nome da entidade, de forma que expressasse a deficiência como um dos vários atributos do sujeito em suas relações sociais, e não uma valorização exagerada que coloca a deficiência como um fator determinante para a vida do sujeito pois "[...] o defeito por si só não decide o destino da personalidade, senão as consequências sociais e sua realização sociopsicológica" (VIGOTSKI, 1997, p. 30).

¹⁰ A alteração foi para Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual, ficando alterado somente o nome e mantida a sigla (ACADEVI).

Neste sentido, as alterações no estatuto da ACADEVI explicitam uma mudança na concepção que a deficiência não determina as limitações do sujeito, onde o defeito é somente um dos vários atributos do sujeito com alguma deficiência. Ou seja, esta alteração, além de representar a mudança de nome da entidade, manifesta a concepção política de sujeito com deficiência defendida pela ACADEVI.

Essas transformações ocorreram pela mudança de concepção da ACADEVI, após a primeira alteração em seu Estatuto, na aposta feita por seus dirigentes na formação política sobre como enfrentar os atuais e verdadeiros problemas enfrentados pelas pessoas cegas e com baixa visão. Tirar os cegos ou as pessoas com baixa visão da condição da caridade ou objetos da sua história, e tornar seus associados agentes sociais da sua própria história, constitui-se um dos focos da entidade. Também passa pela necessidade destes sujeitos garantirem o direito de ter sua própria organização.

Dada essa mudança de concepção, uma das preocupações para que a organização pudesse contribuir na formação de seus membros, refere-se a que seus associados tenham uma adequada formação política, que lhes dê autonomia de análise das relações econômicas, políticas e sociais existentes na sociedade.

Considerando estes princípios, a ACADEVI promoveu e promove várias atividades de formação, propiciando espaços de debates, reflexão e posicionamentos, além de encaminhamentos práticos, como a participação em várias lutas visando garantir ou ampliar os direitos das pessoas cegas ou com baixa visão. Nas atividades de formação, a entidade realiza encontros mensais, realizado sempre no último sábado de cada mês, realiza cursos para formação de dirigentes para o movimento de cegos e seminários estaduais e nacionais com grande participação de pessoas cegas e com baixa visão. Também devemos destacar a postura da entidade frente à defesa dos direitos destes sujeitos e a sua importância na atuação dos movimentos sociais. Neste sentido, os associados da ACADEVI ao contribuírem com outras entidades de movimentos sociais, contribuem com os associados da ACADEVI, em uma relação dialética.

Um dos espaços formativos dos participantes da ACADEVI são os encontros mensais sempre no último sábado de cada mês desde 1994, com temáticas definidas coletivamente e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da entidade no início do ano da sua execução, discutindo temas de interesse dos associados, como a educação, trabalho, a participação em outros movimentos sociais, não deixando

de fazer a defesa dos pressupostos teóricos da entidade. Ao longo de mais de vinte anos, (1994-2016), aproximadamente 200 encontros mensais foram realizados e registrados em livro próprio. Os temas mais desenvolvidos ao longo deste período foram por vezes retomados, destacando-se os principais¹¹:

- Noções básicas sobre o desenvolvimento de atividades de vida diária por parte das pessoas cegas ou de visão reduzida;
- Noções básicas sobre procedimentos adequados no relacionamento com a pessoa cega ou de visão reduzida;
- A importância da orientação e mobilidade para a conquista da independência na inserção social dos cegos;
- A pessoa cega ou de visão reduzida no cotidiano familiar;
- A relação entre a educação familiar e o desenvolvimento da sexualidade da pessoa cega ou de visão reduzida;
- A importância da comunicação e expressão para a vida das pessoas cegas ou de visão reduzida;
- Prevenção com doenças sexualmente transmissíveis e drogas;
- Os cegos ou pessoas com visão reduzida e os recursos tecnológicos;
- O papel da família no processo de formação da pessoa cega ou de visão reduzida: entraves e contribuições;
- A importância do lazer e do esporte no processo de desenvolvimento das pessoas cegas ou de visão reduzida;
- A pessoa com deficiência e o processo eleitoral;
- Cegueira: defeito ou deficiência;
- A importância da educação formal para a vida da pessoa cega ou de Visão reduzida;
- A diferença entre o papel da ACADEVI e dos CAEDVs, no processo de escolarização dos educandos cegos ou de visão reduzida;
- As concepções e as condições atuais da educação escolar das pessoas cegas ou de visão reduzida;
- A educação da pessoa cega ou de visão reduzida e a influência do especialista;

¹¹ Conforme relatórios da ACADEVI.

- A importância do trabalho no processo de inserção social da pessoa cega ou de visão reduzida;
- A Articulação entre educação e trabalho;
- A leitura como interpretação de mundo;
- A história da luta dos cegos e da ACADEVI no município de Cascavel e região;
- A situação e perspectiva do movimento de cegos e de visão reduzida;
- A importância da participação dos cegos em outros movimentos sociais;
- As pessoas cegas frente a conjuntura econômica, política e social;
- A reforma previdenciária e suas conseqüências para as pessoas cegas ou de visão reduzida e os trabalhadores em geral;
- O significado da participação das mulheres cegas ou com visão reduzida na sociedade.

Outro momento oportunizado pela ACADEVI são os cursos de formação política, realizados entre os anos de 1999 e 2014. Neste período, foram organizados doze cursos de formação de dirigentes para o movimento de cegos.

Cursos de Formação de Dirigentes para o Movimento de Cegos por tema e ano	
Tema	Ano
A participação política dos cegos	1999
A função da direção e a ética do dirigente no movimento	2000
A posse privada dos meios de produção enquanto base da exclusão social das pessoas cegas	2001
As crises do capital	2001
Participação política e a necessidade da organização das pessoas cegas e com visão reduzida	2002
O cego enquanto agente político: necessidade e significado de sua participação ativa nos embates sociais	2004
A participação política das pessoas cegas	2006
Da objetivação material à consciência política revolucionária no movimento de cegos	2008
Necessidades e possibilidades de articular a luta das pessoas com deficiência visual na perspectiva do atual sujeito histórico	2010
A luta dos cegos na atual formação societária: projeto estratégico, organização e o compromisso do militante	2012
O concreto societário e os enfrentamentos sociais na história da luta de classes, os limitados atos empreendidos pelo abstrato movimento dos cegos no Brasil e o papel que pode assumir uma associação de pessoas trabalhadoras com deficiência visual: a escola de formação e militância na ACADEVI	2014
A organização das pessoas cegas numa perspectiva transformadora: a	2016

necessidade de articular a luta dos cegos, com a tarefa histórica do proletariado e as contradições impostas pela sociedade capitalista atual	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: Relatórios da ACADEVI

A partir de pesquisa nos relatórios da ACADEVI, é possível verificar que a maioria dos participantes são associados da ACADEVI e das entidades da região, e seus ministrantes em sua maioria são membros da própria ACADEVI. Esses cursos abrangeram uma média de 30 pessoas. O objetivo dos cursos tem sido abordar e debater os pressupostos históricos, explicitando a concepção de sociedade e de estado, a partir do método materialista histórico dialético, bem como a importância do papel dos movimentos sociais na conservação, reprodução e na transformação da realidade.

Os seminários de cegos são eventos promovidos pela entidade, envolvendo pessoas cegas e com baixa visão, seus familiares e professores que atuam junto a este segmento, estudantes de cursos de graduação e interessados nas temáticas propostas. Até o momento foram realizados onze seminários na cidade de Cascavel.

Seminário de Cegos da ACADEVI por tema e ano	
Tema	Ano
Da tutela à cidadania	1997
O cego na sociedade	1998
O trabalho na formação do sujeito histórico	1999
Educação inclusiva: o processo de ensino aprendizagem do aluno (a) cego (a) na escola comum	2001
A inserção dos cegos na sociedade	2003
Trabalho, educação e assistência social em debate	2005
Trabalho e educação da pessoa cega e com visão reduzida na sociedade capitalista contemporânea	2007
O trabalho e a educação da pessoa cega ou com visão reduzida ante atual crise econômica mundial	2009
Necessidades, perspectivas e desafios para o trabalho, a educação e a auto-organização das pessoas com deficiência visual na atualidade	2011
Possibilidades e desafios para o acesso das pessoas com deficiência visual à educação e ao trabalho no contexto atual e a importância da organização e da participação em movimentos sociais	2013
Perspectivas e desafios colocados à organização dos movimentos sociais das pessoas com deficiência visual no contexto da sociedade capitalista	2015
A Formação de Dirigentes para o Movimento de Pessoas Cegas numa perspectiva transformadora: a necessidade de articular a luta dos cegos com a tarefa histórica do proletariado na superação das contradições impostas pelo modo de produção capitalista.	2017

Os participantes desses seminários são oriundos de dezenas de municípios do Paraná e dos vários estados do país. Os eventos são organizados com palestras e espaços para que os participantes possam fazer questionamentos e debater com os palestrantes, além de apresentar moções e propostas, que posteriormente são sistematizadas e encaminhadas para as esferas governamentais responsáveis pela sua execução.

Estratégia significativa debatida nestes seminários é a criação de condições objetivas para a constituição de entidade representativa estadual, para que as demandas deste segmento sejam implementadas com maior agilidade pelo Estado, como pode ser observado no exemplo que segue, notícia veiculada em jornal de circulação estadual:

Deficientes visuais lutam por cidadania.

Paulo Pegoraro, de Cascavel

A criação da União Paranaense de Entidades de Cegos foi tema do seminário estadual "Da Tutela à Cidadania", realizado no final de semana em Cascavel. O assunto será debatido também no Sudoeste e no Norte do Estado, antes de ser levado a um congresso, em Curitiba. A informação é da Associação Cascavelense de Deficientes Visuais (Acadevi), que realizou o seminário em parceria com a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família (JORNAL FOLHA DE LONDRINA, 1997).

Outra preocupação da entidade tem sido a discussão e apropriação das tecnologias assistivas e a sua utilização pelas pessoas cegas e com baixa visão. Segundo Carvalho, Rosa e Tureck (2008), a ACADEVI organizou para discutir esta temática no município de Lindoeste, Paraná, em 1999, o 1º Encontro de Informática para Cegos da Região Sul do País, com participação de 50 pessoas procedentes de 15 municípios diferentes do Estado do Paraná, além de representantes dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Outros eventos relacionados a esta área, promovidos pela UNIOESTE, tiveram participação efetiva da ACADEVI.

Sobre as lutas das pessoas cegas e com baixa visão conduzida pela ACADEVI, podemos observar, nos relatórios dos cursos, que as pessoas cegas, por estarem inseridas numa sociedade de classe, assim como os seus demais membros, passam a ter uma existência condicionada pelos embates que se travam entre as diferentes forças sociais.

Não obstante, os cegos são parte interessada no desenrolar dessas lutas e necessitam estar inseridos socialmente, para contribuir na construção de melhores

condições de vida para todos, e conseqüentemente, para si. Por meio dessa participação, esses sujeitos vão se construindo, passando a ser membros ativos da comunidade, da categoria e da classe social a que pertencem. Os demais sujeitos começam a percebê-los não mais enquanto objetos de caridade, mas como sujeitos capazes de contribuir para a superação dos problemas vivenciados pela humanidade.

Comprometida com as lutas e as reivindicações históricas e imediatas das pessoas cegas e com baixa visão, a ACADEVI realizou e participou de diversas mobilizações, manifestações e apoiou algumas greves, pois entende que as lutas da classe trabalhadora não se restringem somente ao segmento ao qual pertence., como exposto:

Na perspectiva de construir um movimento que atue na contra cultura dos processos de internalização dos valores e da ideologia capitalista, um dos melhores espaços educativos de formação da militância é a participação nas lutas cotidianas que conseguem explicitar as contradições e os antagonismos das classes sociais (CARVALHO, ROSA, TURECK, 2008, p. 143).

Desta forma, entendemos que as reuniões mensais, os cursos de formação política, os seminários e, fundamentalmente, as lutas, são fatores determinantes e contributivos na formação de uma consciência crítica a respeito do atual modelo societário.

Nesse sentido, o investimento da ACADEVI em seus diversos eventos e mobilizações, contribui na construção de uma consciência de classe, ou seja, permite aos sujeitos o acesso a uma nova lente de leitura do mundo. Nessa perspectiva, procuramos evidenciar como estes espaços formativos podem contribuir para a formação de consciência de classe destes sujeitos. A participação nestes cursos permite a construção de questionamentos sobre a realidade e sobre a possibilidade de proposições por meio da análise do movimento histórico, voltada a construir conhecimentos e estratégias capazes de contribuir para ações concretas que apontem para suas reivindicações específicas e para a direção de questionamento da ordem societária instituída.

Para Monteiro (2013, s/p), "No entanto, é importante colocar que este processo não é simples e linear: os sujeitos trazem em sua constituição histórica e particular variadas concepções de mundo". A ACADEVI durante a realização de

seus cursos não deixou de considerar as várias concepções de mundo dos seus associados, com a pretensão de considerar estes múltiplos entendimentos como ponto de partida, e incluir teorias contestatórias da atual realidade, com temas relacionados ao cotidiano destes sujeitos. Entre os temas mais discutidos está a luta para garantir o acesso ao mercado de trabalho, o acesso à saúde, educação, assistência social e as relações sociais de exploração e opressão. O referencial teórico destas discussões é o marxismo que é utilizado como teoria e instrumento para desvelamento da realidade com o objetivo concreto de transformá-la. Tal experiência não está isenta de dificuldades, mas o que procuramos destacar nesse momento são algumas potencialidades de processos formativos vinculados a um projeto de uma nova sociedade.

Não estamos nos referindo aqui a uma concepção romântica e simplória do processo de formação. Pelo contrário, o caminho é árduo e repleto de contradições. Lidamos, por exemplo, com a precariedade da estrutura e recursos da associação para estas atividades e com a forte presença de setores governistas que em algumas vezes, contribuíram com o financiamento destes eventos; e neste processo dialético, é necessário afirmar que aprendemos tanto quanto ensinamos.

Apesar de reconhecermos o caráter histórico conservador das entidades das pessoas com deficiência, onde a grande maioria reproduz práticas filantrópicas, que contribuem ainda mais para legitimação da exploração dominante, podemos afirmar que as mesmas não são isentas de serem um dos espaços de disputas e contradições, ou seja, as entidades podem e devem fortalecer os processos organizativos dos sujeitos que contestam coletivamente a atual forma de produzir a vida.

A ACADEVI, objetivando ampliar as lutas do segmento das pessoas com deficiência no município de Cascavel, participou com outras Entidades da proposição em 1994 para a constituição do Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência o que ocorreu em dezembro de 1995.

Este Fórum, composto por entidades de e para pessoas com deficiência, iniciou debates sobre a garantia de trabalho, educação, cultura, esporte e lazer no município.

O Fórum tem como uma das suas atividades, por exemplo, a elaboração de documentos de compromissos, para que os candidatos à prefeitura de Cascavel se

comprometam e, posteriormente, o Fórum possa exigir o cumprimento destes compromissos firmados.

Outra proposição da ACADEVI, com a finalidade de ampliar sua organização para as lutas deste segmento, foi o convênio firmado em 2000 com a Prefeitura Municipal de Cascavel, por meio do qual dois estagiários cegos ou com baixa visão, estudantes do ensino superior, foram contratados pelo município e desenvolveram as suas atividades na associação. Os estagiários têm como principal tarefa a realização de visitas domiciliares, visando orientar quais as formas mais adequadas de garantir a sua reabilitação e procuram convencer os sujeitos a participarem das atividades desenvolvidas pela associação.

Em 2002, uma decisão da prefeitura de rescindir o contrato de uma estagiária levou a entidade a mobilizar-se, inclusive com a ameaça de greve de fome em frente ao Paço Municipal, conforme noticiado nos meios de comunicação de Cascavel.

Na assembleia realizada ontem à tarde, na sede do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, onde participaram mais de 70 pessoas, entre portadores de deficiência visual e seus familiares, ficou resolvido que, caso as propostas feitas pela prefeitura não venham a suprir as reais necessidades da entidade permanece a decisão do ato público em frente à prefeitura e a greve de fome, que já conta com o comprometimento de duas pessoas cegas (JORNAL GAZETA DO PARANÁ, 2002).

Após a realização da assembleia, uma comissão de representantes da ACADEVI esteve reunida com alguns secretários da Prefeitura Municipal de Cascavel para tentar acordo sobre a recontração da estagiária. De acordo com o coordenador da ACADEVI na época, Flavio Hoffmann, o pedido foi aceito: "O que queremos é só o cumprimento de promessas feitas pelo próprio prefeito, esclarece o coordenador" (JORNAL GAZETA DO PARANÁ, 2002).

Neste sentido, constatamos que a participação dos associados em reuniões, cursos e seminários, inevitavelmente encaminhou a entidade para outras lutas necessárias para a manutenção e ampliação de direitos sociais.

A luta para garantir o direito a educação pública e de qualidade sempre foi uma das preocupações da Associação.

Na perspectiva da defesa da escola pública de qualidade, o livro didático em braile ou com caracteres ampliados e as demais necessidades pedagógicas específicas das pessoas cegas e com

visão reduzida, matriculadas nas escolas municipais, estaduais e nas universidades públicas ou privadas, sempre foi uma preocupação e faz parte das lutas políticas da ACADEVI (CARVALHO, ROSA, TURECK, 2008, p. 144).

Por considerar o acesso aos livros didáticos adaptados condição fundamental para garantir a qualidade pretendida na educação e, diante do claro descaso governamental, a ACADEVI ofereceu denúncia ao Ministério Público Estadual e Federal, que posteriormente processou a Secretaria Estadual de Educação e o Ministério de Educação (MEC) quanto a não disponibilização do livro didático para os alunos cegos e com baixa visão matriculados na rede pública de ensino.

Além de várias propostas e moções aprovadas e encaminhadas pela entidade para os departamentos governamentais de todas as esferas, União, Estados e municípios, e para pressionar estes governantes, a Associação organizou vários protestos, e prestou denúncias junto aos Conselhos de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, para que a formação destes sujeitos não fosse prejudicada, como narrado na notícia:

Deficientes visuais protestam por educação de qualidade
Cerca de oitenta deficientes visuais realizaram na tarde de ontem uma passeata, em Cascavel, em protesto contra a falta de incentivo e de interesse da sociedade e do governo em melhorar a qualidade da educação no segmento. O movimento teve início às 14 horas, partindo do terminal leste de transporte urbano, até o prédio do Núcleo Regional de Educação (NRE). Lá os deficientes visuais se mobilizaram e cobraram livros em braille e outros meios pelos quais as pessoas cegas necessitam para enfrentar uma escola e o mercado de trabalho (JORNAL GAZETA DO PARANÁ, 2004).

Mas, concretamente, as razões que determinam a exclusão das pessoas com deficiência são as relações de trabalho. O atual modo societário de produção tem em sua essência a exclusão dos sujeitos que não alcançam uma produção satisfatória de excedente da sua força de trabalho.

Se formos considerar como trabalho a atividade que é exercida de forma legal, com registro em carteira de trabalho ou de forma autônoma, mas com as devidas proteções da seguridade social, é bem provável que essa proporção fique em torno de 2% do total de portadores de deficiência em idade de trabalhar do Brasil (PASTORE, 2000, p. 74).

Se considerarmos somente o setor privado de produção e os sujeitos com a deficiência mais comprometida, estes percentuais devem ficar ainda menores, uma vez que a maioria das pessoas com deficiência trabalha no serviço público, tendo sido aprovados em concurso.

No município de Cascavel, por exemplo, esta situação se agrava ainda mais justamente quando se trata de trabalho para as pessoas com cegueira bilateral no setor privado. Informações prestadas pela Agência do Trabalhador, setor de Apoio à Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, publicadas por um jornal local, indicavam em 2006 que as pessoas cegas eram as que mais encontravam dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Dados da Agência do Trabalhador em Cascavel apontam uma estatística pouca animadora. No ano passado foram empregadas 201 pessoas com deficiência, sendo 113 com deficiência física, 52 com deficiência auditiva, 16 com deficiência visual e 20 com deficiência mental. Até outubro, 165 contratações foram efetivadas este ano. Os cegos são os que menos conseguem vagas de trabalho e, entre todos que conseguem uma vaga, a maioria tem graus leves (JORNAL O PARANÁ, 2006).

Diante desta realidade de alienação do trabalho, a ACADEVI tem colocado esta luta como uma das questões centrais, pois é por meio do trabalho que as pessoas poderão deixar a condição de objeto da filantropia, da caridade alheia, colocando-se na condição de agente social da sua própria história e podendo contribuir com a luta daqueles que não detêm os meios de produzir a vida.

2.5 - A HISTÓRIA DA CONSTITUIÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL EM DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS LUTAS

A ACADEVI foi uma das principais entidades de pessoas com deficiência a dar sua contribuição para a constituição do Fórum Municipal em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no município de Cascavel/PR. O Fórum é composto pelas entidades de e para pessoas com deficiência, programas e serviços públicos que prestam atendimentos na área da pessoa com deficiência.

As entidades de e para pessoas com deficiência e os programas prestadores de serviços, mediante a necessidade de garantir direitos para às pessoas com deficiência, decidiram se organizar para ampliar as lutas que estavam sendo

travadas de forma isolada, além de integrar ações que já estavam sendo desenvolvidas nas entidades/programas e serviços.

O primeiro registro de entidade na área de pessoa com deficiência no município de Cascavel foi a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), fundada em 17 de abril de 1971.

Em 11 de novembro de 1976, é criada a Associação Cascavelense de Amigos de Surdos (ACAS), com a finalidade de aproximar as pessoas surdas e também prestar atendimento educacional para os sujeitos que apresentam deficiência auditiva.

Outra instituição criada com o mesmo princípio de caridade da sociedade para com as pessoas com deficiência foi a Sociedade Beneficente dos Paraplégicos de Cascavel (SBPC), fundada em 28 de outubro de 1983. Atuando na terceirização de mão-de-obra, mantinha convênios com empresas públicas e privadas por meio das quais explorava a força de trabalho das pessoas com deficiência.

Em 1989, foi constituída formalmente a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais (APADEVI), mas, como já ponderamos aqui, no ano de 1995, houve uma alteração no estatuto da entidade passando a ser Associação Cascavelense de Deficientes Visuais (ACADEVI).

Fundada em outubro de 1991, a Associação dos Portadores de Fissura Lábio Palatal de Cascavel (APOFILAB) é criada para prestar atendimento às pessoas com essa deficiência, promovendo a reabilitação, integração social e orientação à família.

Em 1996 foi criada a Associação dos Deficientes Físicos de Cascavel (ADEFICA), para atuar na defesa de direitos e no incentivo a prática desportiva.

No início de 2000, o Centro de Vida Independente de Cascavel (CVI), seguindo o modelo já implantado em outros municípios, é constituído com o objetivo de divulgar o conceito de vida independente, produtiva, plena e de melhor qualidade para os sujeitos com deficiência física, na sua maioria cadeirantes, por meio da informação, orientação e da conscientização.

Além dessas entidades, no município, estão estabelecidos os seguintes programas e serviços que atuam na área: a Associação dos Representantes dos Programas e Entidades de e para Pessoas com Deficiência (ASSORPE), mantenedora do Centro Regional de Avaliação Pedagógica Especializado (CRAPE), criada em 24 de fevereiro de 1997, com o objetivo de avaliar os alunos com necessidades especiais da rede estadual e orientar as escolas no processo

inclusivo dos 18 municípios da área de abrangência do Núcleo Regional de Educação de Cascavel; o Programa de Apoio a Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho, da Agência do Trabalhador de Cascavel, criado em 1994; o Núcleo de Iniciação Esportiva para Pessoa Portadora de Deficiência (NID-PPD), o qual iniciou suas atividades em maio de 1995, integrante da Secretaria Municipal de Esporte; o Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE, fundado em julho de 1997; o Centro de Atendimento Especializado a Criança (CEACRI), criado em 15 de junho de 1992, para atender na área da educação especial e da saúde os alunos matriculados na rede municipal de ensino do município de Cascavel; e a Assessoria de Políticas Públicas e de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência (APPIS) criada pela Lei n.º 3.269/2001, órgão subordinado ao gabinete do prefeito, com objetivo de subsidiar a administração na elaboração de políticas e serviços para atender às necessidades das pessoas com deficiência.

O Fórum, desde sua gênese, teve a preocupação de garantir a perspectiva de luta para defender e ampliar os direitos das pessoas com deficiência, compreendendo o papel que estes sujeitos têm nas reivindicações imediatas e históricas, para que as lutas travadas se materializem em conquistas e que as contradições durante as lutas contribuam na formação da consciência de classe dos seus membros.

Para enfrentar esses desafios, é necessário compreender o papel do Estado, para que o Fórum possa, por meio das suas lutas, ampliar o alcance dos direitos para as pessoas com deficiência.

Por acreditar que a teoria marxiana de Estado é a que permite melhor compreender e transformar o atual modo de produção societário, o conceito de Estado pode ser sintetizado da seguinte forma:

O Estado, em todas as sociedades divididas em classes (escravista, feudal ou capitalista), é a organização especializada (=o "poder especial de repressão") na função de moderar a luta entre as classes antagônicas, garantindo por esse modo a conservação da dominação de classe; ou, por outra, o conjunto das instituições (mais ou menos diferenciadas, mais ou menos especializadas) que conservam a dominação de uma classe por outra (SAES, 1998, p. 19 - grifo do autor).

Marx e Engels (2001) discutem o Estado enquanto uma organização necessária em uma sociedade dividida em classes antagônicas: um grupo de homens que dedica todo seu tempo ou parte dele ao desempenho de atividades para conservar as relações de exploração. Este grupo de homens forma o corpo de funcionários estatais que fazem a mediação sobre a luta de classes, não com objetivo de suprimi-la, mas pelo contrário, seu objetivo é mantê-la em certos limites que não ameacem a relação de exploração da força do trabalho. E para manter esta harmônica relação, o Estado faz algumas pequenas concessões para a classe explorada, efetivadas por meio de políticas sociais. Tais concessões são efetuadas de acordo com a força que a classe oprimida, tem em um determinado período histórico.

"Uma das características do capitalismo e do Estado capitalista é a de que a política social nada mais é do que uma parte da síntese possível das tensões e disputas econômicas, sociais e políticas, e, portanto, das contradições que geram" (XAVIER e DEITOS, 2006, p. 69). Ou seja, a organização e a acumulação de força construída em um momento histórico, pode representar o resultado dos avanços de uma determinada classe. Desta forma, um dos mecanismos do estado burguês, para materializar algumas conquistas da classe oprimida, são as políticas sociais que em sua maioria, são materializadas por aprovações de leis.

Apenas uma vontade individual não cria a lei reclamada pelo Estado de Direito. Esta lei precisa ser gerada por uma assembléia de representação popular livremente eleita, composta de todos os setores significativos da sociedade, e não somente de alguns (VIEIRA, 1992, p. 09-10).

Desta forma, o Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência foi criado com a perspectiva de garantir que a vasta legislação se traduza em ações concretas, de modo a assegurar a inclusão social das pessoas com deficiência, ou seja, da luta pode resultar a lei e a garantia de sua implementação.

Uma das primeiras necessidades que o conjunto das entidades e programas da área das pessoas com deficiência teve para agregar forças foi a luta para garantir o acesso ao trabalho desses sujeitos, não obstante, a cobrança pelo cumprimento da Lei n.º 8.213 de 1991, que reserva de 2% a 5% de cargos nas empresas com

mais de 100 funcionários (art. 93), fundamental para garantir a sobrevivência material destes sujeitos em um modo de produção excludente.

Após a aprovação e promulgação desta importante lei, o movimento das pessoas com deficiência cobrou do estado o seu cumprimento, e fez com que a Secretaria de Estado da Educação/SEED e, a então, Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social/SETA, firmasse protocolo de intenções, com o objetivo de criar dentro das Agências do SEMPRES/SINE um programa de apoio à qualificação e colocação de pessoas portadoras de deficiência no Mercado de Trabalho (FÓRUM, 1998, p. 3).

Conforme Tureck e Schindler (1998), os objetivos deste programa consistiam:

[...] em desenvolver uma política de atendimento, colocação e acompanhamento para inserção de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho e empreender ações que possibilitem a conscientização e o engajamento da comunidade empresarial no que diz respeito à capacidade laborativa das pessoas portadoras de deficiência, buscando a transformação para um mercado de trabalho cada vez mais inclusivo (TURECK e SCHINDLER, 1998, p. 384).

Em Cascavel, o Programa destinado ao atendimento da pessoa com deficiência foi instituído no ano de 1994, na agência do SINE, Sistema Nacional de Empregos, para fazer a mediação trabalhador/empregador.

Com a intenção de dar visibilidade ao projeto e da necessidade de cumprir a determinação legal da reserva de vagas no setor privado, o SINE/SETA/PR - Agência Cascavel, com apoio da Prefeitura de Cascavel, por meio da Secretaria Municipal de Ação Social, o Núcleo Regional de Educação e Associação Comercial e Industrial de Cascavel - ACIC, realizaram o Seminário "A Pessoa Portadora de Deficiência e o Mundo do Trabalho", em novembro de 1994. Nos debates que ocorreram durante o evento, uma das principais propostas apontadas dizia respeito à necessidade de se construir um trabalho de articulação entre as associações de e para pessoas com deficiência, "com objetivo de encontrar respostas para os problemas comuns, impulsionar projetos, catalizar ideias e esforços criativos numa efetiva integração" (FÓRUM, 1995, p. 02).

Com esse objetivo, foi então constituída uma Comissão Representativa das Associações de e para Pessoas Portadoras de Deficiência, a qual reuniu representantes das seguintes entidades: APAE - Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais, ACAS - Associação Cascavelense de Amigos dos Surdos, ACADEVI - Associação Cascavelense dos Deficientes Visuais - APOFILAB - Associação de Portadores de Fissura Lábio-Palatais, ADEFICA - Associação de Deficientes Físicos e Paraplégicos de Cascavel, além do Setor de Apoio a Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho da Agência de Cascavel do SINE de Cascavel.

Após a constituição dessa Comissão, seus membros passaram a discutir sobre como levariam para as diferentes esferas do Estado as necessidades destes sujeitos. Marcaram reuniões com o Prefeito e alguns Secretários Municipais, com as chefias do Núcleo Regional de Educação, a 10ª Regional de Saúde, realizaram seminários, entre outras atividades, com objetivo de cobrar uma articulação nas ações governamentais e o trabalho desenvolvido pelas entidades, como forma de melhorar os serviços para essa parcela da população.

Toda esta articulação culminou com a apresentação de três projetos de lei, que vinham ao encontro das necessidades do segmento. O projeto de lei sobre os cargos e empregos públicos reservados às pessoas com deficiência, aprovado em lei municipal n.º 2.537/1995 alterada pela lei n.º 3.728/2003, e o de normas de proteção e acesso aos prédios, ruas e locais de uso público, lei municipal n.º 2.536/1995. Os dois projetos, mesmo tendo sido aprovados por unanimidade pelos vereadores, enfrentaram resistência do prefeito Fidelcino Tolentino, com mandato de 1993/1996, que não sancionou as leis, deixando para a sanção do presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

O terceiro projeto de criação do Programa Municipal de Atendimento, Apoio e Assistência à pessoa portadora de deficiência foi retirado, pois o coletivo entendeu que era necessário amadurecer o debate quanto à implantação deste serviço.

Nessa perspectiva de amadurecimento, a Comissão Representativa realizou reuniões semanais, para discutir e fazer um levantamento sobre os problemas vividos por estas Associações. Espaço físico, profissionais especializados nas organizações governamentais, na prevenção e identificação precoce das deficiências, foram problemas apontados pela Comissão. Desta forma, o grupo ficou convencido de que somente o trabalho integrado de Instituições, Associações de e para pessoas com deficiência, programas e serviços, poderia mudar a situação existente.

De acordo com o Fórum (1995), "[...] Quando a cidade procura adequar-se às pessoas portadoras de deficiência, eliminando dificuldades de acesso à educação,

ao lazer, ao consumo e ao trabalho, revela-se moderna e humana, podendo vir a ser um modelo" (FÓRUM, 1995, p. 6). Mesmo que as discussões sobre essa proposta não tenham avançado, uma vez que as prioridades de implantação de políticas sociais do município não eram as pessoas com deficiência, mesmo com previsão na Lei Orgânica Municipal, o esforço coletivo dos sujeitos que estavam participando da Comissão contribuiu decisivamente na união das entidades para outras lutas.

Para concretizar a proposta de criação de um Fórum permanente de discussões, a Comissão Representativa das Associações promoveu, em dezembro de 1995, no auditório da Prefeitura Municipal de Cascavel, o 1º Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências. Participaram do evento aproximadamente duzentas pessoas, entre "representantes das entidades de e para pessoas com deficiência, dos programas e serviços do Estado e do município, incluindo um número considerável das próprias pessoas com deficiência, principais protagonistas sociais deste projeto" (ROSA, 2005, s.p).

O Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência foi criado naquele seminário, sendo eleita pela plenária uma coordenação com a seguinte composição: Dois coordenadores e dois secretários, que tinham como objetivo principal buscar a união de forças para desenvolver ações conjuntas entre as entidades, programas e serviços voltados para as pessoas com deficiência.

Embora a intenção inicial fosse institucionalizar o funcionamento do Fórum, a proposta de estatuto não se consolidou, tendo então se organizado e definido suas ações em sessões plenárias ordinárias, extraordinárias e reuniões. "Ressalta-se que, embora houvesse a definição de uma estrutura de funcionamento, o Fórum era um espaço informal, isto é, não havia estatuto e nem regimento interno com registro em cartório: instrumento que dá a uma entidade o caráter legal" (ACADEVI, 2003, s.p). Somente em 2001 foi aprovado um regimento interno, sem registro em cartório, porque não era uma Entidade, e sim, um espaço de discussão, sem a necessidade de formalização legal, normatizando seus princípios e sua finalidade, para manter sua organização interna.

Art. 2º. O Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, fundado em dezembro de 1995, tem como finalidade o debate, a reflexão, a avaliação, a formação, a decisão, os encaminhamentos, a coordenação e articulação das proposições e reivindicações do segmento das pessoas com deficiência, que

poderão ser propostas pelos seus integrantes, ou mesmo definidos em suas sessões plenárias.

Art. 3º. O Fórum tem como princípio fundamental incentivar e apoiar a organização das pessoas com deficiência fortalecendo a organização das entidades de e para pessoas com deficiência enquanto espaços de discussão, definição de propostas e encaminhamentos das lutas por uma inclusão de fato (FÓRUM, 2001, s.p).

Neste sentido, a decisão das entidades/programas e serviços, membros do Fórum, em apostarem no trabalho coletivo, em seu caráter reivindicatório e combativo, respeitando a autonomia das decisões das entidades e programas, aprovadas nas suas instâncias de deliberação, resultou em vários avanços para o segmento, como a formação de novas lideranças e a ampliação de direitos sociais para às pessoas com deficiência.

Após a sua constituição, o Fórum Municipal elaborou documento, durante o processo eleitoral de 1996, para os candidatos à prefeitura de Cascavel, contendo diversas reivindicações. Entre elas estava a proposição de criação de uma Assessoria Extraordinária para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiências, subordinada ao Gabinete do Prefeito, com o objetivo de elaborar, articular e planejar as políticas sociais do município nesta área. O documento foi entregue, na época, a cada um dos candidatos a prefeito em reunião individual, onde estes assumiram o compromisso de criar esse órgão e de atender outras reivindicações contidas no documento.

No decorrer do mandato do prefeito eleito naquele período, não sendo concretizada a constituição da Assessoria Extraordinária, surgiram outras propostas, como a criação de uma coordenadoria ligada à Secretaria de Ação Social - SEASO. Não obstante, para garantir a continuidade em suas lutas, buscando ampliar seus espaços, foram organizados seminários para apresentar para a sociedade e às autoridades, suas demandas.

Assim, estrategicamente, o Fórum, no I Seminário para a Inclusão Social da Pessoa com Deficiência, realizado em 19 de junho de 2000, no auditório da Prefeitura municipal de Cascavel, com objetivo de estabelecer Plano Municipal de Ações para Inclusão Social da Pessoa com deficiência, entregou cópia do projeto de criação da Coordenadoria Municipal para Inclusão Social da Pessoa com Deficiência ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores. O evento lotou o auditório da prefeitura, reunindo usuários e

representantes de entidades de e para pessoas com deficiência, de órgãos públicos e a sociedade em geral (ANDRÉ, 2006, p. 64-65).

Após muita luta, a Assessoria foi conquistada por meio da lei número 3.268/2001, que criou a Assessoria de Políticas Públicas e de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência (APPIS), subordinada ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Neste seminário, também foram discutidas outras bandeiras de luta da área das pessoas com deficiência, como a cobrança da aplicação da legislação existente quanto à inclusão social destes sujeitos, sobretudo no trabalho. No serviço público, existe a previsão legal de reserva de vagas por meio de concursos públicos; e no privado, com as reservas, pelas contratações a serem feitas pelas empresas.

Outra atividade desenvolvida pelo Fórum foi a apresentação do documento contendo as reivindicações das pessoas com deficiência nos processos eleitorais, discutido previamente pelas entidades/programas e serviços. Após a construção das propostas e aprovação da plenária do Fórum foi agendada reunião com cada um dos prefeituráveis, para discutir os problemas e obter seu compromisso de concretizar as reivindicações caso eleito.

O documento, encaminhado aos candidatos, no processo eleitoral de 2000, elenca, ainda, 33 propostas com a proposição de competência, nas áreas da educação, saúde, assistência social, trabalho, transporte, acessibilidade ao espaço físico, cultura, esporte e lazer (FÓRUM, 2000, s.p).

Os candidatos se comprometiam em implantar as propostas apresentadas, e reforçavam durante o processo eleitoral, as práticas filantrópicas e caritativas, buscando angariar mais votos para ganhar a eleição.

O Fórum, enquanto instância de atuação na defesa dos interesses do segmento das pessoas com deficiência, tem travado uma luta constante junto ao poder público local, pela aplicação da legislação. No caso das barreiras arquitetônicas, por exemplo, mesmo com a Lei Municipal, aprovada em 1995, determinando penalidades pelo descumprimento da norma que garante o acesso, o executivo concretamente ignorou tal exigência.

Após grande pressão do Fórum, o município, em 1998, por meio de um convênio com a CORDE - Coordenadoria Nacional para a Integração de Pessoas com Deficiência, executou o projeto denominado "Cidade Para Todos", que

possibilitou a construção de algumas rampas, rebaixamento de guias e a adaptação de banheiros em alguns prédios públicos, inclusive escolas. "O projeto, também, previa a instalação de doze sinais sonoros, que mesmo tendo sido pagos com os recursos públicos do Governo Federal e do Município, de acordo com o convênio, não foram colocados em funcionamento" (ANDRÉ, 2006, p. 70).

Desta forma, existe uma histórica luta do movimento organizado das pessoas com deficiência para obrigar o Estado em suas diferentes esferas, a cumprir as legislações e reduzir as barreiras arquitetônicas, como expos André (2006).

A questão das barreiras arquitetônicas sempre suscitou manifestações das entidades de pessoas com deficiência, em todo o país, tendo em vista que mesmo havendo leis federais, estaduais e municipais, além de normas técnicas sobre a acessibilidade, como a NBR 9050, as três esferas do Estado sempre ignoraram tal obrigatoriedade. A falta de acesso é sem dúvida um fator que limita a participação social das pessoas com deficiência (ANDRÉ, 2006, p. 70).

O Fórum tem organizado várias mobilizações com o objetivo de ampliar as conquistas das pessoas com deficiência. É o caso, por exemplo, de 2002 quando foi realizada mobilização em torno da elaboração da nova lei do passe livre municipal para pessoas com deficiência, com ampla participação das entidades, dos programas e serviços, da APPIS e da CCTT - Companhia Cascavelense de Transporte e Tráfego. Isso ocorreu principalmente porque a Companhia, gerenciadora do sistema iniciou um processo de recadastramento dos beneficiários na tentativa de retirar este direito.

A preocupação com o corte desse direito, previsto na Constituição do Estado, fez com que as entidades se mobilizassem para que o direito destes sujeitos fosse preservado.

Outra tarefa do movimento foi a luta para garantir o transporte público urbano municipal adaptado, pois no contrato de concessão do poder público com as empresas de transporte, constava a cláusula que previa o percentual de 30% da frota do transporte urbano adequada às necessidades das pessoas usuárias de cadeira de rodas. Desta forma, esta mobilização teve como resultado a aprovação da Lei n.º 3.500/2002, com a garantia, em seu texto, a representação das entidades de e para pessoas com deficiência na Comissão Paritária que analisa os processos de solicitação do passe livre indeferidos pela CCTT, de acordo com o artigo 6º. De

forma a assegurar o cumprimento do contrato de concessão, a lei, também, prevê o percentual de 30 % da frota do transporte coletivo urbano adaptado.

O acesso ao trabalho, tanto no setor público como privado, sempre foi tema de debates no Fórum. Mesmo com o respaldo legal da reserva de vagas, conseguir uma vaga no mercado de trabalho constitui-se uma batalha inglória para quem tem algum tipo de deficiência, pois, em um modo societário que tem como essência a produtividade e que concebe a pessoa com deficiência enquanto um ser inválido, é comum o uso de todo tipo de artifício para transgredir a lei. Desta forma, as entidades articularam estratégias para garantir o acesso ao trabalho destes sujeitos, sendo a participação em concurso público uma delas, como se lê:

Liderados por representantes de várias instituições que defendem o direito de pessoas portadoras de vários tipos de deficiência, um grupo de deficientes físicos, visuais, auditivos e mentais, esteve na tarde da última terça-feira no segundo piso da Prefeitura de Cascavel, para efetuar as inscrições no concurso público municipal (O PARANÁ, 1998).

O Fórum propôs outras ações para intensificar as discussões e construir mecanismos de cobranças para garantir a aplicação da lei. Organizou um seminário para novas discussões em outubro de 1998, com apoio da Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho, da Procuradoria Regional do Ministério Público do Trabalho e da Prefeitura Municipal de Cascavel com o tema: "A Pessoa com Deficiência Frente às novas configurações do Mercado de Trabalho". Também elaborou documento para garantir o direito dos candidatos que tinham prestado concurso público para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná/UNIOESTE.

Documento encaminhado à reitoria da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em maio de 2001, revela a atenção e preocupação do Fórum com a questão. No caso em tela, tendo recebido manifestações de pessoas com deficiência, classificadas em concurso público para provimento de vagas no Hospital Universitário, de que o edital de publicação do concurso reservava 5% de vagas de um universo de 430 vagas, para os fins do Decreto n.º 3.298/99 e quando da publicação do edital de homologação das inscrições, distribuiu as vagas por níveis de escolaridade, mudando a regra do que já havia sido estabelecido anteriormente. Esse fato modificou, no meio do processo, as chances de contratação das pessoas com deficiência, uma vez que deixaram de concorrer às 22 vagas e passaram a disputar as vagas fracionadas por níveis. O documento solicita que todos os candidatos com deficiência

classificados sejam chamados, de forma a dar cumprimento ao edital de lançamento do concurso e ao Decreto Federal n.º 3.298/99 (ANDRÉ, 2006, p. 74).

Após estas cobranças a assessoria jurídica da Universidade elaborou parecer transferindo a responsabilidade de qualquer decisão para a comissão de concurso do Hospital.

Em maio do ano seguinte, com a publicação do Edital n.º 021/2002-GRE, foi protocolado documento ao Reitor da UNIOESTE solicitando que fosse aplicado o Decreto Federal n.º 3.298/1999, que regulamentou a Lei n.º 7853/1989, considerando a previsão no edital da reserva de vagas para as pessoas com deficiência na Lei Estadual n.º 13.117/2001 e Lei n.º 13.225/2001 e que, estas legislações estavam em desacordo com a prescrição legal federal que disciplina a questão.

O Fórum sempre acompanhou a maioria dos editais de concursos públicos, fiscalizando o cumprimento da legislação, para garantir a aplicação nos editais da reserva de vagas. A tentativa de não cumprir tal legislação é uma prática intrínseca ao modo de produção capitalista, pois os detentores dos meios de produção entendem que a produtividade laboral da pessoa com deficiência está abaixo da média de produção dos demais trabalhadores, acarretando a redução dos seus lucros. "Nas sociedades que objetivam o lucro pelo lucro, pessoas que apresentam qualquer deficiência que, aos olhos do empregador, possa acarretar uma diminuição na produção, são descartáveis" (ANDRÉ, 2006, p. 75).

Neste sentido, o direito ao trabalho para a pessoa com deficiência, garantido constitucionalmente, por leis e decretos, não tem atingido sua finalidade que é prover o meio de subsistência destes sujeitos.

Quanto à luta do Fórum por uma educação de qualidade para as pessoas com deficiência, foram organizados eventos regionais, discussões sobre a legislação que normatiza a educação especial no Estado e nos municípios, a partir das diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE), com palestrantes do Fórum em Defesa da Escola Pública do Paraná, do Conselho Estadual de Educação (CEE) e de outros departamentos que discutem a questão.

Neste sentido, também o ensino superior foi pauta do Fórum:

A luta pelo acesso e permanência no Ensino Superior também tem sido razão de mobilizações e discussões no interior do movimento. Várias foram as Moções aprovadas em plenárias, que foram encaminhadas ao MEC, Secretaria Estadual de Educação, Universidades públicas e privadas, reivindicando o cumprimento das disposições legais, que garantam as adaptações necessárias desde as barreiras arquitetônicas, adaptações em materiais para pessoas cegas e com baixa visão, interpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e outras previsões legais. Como exemplo destaca-se o documento encaminhado pelo fórum em reunião realizada em abril de 2002, que reivindica das Universidades estabelecidas no município o apoio especializado aos acadêmicos surdos, que estiverem ou vierem a estudar nessas instituições, por meio da contratação de profissional intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (FÓRUM, 2002, s.p).

Desta forma, a compreensão do Fórum encontrava-se no sentido de que:

Para que a luta das pessoas com deficiência possa ir além da denúncia das tradicionais práticas e concepções segregativas, permitindo-lhes a compreensão e o enfrentamento dos verdadeiros determinantes que as têm, historicamente, colocado na condição de excluídas, é necessário que o mesmo não fique apenas no plano formal/ideal, pois "Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência" (MARX e ENGELS, 1984 apud CARVALHO, 2009, p. 171 - grifo do autor).

Por essa razão os movimentos sociais das pessoas com deficiência devem manter uma relação com o conjunto da classe trabalhadora para que possam construir um novo homem e uma nova sociedade, ou seja, uma nova sociedade, onde todos os sujeitos possam contribuir de acordo com suas possibilidades e receber conforme suas necessidades.

SEÇÃO 3 - A HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE E DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AÇÕES RELATIVAS ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS - PEE

3.1 A HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE

Antes de investigar os elementos que contribuíram para o surgimento do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais da UNIOESTE, entendemos necessário fazer uma breve análise histórica da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE -, apontando alguns elementos da conjuntura na qual nasceu e se concretizou o processo de estadualização com a unificação das faculdades isoladas da região Oeste e sudoeste do Estado do Paraná, como uma universidade pública com caráter regional, organizada com uma estrutura de multi campi, que conta atualmente com cinco campos nas principais cidades da região. Entendemos que recuperar esta história é importante na medida em que é nesta instituição marcada por lutas que se inseriu o PEE.

O movimento pela estadualização teve início com os estudantes e, posteriormente os funcionários e professores das faculdades isoladas incorporaram-se a ele, construindo assim, um movimento unificado, que ganhou força no sentido de resistir e de realizar o desejo de ter no Oeste e sudoeste paranaense uma universidade pública. "O fato de ser o Oeste paranaense importante no cenário estadual, nacional e internacional, pela sua fabulosa produção agrícola, não foi fator essencial para convencer os governantes do Estado de que o Oeste necessitava ensino superior para seus filhos aqui na região" (BALBINOTTI, 2005, p. 18). Ou seja, durante a trajetória de luta para a conquista da universidade, se fez necessário a união de vários movimentos sociais da sociedade civil da região, para ampliar as mobilizações e garantir a autorização e financiamento da universidade pública.

A efervescência dos movimentos sociais na década de 1980 no país, que lutavam pela redemocratização, contribuiu para uma grande participação popular na Região Oeste do Paraná, iniciando um movimento para reivindicar ensino superior público.

No ano de 1968, alguns professores dos Colégios Estaduais Wilson Joffre e Marcos Cláudio Schuster, começaram a debater sobre a real necessidade de se ter o ensino superior na região. Emer (2001) escreve que "era com frequência que se ouvia dizer que os filhos iam para as capitais para cursar o ensino universitário e não mais retornavam para a região" (EMER, 2001, s.p).

De acordo com Emer, estes professores da rede estadual de ensino continuaram com a luta para conquistar o direito do Oeste e Sudoeste do Paraná ter o ensino superior pública e, começaram buscar informações do que seria necessário para conseguir aprovar a autorização legal de uma universidade pública. Tiveram a informação de que era necessário elaborar um projeto que tinha como exigência que constassem dados socioeconômicos da região para justificar a criação do ensino superior.

Estes professores "Conseguiram apoio da Câmara de Vereadores, que, em 10 de julho de 1969, constitui uma comissão legislativa para levantar aspectos da realidade social e econômica de Cascavel" (SPERANÇA; SPERANÇA, 1980). Assim, [...] durante todo o ano de 1969 esse grupo de professores trabalhava informalmente nos finais de semana para elaboração do projeto da faculdade" (EMER, 2001, s.p). Ou seja, o projeto iniciado em 1969 foi concluído em 1970 pelos professores pertencentes à rede estadual de ensino.

Contudo, primeiro era preciso criar a mantenedora, ou seja, o órgão federado estatal que assumiria a responsabilidade financeira do projeto. Após várias tentativas em âmbito federal e estadual, restou solicitar ao Município que se responsabilizasse sobre a faculdade. [...] "foi criada a mantenedora na forma de Fundação Municipal, que foi denominada de FUOP, sob responsabilidade financeira da Prefeitura Municipal de Cascavel, administrada na época por Octacílio Mion" (EMER, 2001, s.p).

Em 1971, o projeto da mantenedora estava devidamente estruturado e foi encaminhado para o Prefeito Municipal Octacílio Mion, que no mês de novembro, pela Lei Municipal n.º 885/71 legalizou a mantenedora no âmbito municipal. Posterior a esse ato, o projeto foi enviado para apreciação do MEC e regulamentado pelo Decreto Federal n.º 70251 de 15 de maio de 1972, a FUOP, foi autorizada e implantada como entidade Mantenedora. Posteriormente alterada pelo Decreto Federal n.º 065/1974 que muda a nomenclatura de FUOP para FECIVEL.

O passo seguinte foi a abertura dos cursos autorizados: Pedagogia, Matemática, Ciências de 1º grau e Letras Português - Francês/Inglês. Após a abertura destes cursos foi autorizada a abertura dos cursos de engenharia agrícola em tempo integral, Ciências Contábeis, Administração, Enfermagem e Economia. Após a instalação destes cursos, a universidade só conseguiu autorização para abrir novos cursos no início dos anos 1990.

O primeiro Diretor nomeado foi “[...] o juiz Dr. Jamil Lourenço, e a sede era junto ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. O terreno onde está situada hoje a UNIOESTE, foi conseguido através de doação de três cidadãos, Érico Bublitz, Agenor Miotto e Israel da Vigo Silveira, por acreditarem na necessidade de uma universidade na região” (BALBINOTTI, 2005, p. 41).

Em 1972, foi criada a fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL -, na cidade de Cascavel, principal centro das lutas de unificação dos campi da UNIOESTE. Posteriormente, nasceu em 1979, na cidade de Foz do Iguaçu, a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA; em 1980, na cidade de Toledo, a Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato, FACITOL; e em 1980 na cidade de Marechal Cândido Rondon, foi criada a Faculdade de Ciências Humanas - FACIMAR. Essas cidades formavam, na época, os principais centros urbanos da Região Oeste e tinham um crescimento anual em torno de 8% nas décadas de 1970 até 1990. Posteriormente com o crescimento da universidade foi incorporado, em 1998, a Faculdade Municipal de Francisco Beltrão – FACIBEL, e no ano 2000, foi incorporado à UNIOESTE o Hospital Regional de Cascavel, atual Hospital Universitário do Oeste do Paraná, HUOP.

O período com maior intensidade nas lutas da região Oeste por uma universidade pública ocorreu entre os anos de 1980 a 1986, com a bandeira de unificar as faculdades isoladas e transformá-las em universidade pública gratuita e de qualidade. Na década de 80, a Faculdade de Educação Ciências e Letras do município de Cascavel, começou a passar por algumas crises financeiras e no ano de 1982, foi feita a tentativa de transferir integralmente a faculdade para o município de Cascavel, isso só não ocorreu, pois “[...] o CFE alegou falta de estrutura impedindo também a abertura dos cursos de Odontologia e Direito” (EMER, 2001, s.p).

Após esta tentativa não exitosa, foi organizado um movimento regional que buscava a estadualização ou a federalização das faculdades isoladas, como expõe Balbinotti (2005):

Alunos, professores, funcionários e dirigentes da FECIVEL realizaram uma grande mobilização à qual aderiram também as outras faculdades isoladas da região Oeste, propondo a estadualização das faculdades isoladas de forma a constituí-las numa universidade regional (p. 42).

O movimento unificado pela estadualização ou federalização das faculdades ganhou muita força, tendo adesão entre os políticos, da classe empresarial da imprensa local dos municípios da região Oeste, sendo fundamental para a constituição da Comissão Pró-universidade do Oeste.

Em meio as crises financeiras, cresceram as lutas para que o poder público assumisse a responsabilidade pelas faculdades isoladas. Em 1984, na gestão do Professor Ari Cantelli, realizou-se pela primeira vez concurso público para contratação de novos docentes e funcionários para trabalhar na FECIVEL. Como o concurso ocorreu anterior a promulgação da Constituição Federal de 1988, somente foi possível normatizar e criar critérios com a primeira aprovação do primeiro plano de carreira dos docentes em 1989. O plano de carreira previa incentivo, titulação e normatizava o ingresso dos docentes na universidade.

Outro fato marcante para a criação da UNIOESTE ocorreu em uma grande manifestação dos acadêmicos em dezembro de 1986. O senador José Richa esteve na cidade de Cascavel para inaugurar o Viaduto da Carelli. Os acadêmicos do Campus de Cascavel organizaram um protesto para exigir a estadualização da faculdade.

Na inauguração, entregaram uma carta aos presentes, assinada pelo Diretor, pelo Vice-Diretor, pelo presidente do DCE, da ADUC - Associação dos Docentes Universitários de Cascavel e da AFUVEL - Associação dos Funcionários da UNIOESTE Cascavel, cobrando com vigor a estadualização (KUIAVA, 2005 *apud* BALBINOTTI, 2005, p. 47).

O evento ocorreu em um sábado e por força dos protestos, na segunda-feira seguinte, o senador José Richa pediu para o então governador João Elísio Ferraz

que encaminhasse mensagem para Assembleia Legislativa do projeto de estadualização das faculdades isoladas.

A sessão realizou-se nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 1986, as últimas sessões do ano, onde com muito empenho a região Oeste saiu vitoriosa pela conquista da aprovação da estadualização das faculdades na forma de Fundação Estadual do Oeste do Paraná, mantenedora das faculdades (BALBINOTTI, 2005, p. 47).

Entretanto, a lei não foi sancionada naquele ano pelo governador, que deixou para análise e apreciação do governador que estava assumindo em 1987.

Segundo Emer (2001), no dia 15 de janeiro de 1987, pela Lei n.º 8464, o Governador Álvaro Dias sancionou Projeto de Lei, que instituiu a Fundação Federação de Instituições do Oeste do Paraná e pelo Decreto n.º 399, de 27 de abril do mesmo ano, instituiu a Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná, nomeando também a comissão de implantação da UNIOESTE.

Outro avanço importante para a estadualização e o reconhecimento da UNIOESTE, ocorreu com a assinatura de um novo decreto em 1988.

Em 27 de janeiro de 1988, o Governador assina o Decreto 2352, que cria a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná - FUNIOESTE, depois da Lei 8680 ter sido aprovada na Assembléia Legislativa. Esse ato faz com que as faculdades isoladas se elevassem a categoria de universidade, como fundação, pela sua nova mantenedora, a FUNIOESTE, tendo sido eleito e nomeado para Presidente, o Professor José Kuiava (BALBINOTTI, 2005, p. 47).

Após a autorização legal das faculdades isoladas da região Oeste, que enfrentavam naquele momento uma crise financeira sem precedente, o estado foi obrigado a aprovar dotação orçamentária para as faculdades isoladas, responsabilizado-se pelo custeio, investimento e folha de pagamento dos funcionários e docentes.

Apesar dos avanços alcançados, os membros da comunidade acadêmica da UNIOESTE tinham muito claro que ainda existia um caminho longo a percorrer, para garantir o reconhecimento estatal da universidade, bem como sua qualidade. De 1987 até 1989, o Conselho de Administração da FUNIOESTE elaborou o Projeto de Universidade do Oeste esperando somente pelo compromisso do Estado em relação

a sua manutenção. "Entre 1988 e 1989, o Professor Raulino Tramontin, do CFE - Conselho Federal de Educação, esteve por mais de 06 vezes em Cascavel para discussão e elaboração do processo de reconhecimento da universidade" (BALBINOTTI, 2005, p. 36).

Com estes encaminhamentos e o convencimento da grande maioria das lideranças da região Oeste, iniciou-se o processo de luta pelo reconhecimento da UNIOESTE, que ocorreu em 1994.

Desses intensos debates e transformações é que em 1994 a FUNIOESTE foi reconhecida como universidade, a primeira no Paraná a ser organizada de forma multi-campi, localizada ao extremo Oeste paranaense, que congregou as faculdades isoladas da cidade de Cascavel, Foz do Iguaçu, de Toledo e de Marechal Cândido Rondon. Essas eram as quatro maiores cidades em nível de desenvolvimento da região (BALBINOTTI, 2005, p. 28).

Após a estadualização das faculdades isoladas houve a necessidade de discutir e construir um regimento para o processo eleitoral, onde os diferentes projetos políticos para administrar a universidade pudessem ser colocados à disposição da comunidade acadêmica, para fazer a escolha dos seus representantes.

Essa escolha ocorreu por meio de consulta universitária, onde após a escolha, o conselho universitário de cada instituição envia para o governador uma lista com os três candidatos mais votados. O governador amparado pela lei estadual N. 8345 de 21 de julho de 1986, pode fazer a escolha de qualquer um dos três candidatos, sem precisar considerar a vontade da maioria da comunidade universitária. A primeira consulta na UNIOESTE ocorreu em 1988.

A chapa composta pelos Professores José Kuiava e Flávio Vendelino Scherer apresenta um plano de ação para a UNIOESTE para o período de 88 a 92. Era chapa única e foi eleita pela comunidade oestina e nomeada pelo Governador do Estado, Álvaro Dias, pelo Decreto 3487, em 12 de agosto de 1988 (BALBINOTTI, 2005, p. 48).

A próxima consulta acadêmica na UNIOESTE ocorreu em 1992. Este pleito foi marcado por uma grande disputa de diferentes projetos de gestão de universidade pública e por uma gravosa intervenção do governo Roberto Requião.

Nesta eleição, foi eleito pela comunidade acadêmica, o Professor Erneldo Schallenberger, entretanto, o Governador do Estado Roberto Requião, não respeitando a vontade da maioria da comunidade acadêmica, se utilizou da lei estadual que pode nomear para reitor da universidade qualquer um dos nomes da lista tríplice, “[...] nomeou o candidato derrotado nas urnas, Professor Marcos Vinicius Pires de Souza, que aceitou a função, considerado como "interventor" da FUNIOESTE, sob protestos da maioria da comunidade acadêmica" (BALBINOTTI, 2005, p. 53).

No dia da posse do interventor, a comunidade acadêmica esteve presente para mostrar seu descontentamento com a situação e disposição para lutar pela autonomia da UNIOESTE.

A posse estava marcada para acontecer no Centro Cultural Gilberto Mayer. O cenário estava pronto e os estudantes entraram em silêncio, encheram o Teatro, havia aproximadamente uns 200 estudantes e todos estavam quietos. Quando entrou o Secretário da Educação e o Professor Marcos Vinicius, os estudantes e professores presentes começaram gritar e apitar. Assim, a cerimônia não foi realizada e nem a posse do novo Diretor-Presidente (BALBINOTTI, 2005, p. 53-54).

Ou seja, o Professor Marcos Vinicius Pires de Souza não pôde tomar posse na data marcada, sendo obrigado a assumir o cargo após alguns dias na Associação Comercial Industrial de Cascavel.

Com o reconhecimento no mês de dezembro de 1994 como universidade, era necessário nova eleição para Reitor. A UNIOESTE por meio do conselho superior aprovou seu Regimento, definindo que os membros da comunidade acadêmica poderiam votar em candidatos de chapas diferentes para o cargo de reitor e vice-reitor, para mandato de 1996/1999. "Nesse processo eleitoral saiu vencedor o professor Erneldo Schalleberger e para vice a Professora Liana Fátima Fuga" (BALBINOTTI, 2005, p. 70). Desta forma, a comunidade acadêmica da UNIOESTE, respondeu com firmeza a intervenção do governo estadual na universidade, uma vez que elegeu novamente o primeiro colocado nas eleições anteriores.

Na próxima consulta acadêmica, as regras novamente foram alteradas, permitindo que reitor e vice-reitor fossem eleitos na mesma chapa. O pleito elegeu a professora Liana Fatima Fuga como reitora e o professor Wilson Scussiati como

vice-reitor, para cumprir mandato de 2000/2003. Desta vez, o governador estadual Jaime Lerner nomeou os mais votados, respeitando a vontade da maioria da comunidade universitária.

Em 2003, foram eleitos para os cargos de reitor e vice-reitor, os professores Alcebiades Luiz Orlando e Onildes Maria Tascheto para mandato de 2004/2007.

Novo reitor da Unioeste é eleito com 2,8 mil votos. A apuração dos votos para a escolha do novo reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) teve início às duas horas e só terminou oito horas depois. A vitória foi da chapa Transparência e Compromisso Social, do diretor-geral do campus de Marechal Cândido Rondon, Alcibíades Luiz Orlando, com 2.882 votos. Em segundo lugar ficou Edison Leismann (2.607 votos) e na terceira colocação, o professor Paulo Sérgio Wolff (2.061 votos). A ex-reitora Liana Fuga recebeu 513 votos (JORNAL FOLHA DE LONDRINA, 2003).

Já a consulta acadêmica para os cargos de reitor e vice-reitor da UNIOESTE, para o mandato de 2008/2011, foi marcada por várias manifestações em defesa da vontade da maioria da comunidade universitária, quando escolheu por maioria dos votos os professores Altevir de Castro dos Santos e Pery Francisco Assis Chikida como eleitos para os cargos de reitor e vice-reitor da UNIOESTE. Pela segunda vez na história da UNIOESTE, o governo estadual fez intervenção política, indicando o grupo que mais representava seus interesses políticos, sem considerar a vontade da maioria da comunidade universitária.

Os diretórios centrais dos estudantes, sindicatos e várias entidades da região Oeste se mobilizaram para tentar obrigar o governador Roberto Requião nomear os candidatos mais votados para a reitoria da UNIOESTE. Segundo os escritos no boletim informativo do sindicato docente da UNIOESTE (ADUNIOESTE): "O resultado final das eleições na Unioeste é inquestionável, o prof. Altevir Castro dos Santos é o reitor eleito pela comunidade universitária" (ADUNIOESTE, 2008). Ou seja, os estudantes, docentes e agentes universitários fizeram uma forte pressão para que o governo estadual voltasse atrás em sua decisão.

Protesto fecha as portas da Unioeste. Atividades na instituição estão suspensas 03/03/08 às 00:00 - Atualizado às 10:28
Redação Bem Paraná
Estudantes da unioeste prometem ocupar reitoria Estudantes, professores e funcionários da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campi de Cascavel, estão

impossibilitados de entrar na universidade nessa segunda-feira, devido ao protesto denominado "Segunda-feira morta". As atividades da instituição estão suspensas.

A administração da universidade tenta na justiça uma liminar que garanta a reabertura dos portões ainda pela manhã. Segundo a Central Gazeta de Notícias, por questão de segurança, policiais militares encontram-se neste momento em frente à universidade. Amordaçados e simbolizando uma corrente, os estudantes protestam contra a nomeação do reitor Alcibíades Luiz Orlando. Eles consideram uma intervenção da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) e do governo do Estado a decisão de nomear Orlando, empossado pelo governador Roberto Requião, mesmo depois de ter ficado em segundo lugar na eleição realizada no fim do ano passado (JORNAL BEM PARANÁ, 2008).

Desta forma, mesmo com a forte pressão dos estudantes, docentes, agentes universitários e membros da comunidade externa, o candidato derrotado professor Alcebiades Luiz Orlando e o Governador do estado não declinaram da sua posição.

As duas últimas consultas acadêmicas na UNIOESTE ocorreram em 2011/2015. O professor Paulo Sergio Wolff foi vencedor nos dois pleitos e nomeado pelo governador Beto Richa. "Paulo Sérgio Wolff, conhecido como Cascá, foi reeleito reitor da Unioeste e comandará a instituição de ensino até 2019. Essa é a primeira vez na história da universidade que um reitor consegue a reeleição" (CGN, 2015).

A nossa pretensão ao fazer uma breve discussão histórica sobre os elementos que levaram a fundação e os avanços da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) é para permitir uma melhor compreensão das lutas travadas pelo conjunto das pessoas com deficiência que lutaram para garantir o ingresso e permanência destes sujeitos no ensino superior. Desta forma, a próxima seção desta pesquisa, pretende discutir a história da luta travada pelos sujeitos com alguma deficiência para garantir o acesso ao ensino superior na UNIOESTE.

3.2 A LUTA PARA A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AÇÕES RELATIVAS ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DA UNIOESTE

A criação do PEE deu-se num momento em que a Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual (ACADEVI) estava passando por profundas mudanças na sua concepção de entidade representativa, superando o modelo

tradicional, que usa as pessoas com deficiência como objeto das suas ações caritativas, passando a compreender que as pessoas com alguma deficiência são sujeitos da sua própria história.

Como resultado desta compreensão, é que o PEE segue majoritariamente a teoria vigotskiana, que defende que um defeito não é apenas uma dificuldade, mas também estímulo para um processo de supercompensação¹².

Se algum órgão, devido à deficiência morfológica ou funcional, não consegue cumprir inteiramente seu trabalho, então o sistema nervoso central e o aparato psíquico assumem a tarefa de compensar o funcionamento insuficiente do órgão, criando sobre este ou sobre a função uma superestrutura psíquica que tende a garantir o organismo no ponto fraco ameaçado (VIGOTSKI, 1997, p. 77).

O PEE é criado a partir da necessidade de atender aos acadêmicos que tenham alguma deficiência, e necessitam de atendimento educacional especial, propiciando condições de, após o ingresso do acadêmico na instituição, poder fazer seu curso e ter a sua permanência garantida.

O Programa, "[...] encontra-se organizado na forma de colegiado composto por professores, funcionários técnicos administrativos e alunos. A maioria dos seus integrantes é constituída de pessoas com deficiência formadas na própria UNIOESTE e militantes do movimento social" (PEE, 2017, s.p). Além destes representantes da instituição, no seu regimento interno, está contemplada a participação das entidades das pessoas com deficiência, que participam do colegiado deliberativo com direito a voz e voto e serviços públicos da área: Centro de Apoio aos Surdos - CAS, Centro de Apoio Pedagógico à Pessoa com Deficiência

¹² Encontramos o conceito da supercompensação no núcleo da abordagem sócio psicológica, que se contrapõe a concepção mística sobre a cegueira ou qualquer outro defeito acometido pelos sujeitos, e à concepção biológica-ingênua, também conhecida como teoria da substituição dos órgãos dos sentidos. Para Vigotski (1997), o que ocorre com a personalidade do sujeito ao ser acometido pelo defeito na visão, não é uma substituição mecânica e fisiológica dos órgãos dos sentidos, mas, sim, um processo muito mais complexo, de nível intrapsíquico, intrinsecamente articulado com o meio social, ocorrendo uma reorganização cerebral, a nível de sistema nervoso central, ou seja, a pessoa cega vivencia vários conflitos de ordem sócio psicológica decorrentes da falta de correspondência do órgão com defeito (a visão) e as funções que este deve desempenhar no meio social. São estes conflitos que impulsionam a reação da personalidade, podendo esta reação dar origem ao processo da supercompensação em direção à superação dos obstáculos no curso de sua trajetória sócio, histórica e cultural. Não obstante, a reação da personalidade não é um processo natural e espontâneo, mas desencadeado, podendo a supercompensação se manifestar em diferentes formas da deficiência, ou então, a não reação da personalidade frente aos conflitos, predominando o sentimento de menos valia e a resignação dos sujeitos.

Visual – CAP, municipal e estadual e, Assessoria de Políticas Públicas do Município de Cascavel - APPIS.

Com estrutura própria em todos os campi da UNIOESTE, o Programa articula ainda o ensino, a pesquisa e a extensão, aproximando a comunidade externa da universidade.

Uma das principais contribuições do Programa é a construção de mecanismos para dar condições para que os acadêmicos se apropriem dos conhecimentos científicos produzidos historicamente pela humanidade, objetivando a união entre teoria e prática, ampliando a contribuição dos movimentos sociais das pessoas com deficiência para a luta da classe oprimida, buscando a superação do atual modo societário de produção.

O Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE) nasceu a partir da luta organizada dos movimentos sociais das pessoas com deficiência. Esses movimentos, ao contribuírem com a criação do Programa, em uma relação dialética, também cobram para que este proponha políticas de formação, buscando aproximar estes sujeitos da universidade e, ao mesmo tempo, atenda demandas do segmento, tais como o oferecimento de cursos em diferentes áreas.

A Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual (ACADEVI) e o Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência sempre tiveram em suas pautas de reivindicação, a luta permanente para garantir a qualidade na educação formal dos sujeitos com deficiência.

[...] a ACADEVI como entidade de defesa de direitos, passa a organizar e participar de eventos diversos, tais como encontros mensais, curso de formação, seminários, dos quais vem desde então provocando a abertura e ampliação de espaços de apoio educacional especializado no município e na região oeste do estado (SANTOS e SILVA, 2015, p. 17).

Com esta preocupação, uma das demandas apresentadas pela ACADEVI foi que a universidade organiza-se curso de extensão, para qualificar os sujeitos com deficiência visual no uso das tecnologias assistivas, permitindo melhores condições na apropriação do conhecimento científico e melhores condições para ingressar no mercado de trabalho. Desta forma, o PEE buscando atender a reivindicação do movimento das pessoas com deficiência, articulou-se com o Centro de Educação,

Comunicação e Artes da UNIOESTE e propôs cursos de extensão, atendendo assim, a demanda do segmento.

9.4. Analisar e emitir parecer referente a proposta de atividade de extensão "Curso de DOSVOX" no período de 23 de setembro de 2008 a 26 de junho de 2009, coordenado por Ivã José de Pádua - CR nº 24978/2008. Aprovado. 9.5. Analisar e emitir parecer referente a proposta de atividade de extensão "Curso de informática adaptada na área da deficiência visual" no período de 19 de setembro a 17 de dezembro de 2008, coordenado por Ivã José de Pádua - CR nº 24979/2008. Aprovado (CASCAVEL, 2008, s.p).

Estes cursos além de contribuírem no uso destas tecnologias por estes sujeitos, aproxima as pessoas com deficiência da universidade.

Neste sentido, entendemos que por meio das lutas travadas pelo segmento, esses sujeitos foram gradativamente conquistando seus espaços no ensino fundamental e médio, criando condições para ingressarem no ensino superior.

Para mostrar as contribuições do PEE para a inserção e permanência das pessoas cegas no ensino superior, vale destacar que sua primeira intervenção deu em 1995, quando uma estudante com baixa visão, que utilizava a lupa manual para fazer as leituras dos seus textos, se inscreveu para prestar vestibular na UNIOESTE (com o n.º de inscrição no certame 16901-08), para cursar Pedagogia. Na época, solicitou uma pequena adaptação na prova, o que não foi concedido pela UNIOESTE. Mesmo com a negativa a aluna fez o vestibular, não sendo aprovada naquele ano, ficando em 44º lugar.

No ano seguinte, inscreveu-se novamente no concurso vestibular para o curso de Pedagogia. (com o n.º de inscrição 16695-08). Após ter efetuado sua inscrição, solicitou novamente prova ampliada. Desta vez, a solicitação foi atendida, com a intervenção direta de uma professora da área da educação especial que era docente da universidade. Com as suas necessidades atendidas, desta vez a estudante conseguiu aprovação no vestibular, alcançando a 25º colocação.

Em 1997, ingressou na Universidade um estudante cego, aprovado em 1º lugar no vestibular do curso de Pedagogia.

FORÇA DE VONTADE.

Deficiente visual é PRIMEIRO lugar na Unioeste.

Depois de concluir o segundo grau de forma tardia em função das limitações impostas pela sociedade, Alfredo Carvalho venceu

preconceitos e barreiras para conquistar um lugar ao sol na universidade, iniciando uma nova batalha rumo ao diploma.

Ingressar num curso superior não é tarefa fácil para a maioria dos estudantes que tiveram uma vida estudantil "normal" e que são fisicamente "perfeitos", como demonstram a comemoração dos que são aprovados nos exames vestibulares e os tradicionais trotes aplicados pelos veteranos das universidades.

No caso de Alfredo Carvalho, deficiente visual, 36 anos, que iniciou seus estudos aos 31 anos no regime supletivo, a tarefa parecia impossível. Apenas parecia. Este ex-aluno do Cesvel, morador do bairro Jardim Floresta, em Cascavel, mostrou que, mesmo utilizando o ensino público, tão atacado por alguns setores da sociedade para atingir seus objetivos, é possível conquistar o que se apresenta como inatingível. Ele fez mais, conseguindo para si o primeiro lugar no curso de Pedagogia da Universidade do Oeste do Paraná, dando início de forma brilhante à sua vida acadêmica (JORNAL A CIDADE, 1997).

Na primeira semana de aula realizou-se uma reunião com a participação da Associação Cascavelense de Deficientes Visuais (ACADEVI) com o chefe do Departamento de Educação, o Coordenador do Colegiado do Curso de Pedagogia, o Pró Reitor de Graduação, o Diretor do Campus e do Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA), para reivindicar a estrutura necessária para a produção dos materiais para esse acadêmico. Nessa reunião todas as instâncias presentes se comprometeram publicamente com a viabilização da estrutura necessária para garantir o acesso do aluno aos materiais indicados pelos professores para toda a turma.

Inicialmente o objetivo era organizar como a universidade iria garantir o acesso aos textos para que o acadêmico pudesse acompanhar as aulas. Entretanto, houve uma tentativa por parte da instituição de transferir a responsabilidade da adaptação dos textos para o centro acadêmico do curso de pedagogia. Este encaminhamento:

[...] não foi aceito pelo aluno cego, uma vez que o mesmo tinha a clareza de que o compromisso com o trabalho de adaptação dos materiais não deveria estar vinculado ao âmbito da caridade, da filantropia, mas deveria ser de inteira responsabilidade da universidade, de forma institucional (SILVA, et. al. 2006, p. 59).

Após este encaminhamento equivocado, o referido acadêmico, com base em sua inserção nos movimentos sociais e com o apoio dos militantes da ACADEVI construiu uma estratégia para chamar atenção e ter seu direito assegurado.

Com o objetivo de demonstrar a necessidade de um olhar específico para com a área, o aluno cego redigiu em braille um trabalho da disciplina de Estatística, o qual não pôde ser lido nem pela professora da área e nem pela coordenadora do colegiado, fato que confirmou a necessidade de planejar ações para dar apoio para aquele aluno (SILVA, et. al. 2006, p. 59).

Ou seja, com as contradições apresentadas, houve o convencimento de que era necessário garantir uma estrutura mínima para o aluno estudar. Desse modo, a:

[...] Pró-Reitoria de Graduação cedeu um funcionário duas vezes por semana, para gravar os textos em fitas cassete para que pudessem ser "lidos" auditivamente pelo aluno. Encaminhou-se ainda a compra de uma impressora Braille e de um computador com o programa DOSVOX - sintetizador de voz que permite acesso à leitura de quaisquer textos - e, ainda, uma pequena sala (SILVA, et. al. 2006, p. 59).

Em meados do ano de 1997, o funcionário foi afastado desta atividade de gravar os textos, provocando um acúmulo de leituras, o que comprometia gravemente a qualidade da aprendizagem. Como o problema protelava-se indefinidamente e, tendo-se esgotado todas as formas de reivindicação interna o aluno procurou sua entidade representativa, para posteriormente procurar os órgãos de comunicação, ameaçando inclusive iniciar uma greve de fome se o problema não se resolvesse.

Unioeste dificulta desempenho de aluno cego afastando sua ajudante.

O estudante do primeiro ano de Pedagogia da Unioeste, Alfredo de Carvalho, que possui deficiência visual, teve sua ajudante especial, que o acompanhava no curso, afastada da função de ler livros e transformá-los em braille, por determinação da Pró-Reitoria de Graduação da universidade.

O cego, que é o primeiro acadêmico com este tipo de deficiência na história do ensino superior do Oeste do Paraná, diz que seu desempenho está sendo prejudicado com a ausência da ajudante, temendo sofrer mais quando chegar a época das provas.

"Há 15 dias que não acompanho nenhum livro por causa desta determinação absurda. Além de transformar o que está escrito nos livros em braille, a ajudante também gravava trechos em fita cassete, para um melhor acompanhamento do conteúdo estudado", diz Alfredo.

Além de transferir a funcionária Helenise de suas funções, a Unioeste também não instalou um equipamento de informática adaptado para o uso de cegos e de pessoas com visão parcial. O

aparelho, que seria comprado no início do ano conforme promessa da Reitoria da universidade, trata-se de um computador com teclado em braile, acompanhado de impressora adaptada à mesma linguagem. O equipamento reproduz o que está sendo digitado pela pessoa em voz alta.

"Quando passei no vestibular, a Acadevi (Associação Cascavelense de Portadores de Deficiência Visual), reuniu-se com a diretoria do campus, que prometeu realizar todas as adaptações necessárias para o aprendizado de deficientes", queixa-se (JORNAL A CIDADE, 1997).

Como a problemática estava nos meios de comunicação, a UNIOESTE foi obrigada a contratar um servidor somente para garantir o apoio ao acadêmico. Os equipamentos tecnológicos começaram a chegar, a impressora Braille, um computador com o sistema DOSVOX e o mobiliário para a sala foram comprados, ou seja, a luta dos sujeitos com deficiência por meio das suas entidades representativas, obrigou a universidade a criar um programa, disponibilizando servidores e adquirindo alguns equipamentos tecnológicos, para garantir o atendimento das necessidades dos acadêmicos com alguma deficiência.

Após várias discussões, o PEE foi regulamentado pela Resolução n.º 323/1997 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UNIOESTE, [...] "fato que incluiu a universidade entre as dez primeiras universidades do Brasil a oferecer e manter atividades desta natureza no ensino superior" (SILVA, et. al. 2006, p. 60). Após esta importante aprovação da criação e regulamentação do programa, diversas atividades foram desenvolvidas com grande participação da comunidade externa, associações de pessoas com deficiência e alguns órgãos públicos do município de Cascavel, responsáveis pela elaboração de política deste segmento estavam com representação garantida no colegiado do programa.

Após a sua primeira regulamentação, houve um processo contínuo de discussão e a regulamentação inicial foi alterada pela Resolução n.º 127/2002 – CEPE que aprovou o Regulamento dos Processos de Ingresso e Permanência de Pessoas com Necessidades Especiais na UNIOESTE.

O PEE constitui o espaço de desenvolvimento de ações voltadas às pessoas que necessitam de condições educacionais específicas, sejam elas temporárias ou permanentes, e tem como objetivo principal viabilizar o ingresso e a permanência destas pessoas no ensino superior (SILVA, et. al. 2006, p. 60).

Ou seja, o PEE desenvolve suas ações junto aos colegiados dos cursos de graduação e pós-graduação, sempre ouvindo os acadêmicos interessados, docentes, e colaboradores do programa, além de atuar nos demais setores da universidade quando existe necessidade.

Quanto às normas legais para a regulamentação do ensino superior para os sujeitos com algum tipo de deficiência, ela só ocorreu em 2006, com a aprovação da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento representou vários avanços, pois a Constituição Federal de 1988 tratava da educação básica e da educação especial, não garantindo fundamentação legal para a regulamentação do ensino superior.

Neste sentido, a luta para garantir este documento com valor de emenda constitucional, após passar por todos os trâmites no parlamento brasileiro, foi necessária para garantir o direito ao ensino superior das pessoas com deficiência e para os profissionais que atuam nesse nível de ensino, estabelecendo diretrizes para o atendimento educacional especializado superior.

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:

- a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;
- b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;
- c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre (BRASIL, 2011, p. 48-49).

O PEE se fundamenta na teoria da Psicologia Histórico Cultural de Vygotski. Este autor, dentre muitas outras questões, discute a deficiência a partir da ótica da compensação e supercompensação do defeito.

Em relação à compensação social do defeito ou da deficiência, de acordo com Vygotski (1997), podem ocorrer duas consequências. Uma que pode manifestar-se como um fator de limitação e a outra como um fator de motivação,

como um estímulo para superação da limitação causada pelo defeito. O fator de limitação ocorre quando a pessoa com deficiência dá um valor construído pelo social ao defeito primário, de forma a aumentar a distância entre o aspecto social do defeito e o aspecto social da normalidade.

Ao assimilar esta condição, a pessoa com deficiência produz respostas que acabam minimizando suas possibilidades de desenvolvimento, tanto cognitivo como social. Esse fato traz como consequência que essa pessoa desenvolva comportamentos e ações não de acordo com as suas potencialidades, mas de forma a reduzir-se a limitação causada pela deficiência primária e justificar suas ações de acordo com a consequência social do defeito (DALGALO, et. al. 2016, s.p).

A outra consequência da deficiência se manifesta como fator de motivação, aparecendo como a resultante da percepção do impacto do defeito primário frente às potencialidades do sujeito, apresentando uma resposta de energia psicológica para superar as consequências sociais do defeito. Ou seja:

As consequências dessa compreensão da pessoa com deficiência frente à sua própria deficiência e a consequência social do defeito servem como um estímulo extremamente motivador ou como uma força motriz para desencadear ações, atitudes e comportamentos, objetivando superar as suas limitações (DALGALO, et. al. 2016, s.p).

Vigotski (1997) escreve que esses dois modos de reação são de extrema importância para a pessoa com deficiência, porque são eles que irão possibilitar para o sujeito dois momentos distintos relacionados à compensação ou supercompensação social do defeito. Nesse contexto, os resultados alcançados são, de um lado, a superação e, de outro, o fracasso, aparecendo como resultados no desenvolvimento cognitivo e social do sujeito com deficiência.

Vigotski (1997) ainda aponta que a educação é um dos principais meios de minimizar os prejuízos sociais do defeito. Nesse sentido, o processo educacional da pessoa com deficiência deve criar todas as possibilidades para que ela possa desenvolver-se cognitivamente e socialmente.

Assim, a personalidade de qualquer indivíduo está dirigida pelas exigências de seu papel frente à sociedade, destacando-se a importância das relações sociais como sendo os elementos

fundamentais para o desenvolvimento de qualquer pessoa, quer seja ela uma pessoa com deficiência ou não (DALGALO, et. al. 2016, s.p).

O acúmulo de estudos que contribuiu para uma melhor compreensão dos pressupostos teóricos da Psicologia Histórico Cultural por parte da equipe do programa foram fundamentais para formação de um grupo de estudos da obra “Fundamentos de Defectologia” de Lev S. Vigotski. Posteriormente, o grupo se propôs a fazer a tradução e publicação da obra, com objetivo de contribuir com as pesquisas para o avanço da educação especial no país. A brochura foi traduzida, as autorizações foram regularizadas e está sendo finalizada para publicação.

Como o Programa é resultado das lutas das entidades das pessoas com deficiência, proporcionando uma relação onde os membros da comunidade externa contribuíram com o Programa e o Programa contribuiu com a comunidade externa. Nesta relação dialética, o PEE desenvolveu vários cursos em parceria com as redes de educação do estado e de vários municípios, nas áreas da deficiência visual, intelectual, surdez e outras deficiências, contribuindo na formação de professores na área da educação especial. Desta forma, buscamos nos relatórios do Programa, alguns cursos que aproximaram a comunidade externa da universidade, além de contribuir com a formação de muitos profissionais na área da educação especial:

- Leitura e Escrita no Sistema Braille;
- Sorobã;
- MULTIPLANO: O aprendizado de matemática para às pessoas cegas;
- Curso de Iniciação ao sistema DOSVOX;
- Parceria com a associação Cascavelense de Pessoas com deficiência Visual (ACADEVI) em seus seminários e cursos de formação;
- Acessibilidade à Informática para as Pessoas com Deficiência Visual;
- I Encontro de Cegos do Ensino Superior;
- Oficina de Educação para Surdos;
- Seminário para Regulamentação dos Procedimentos de Ingresso e Permanência de Pessoas com Necessidades Especiais na UNIOESTE;
- Capacitação de como se relacionar com as pessoas com deficiência;
- Projeto de Extensão - "Trajetória escolar e terminalidade acadêmica para alunos com deficiência mental: até onde eles podem chegar?"

- Promoção de Seminários de Educação Especial do PEE;
- Projeto de extensão "Pessoa com deficiência: conhecendo para não discriminar", junto a associações comunitárias;
- Encontros com os calouros no campus de Cascavel (CECA e CCET) sobre "Pessoa com deficiência: conhecendo para não discriminar".

Além destes cursos, o programa mantém uma parceria com o Centro de Apoio a Surdez (CAS) do município de Cascavel, com início no ano de 2003. Esta parceria oferece cursos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para membros da comunidade externa à universidade, capacitando um maior número de profissionais, para que as pessoas surdas deixem de enfrentar constrangimentos com a ausência de intérpretes.

Neste sentido, encontramos nos relatórios do Programa os cursos "LIBRAS Quebrando Barreiras" de 2003 a 2016 e no ano de 2017 o curso: "Conhecimento Básico de LIBRAS". Foi identificado que no ano de 2007 não houve a edição do curso, em 2009 os relatórios não foram encontrados.

Quadro - Curso de Libras 2003/2017

Ano	Curso	N.º Alunos que concluíram
2003	Libras Quebrando Barreiras	37
2004	Libras Quebrando Barreiras	79
2005	Libras Quebrando Barreiras	99
2006	Libras Quebrando Barreiras	82
2008	Libras Quebrando Barreiras	63
2010	Libras Quebrando Barreiras	82
2011	Libras Quebrando Barreiras	99
2012	Libras Quebrando Barreiras	111
2013	Libras Quebrando Barreiras	64
2014	Libras Quebrando Barreiras	74
2015	Libras Quebrando Barreiras	84
2016	Libras Quebrando Barreiras	23
2017	Libras Quebrando Barreiras	07
2017	Libras Quebrando Barreiras	29

Outra preocupação da equipe do Programa é garantir o direito das pessoas com deficiência ao acesso ao ensino superior público com qualidade. Desta forma, o Programa é responsável pela organização das bancas especiais nos concursos vestibulares, "[...] tem o objetivo de concretizar a igualdade de condições para o referido acesso. Para cada área de deficiência existe algumas metodologias de trabalho e recursos que são específicos" (SILVA, et. al. 2006, p. 60). Ou seja, a organização das bancas especiais do concurso vestibular da UNIOESTE é feita a partir das solicitações prévias efetuadas pelo vestibulando, de forma que o programa disponibiliza o local, os mobiliários adaptados, provas ampliadas, leitor, computador com o sistema DOSVOX instalado, intérprete de LIBRAS e os fiscais que estão sempre a disposição para atender às especificidades de cada candidato.

Após a aprovação dos candidatos com deficiência no concurso vestibular, inicia-se outra tarefa, que é a principal: garantir a permanência do aluno na universidade. Para tanto, alguns membros do Programa junto com o acadêmico procuram adequar suas necessidades de forma a garantir sua permanência na graduação, com condições que propiciem sua aprendizagem e a participação na vida acadêmica da Universidade.

Desde a criação do Programa em 1997, muitos alunos já passaram pela Unioeste, sendo necessária muita luta para garantir as condições adequadas para que estes sujeitos tivessem acesso e pudessem se apropriar do conhecimento produzido historicamente pela humanidade.

Segundo relatórios do PEE, descrevemos o quantitativo de acadêmicos que ingressaram e permaneceram na instituição, desde a criação do programa em 1997, até o ano 2017.

QUADRO DE ATENDIMENTO DO PEE POR CAMPUS, CURSO, INGRESSO E DEFICIENCIA (1996-2017)

**Acadêmicos com Deficiência = PEE
1996 a 2017**

GRADUAÇÃO - 63

Campus	Ano	N	Deficiência	Curso	AEE - Atend. Educacional Especializado
Cascavel	1996	1	visão reduzida	Pedagogia	adaptação textos
	1997	2	cegueira	Pedagogia	adaptação textos
	1999	3	cegueira	Pedagogia	adaptação textos
		4	cegueira	Pedagogia	adaptação textos
	2000	5	visão reduzida	Pedagogia	adaptação textos
		6	cegueira	Pedagogia	adaptação textos
	2001	7	cegueira	Pedagogia	adaptação textos
	2002	8	surdez	Pedagogia	Intérprete Libras
		9	visão reduzida	Pedagogia	adaptação textos
	2003	10	visão reduzida	Matemática	adaptação textos
		11	visão reduzida	Enfermagem	adaptação textos
		12	visão reduzida	Ciências Biológicas	adaptação textos
		13	visão reduzida	Letras	adaptação textos
	2004	14	surdez	Pedagogia	Intérprete Libras
	2005	15	surdez	Ciências Econômicas	Intérprete Libras
	2006	16	surdez	Pedagogia	Intérprete Libras
	2008	17	visão reduzida	Ciência da Computação	adaptação textos
		18	surdez	Administração	Intérprete Libras
	2010	19	deficiência física	Pedagogia	acessibilidade
	2011	20	cegueira	Pedagogia	adaptação textos
		21	cegueira	Pedagogia	adaptação textos
	2013	22	surdez + def	Ciência da Computação	Intérprete Libras +

		23	física surdez	Administração	transcrição Intérprete Libras
	2014	24	tetraplegia	Ciências Econômicas	transcrição aulas e provas
		25	tetraplegia	Pedagogia	transcrição aulas e provas
	2015	26	tetraparesia	Medicina	transcrição + comunic. alternativa
	2016	27	cegueira	Pedagogia	adaptação textos
		28	cegueira	Pedagogia	adaptação textos
		29	TFE	Odontologia	apoio pedagógico
Francisco Beltrão	2004	1	cegueira	Pedagogia	adaptação textos
		2	cegueira	Pedagogia	adaptação textos
	2005	3	cegueira	Direito	adaptação textos
	2012	4	visão reduzida	Pedagogia	adaptação textos
		5	surdez	Pedagogia	Intérprete Libras
	2015	6	surdez	Pedagogia	Intérprete Libras
Foz do Iguaçu	2010	1	paraplégica	Turismo	acessibilidade
	2012	2	visão reduzida	Pedagogia	adaptação textos
	2013	3	visão reduzida	Pedagogia	adaptação textos
	2014	4	tetraplégico	Administração	transcrição
	2015	5	paraplégica		acessibilidade
Mal Cândido Rondon	2005	1	visão reduzida	História	adaptação textos
	2009	2	TFE - Dislexia	História	leitura de textos

Toledo	2003	1	cegueira	Ciências Sociais	adaptação textos	
		2	visão reduzida	Secretariado Executivo	adaptação textos	
	2004	3	cegueira	Ciências Sociais	adaptação textos	
	2008	4	surdez	Filosofia	Intérprete Libras	
	2009	5	visão reduzida	Filosofia	adaptação textos	
	2010	6	surdez	Química Bacharelado	Intérprete Libras	
	2011	7	deficiência física	Ciências Sociais	acessibilidade	
	2012	8	TFE - TDAH	Filosofia	apoio didático	
	2013	9	TFE - Dislexia	Serviço Social	leitura de textos	
	2014	10	cegueira	Ciências Sociais	adaptação textos	
	2015	11	TFE - Dislexia	Filosofia	leitura de textos	
		12	paraplégica	Serviço Social	acessibilidade	
		13	visão reduzida	Engenharia da Pesca	adaptação textos	
		2016	14	deficiência física	Química Bacharelado	acessibilidade
			15	visão reduzida	Filosofia	adaptação textos
			16	surdez	Filosofia	Intérprete Libras
		17	TEA - Asperger	Serviço Social	leitura de textos transcrição + leitura de textos	
	2017	18	tetraplegia	Serviço Social	adaptação textos	
		19	visão reduzida	Secretariado Executivo	apoio didático	
		20	TFE - TDAH def. física -	Engenharia da Pesca		
			21	Nanismo	Ciências Econômicas	acessibilidade
PÓS-GRADUAÇÃO - 30				LATO E STRICTO SENSU		
Cascavel	2001	1	visão reduzida	Esp. Fundamentos da	adaptação textos	

			Educação	
2002	2	cegueira	Esp. Fundamentos da Educação	adaptação textos
2003	3	cegueira	Esp. Fundamentos da Educação	adaptação textos
	4	cegueira	Esp. Fundamentos da Educação	adaptação textos
	5	cegueira	Esp. Fundamentos da Educação	adaptação textos
2004	6	cegueira	Esp. História da Educação Bras.	adaptação textos
	7	tetraplegia	Esp. História da Educação Bras.	acessibilidade
2005	8	cegueira	Esp. Fundamentos da Educação	adaptação textos
2006	9	visão reduzida	Esp. Gestão e Form. Pol. Públicas	adaptação textos
2007	10	visão reduzida	Esp. Fundamentos da Educação	adaptação textos
	11	tetraplegia	Esp. História da Educação Bras.	transcrição
	12	cegueira	Mestrado em Educação	adaptação textos
	13	cegueira	Mestrado em Educação	adaptação textos
2008	14	cegueira	Mestrado em Educação	adaptação textos
2011	15	surdez	Mestrado em Letras	Intérprete Libras
	16	visão reduzida	Mestrado em Educação	adaptação textos
	17	visão reduzida	Doutorado Eng. Agrícola	adaptação textos
2012	18	surdez	Mestrado em Letras	Intérprete Libras
2013	19	cegueira	Mestrado em Educação	adaptação textos
2015	20	visão reduzida	Mestrado em Educação	adaptação textos
	21	visão reduzida	Dout. Em Ciências Sociais	adaptação textos

	2016	22	cegueira	Mestrado em Educação	adaptação textos
	2017	23	surdez	Mestrado em Letras	Intérprete Libras
Foz do Iguaçu	2016	24	surdez	Mestrado em Ensino	Intérprete Libras
	2017	25	surdez	Mestrado em Ensino	Intérprete Libras
Toledo	2013	26	visão reduzida	Especialização Políticas Públicas	adaptação textos
	2014	27	TFE gagueira	Mestrado em Filosofia	apoio didático
		28	visão reduzida	Mestrado em Filosofia	adaptação textos
	2016	29	visão reduzida	Doutorado em Filosofia	adaptação textos
	2017	30	surdez	Mestrado em Ciências Sociais	Intérprete Libras

Deficiência Auditiva SURDEZ

Deficiência Visual CEGUEIRA

Deficiência Física PARAPLEGIA

TEA - Autismo ASPERGER

TFE - Transtornos Funcionais Específicos

VISÃO
REDUZIDA

TETRAPLEGIA

TETRAPARESIA
NANISMO

DISLEXIA

TDAH

Como podemos observar no quadro acima, constatamos que a maioria dos acadêmicos com o apoio do Programa, com uma estrutura econômica e familiar mais estável, conseguiu concluir a graduação. Também observamos que alguns acadêmicos, que mesmo com o apoio da universidade, não tiveram condições de concluir seu curso, onde apresentaram problemas nos níveis iniciais da sua formação educacional, e tiveram problemas econômicos durante seus estudos.

A partir dos dados do quantitativo de acadêmicos que utilizaram os serviços do PEE, podemos observar que o campus de Cascavel concentrou a maior quantidade de alunos graduandos e pós-graduandos que estudaram na UNIOESTE. Estes números demonstram para os sujeitos com deficiência a contribuição que o movimento social organizado deste segmento teve no município de Cascavel. A estreita relação do PEE com o movimento social das pessoas com deficiência contribuiu para que o programa participa-se do Fórum Nacional de Educação Especial das Universidades Brasileiras, o Fórum Paranaense das Universidades Estaduais, o Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Cascavel, da Comissão de Acessibilidade Municipal e também contribuiu para que membros do programa participassem da elaboração de políticas públicas no município para às pessoas com deficiência, por meio da Assessoria de Políticas Públicas e Promoção Social da Pessoa com Deficiência – APPIS, além de garantir em seu colegiado deliberativo, representação com direito a voto das entidades representativas das pessoas com deficiência.

Quanto ao cumprimento da legislação que garante reserva de vagas para contratação de servidores com alguma deficiência para trabalhar na universidade, o PEE sempre atuou de forma permanente nesse processo de inserção, organizando também as bancas especiais para os concursos, contribuindo com as adaptações necessárias para que o candidato tenha as mesmas condições que seus concorrentes. Essas ações têm contribuído no ingresso de servidores agentes universitários e docentes com deficiência na instituição.

Houve também alguns embates das entidades das pessoas com deficiência para que a universidade cumprisse a reserva de vagas nos concursos, no tocante a avaliação da compatibilidade do cargo com a deficiência, pois já houve casos de médicos declararem o sujeito inapto, excluindo o candidato antes mesmo deste tomar posse, o que é contrário ao disposto na legislação, a qual determina que essa avaliação deve ser feita no período do estágio probatório.

Outro desafio enfrentado pelo PEE ocorreu em 2002, para garantir a permanência de uma aluna surda no Curso de Pedagogia. A contratação de uma profissional com formação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para fazer a interpretação dos conteúdos em sala de aula, representou um avanço significativo. Esta conduta institucional colocou a UNIOESTE como uma das primeiras Universidades a fazer concretamente este atendimento para acadêmicos surdos. Não obstante, [...] "só a atuação dessa profissional não é suficiente para garantir a permanência dessa aluna no ensino superior, outras ações neste sentido se fazem necessárias" (SILVA, et. al. 2006, p. 63).

A partir do ingresso da aluna na universidade, no mesmo ano, foi ofertado um curso de Educação de Surdos, para atender as necessidades relacionadas ao ingresso e permanência de uma aluna surda no Curso de Pedagogia, sendo destinada para professores, alunos e servidores da Universidade, que tinham que se relacionar com a aluna durante seu curso de graduação. A partir destas atividades, o Programa desenvolveu outros cursos de formação, sempre com objetivo de aproximar as pessoas surdas das demais pessoas da comunidade acadêmica. Entretanto, assim como ocorreu com as pessoas cegas, os surdos também começaram sua caminhada no ensino superior, obrigando a universidade a fazer novas contratações para garantir que os alunos matriculados regularmente na instituição tivessem seus intérpretes da língua Brasileira de Sinais. Como não existia em 2002 uma lei estadual que regulamentasse o cargo público de interprete de Libras nas universidades, foi discutido com participação das universidades estaduais, com objetivo de conseguir a regulamentação, aprovada somente em 2010, por meio da lei n.º 10514 de 25 de maio de 2010, que "[...] inclui a função de interprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, no rol de funções da classe I, do cargo único de agente universitário da carreira técnica universitária das instituições estaduais de ensino superior (IEES)" (PARANÁ, 2010, p. 01).

Com a aprovação desta lei, a luta das pessoas surdas só estava começando. Após a determinação legal, se fez necessário a criação das vagas para que as instituições estaduais de ensino superior pudessem abrir os concursos públicos e contratarem estes profissionais como servidores efetivos.

Como as vagas não foram criadas, as instituições contratavam os intérpretes por meio de teste seletivo, ou seja, com contrato determinado com duração de 2 anos. No início de 2017, o Tribunal de contas do estado do Paraná apontou

inconsistência legal na forma de contratação temporária, pois os contratos do estado só poderiam ser abertos após uma regulamentação legal. Desta forma, na medida em que foram vencendo os contratos, a universidade não podia mais efetuar a reposição da mesma forma como vinha sendo feita; os professores, funcionários e alunos surdos, foram ficando gradativamente sem seus intérpretes. Iniciou-se assim, uma luta por meio da entidade representativa dos surdos por meio da denúncia do problema. Posteriormente, a Associação dos Surdos de Cascavel (SURDOVEL) e o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos do Ensino Superior do Oeste (SINTEOESTE), em conjunto, procuraram o Poder Judiciário, buscando garantir o atendimento das necessidades das pessoas surdas.

Interpretes Pela Justiça.

Reunião entre Surdovel e Sinteoeste definiu estratégias para a contratação de interpretes de Libras na Unioeste.

Até a sexta-feira (16), a Surdovel (Associação dos Surdos de Cascavel) e o Sinteoeste (Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Superior do Oeste do Paraná) vão solicitar à Vara da Fazenda Pública de Cascavel um mandado de segurança contra o Governo do Paraná e a Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) para que se exija, por meio da lei, a contratação de intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) na universidade. Os detalhes da decisão foram acertados ontem, em reunião na sede do sindicato, e prevê contratação em caráter de urgência (JORNAL O PARANÁ, 2018).

Ou seja, mesmo com várias garantias legais, foi necessário buscar o poder judiciário para garantir o direito das pessoas surdas frequentarem os bancos das universidades para garantir sem prejuízos na sua formação.

Outro importante avanço foi regulamentar a estrutura administrativa do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE) contemplando todos os campi da UNIOESTE. Com uma coordenação geral em Cascavel, onde se encontra o maior número de profissionais, acadêmicos e uma grande participação de membros da comunidade externa. Os campi de Francisco Beltrão, Toledo, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon são coordenados por subcoordenações eleitas pelos seus pares.

Após a organização administrativa do PEE, o programa se manteve próximo às entidades representativas das pessoas com deficiência, para manter a relação com este segmento, buscando ampliar o ingresso e a permanência destes sujeitos na UNIOESTE. Esta aproximação contribuiu para o rompimento do mito de que a

prova do concurso vestibular da UNIOESTE é difícil pelo seu conteúdo e metodologia, o que tem afastado a maioria dos alunos de escola pública e conseqüentemente os sujeitos com alguma deficiência dos vestibulares nos últimos anos. Desta forma,

[...] deve-se ressaltar que o Programa de Educação Especial da UNIOESTE só conseguiu atingir o estágio em que se encontra graças à sua articulação com os movimentos sociais das próprias pessoas com deficiência, organizadas por meio de suas diferentes associações representativas no Fórum Municipal em Defesa dos Direitos deste segmento (SILVA, et. al. 2006, p. 70).

Neste sentido, é fundamental que os programas desta natureza, gestados nas universidades públicas, além de garantir o acesso e a permanência dos acadêmicos na universidade, possam também contribuir na formação de sujeitos críticos, rompendo com a ideia da sua inutilidade ainda muito presente na sociedade, reproduzida por grande parte dos profissionais da Educação Especial e do ensino regular.

A relação do PEE com as entidades organizadas das pessoas com deficiência contribuiu para que durante o processo de formação acadêmica, fosse construída a luta para que estes alunos conquistassem também suas vagas no mercado de trabalho.

Para evidenciar os avanços em relação a esta conquista de vagas, apresentamos a seguir por meio da análise dos relatórios do PEE, a inserção dos alunos com deficiência visual que estudaram na UNIOESTE entre os anos de 1997/2017, no mercado de trabalho, em sua maioria no serviço público, após terem obtido aprovação em concursos. Apesar de todas as barreiras colocadas, por exemplo, com falta de condições adaptadas e casos de perícias médicas produzidas ilegalmente, as entidades das pessoas com deficiência vêm travando uma luta constante, tendo em vista garantir o trabalho dos sujeitos com deficiência para, deste modo, garantir sua sobrevivência material.

ACADÊMICOS COM DEFICIENCIA, FORMAÇÃO ACADEMICA E INSERÇÃO NO TRABALHO (1996-2018)

Nome	Graduação/Pós-graduação	Campus	Ano	Cego ou Baixa visão	Sexo	Local de trabalho
Vera Lucia Ruiz Rodrigues da Silva	Pedagogia, Esp. Em Fund. Da Educação Esp. Em Gestão Mestrado em Educação	Cascavel	1996 2001 2006 2011	Baixa visão	Feminino	Técnica de Assuntos Universitários - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Alfredo Roberto de Carvalho	Pedagogia Esp em Fund. Da Educação Mestrado em Educação	Cascavel	1997 2002 2007	Cego	Masculino	In memoriam. Foi docente da UNIOESTE e pedagogo da SEED
Cleuza Sebastiana Farias Santos de Pádua	Pedagogia Espec. Fun. Da Educação	Cascavel	1999 2003	Cega	Feminino	Analista Judiciário - Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região.
Enio Rodrigues da Rosa	Pedagogia Esp em Fund. Da Educação Mestrado em Educação	Cascavel	1999 2003 2007	Cego	Masculino	Professor Pedagogo da Rede do Estado do Paraná
Patricia da Silva Zanetti	Pedagogia Mestrado em Educação	Cascavel	2000 2015	Baixa visão	Feminino	Professora da Educação Especial da Rede do Estado do Paraná
Benhur Wagner Taborda	Pedagogia Esp. Em História da Educação	Cascavel	2000 2004	Baixa visão	Masculino	Professor pedagogo da Rede do Estado do Paraná/Pedagogo no CENSE de Toledo.
Vandiana Borba Wilhelm	Pedagogia Esp em Fund. Da	Cascavel	2001 2005	Cega	Feminino	Professora Pedagoga/Educação Especial

	Educação Mestrado em Educação		2008			da Rede do Estado do Paraná
Eder Luiz dos Santos	Enfermagem Esp em Fund. Da Educação	Cascavel	2001 2006	Baixa visão	Masculino	Servidor do Hospital Regional do Sudoeste/ Professor da Rede do Estado do Paraná
Márcio Ricardo Ferla	Ciências Biológicas	Cascavel	2001	Baixa visão	Masculino	Analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
José Roberto de Carvalho	Pedagogia Mestrado em Educação Doutorado em Filosofia	Cascavel	2002 2018	Baixa visão	Masculino	Professor Pedagogo do Instituto Federal de Educação - IFPR/Cascavel
Vanessa Scoz	Matemática	Cascavel	2002	Baixa visão	Feminino	Técnica Administrativa da Companhia Paranaense de Energia - COPEL
Sorlei Aparecida Fagundes Pereira	Letras	Cascavel	2002	Baixa visão	Feminino	Professora do Município de Cascavel
Luzia Alves da Silva	Especialização em Fundamentos da Educação Mestrado em Educação	Cascavel	2003 2013	Cega	Feminino	Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação - IFPR/Cascavel e Professora de Educação Especial da Rede do Estado do Paraná
Jorge Henrique Gralha Rosin	Secretariado Executivo	Toledo	2003	Baixa visão	Masculino	Assistente Administrativo da Prefeitura Municipal de Toledo
Gilson José Rovaris	Pedagogia	Francisco Beltrão	2004	Cego	Masculino	Professor da Rede do Estado do Paraná

Rosangela Arruda	Pedagogia	Francisco Beltrão	2004	Cega	Feminino	Técnico Administrativo - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Ivã José de Pádua	Ciências sociais Mestrado em Educação	Toledo Cascavel	2004 2016	Cego	Masculino	Técnico Administrativo - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Luiz da Silva	Direito	Francisco Beltrão	2005	Cego	Masculino	Benefício de Prestação Continuada BPC
Domingos Farlos Ramos Barbosa	História	Mal. Rondon	2005	Baixa visão	Masculino	Construção Civil
Vander Maximino Lunkes	Ciência da Computação	Cascavel	2008	Baixa visão	Masculino	Escriturário no Banco do Brasil
Ana Carolina Mânica	Pedagogia	Cascavel	2011	Baixa visão	Feminino	Assistente Administrativa na Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
Gelcir dos Santos	Pedagogia	Cascavel	2011	Cega	Masculino	Professor Pedagogo da Rede do Estado do Paraná
Ralpho Reis	Doutorado em Eng. Agrícola	Cascavel	2011	Baixa visão	Masculino	Professor Doutor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Ana Paula de Moura Velozo	Pedagogia	Francisco Beltrão	2012	Baixa visão	Feminino	Professora Pedagoga do Município de Francisco Beltrão
César Diogo de Moraes	Pedagogia	Foz do Iguaçu	2012	Baixa visão	Masculino	Agente Educacional da Educação do Estado do Paraná
Aline Jane Pereira dos Santos	Pedagogia	Foz do Iguaçu	2013	Baixa visão	Feminino	Professora do Município de Foz do Iguaçu
Zilda de Souza Lima Almeida	Especialização em Políticas Públicas	Toledo	2013	Baixa visão	Feminino	Assistente em Desenvolvimento Social I do Município de Toledo
Lucildo Teodoro	Ciências Sociais	Toledo	2014	Cego	Masculino	Benefício de Prestação Continuada BPC
Gerson Lucas Padilha de Lima	Mestrado em Filosofia	Toledo	2014	Baixa visão	Masculino	Desempregado

Eliane Novak	Pedagogia	Cascavel	2015	Cega	Feminino	Estagiária
Jair Aparecido de Carvalho	Pedagogia	Cascavel	2016	Cego	Masculino	Estagiário
Ana Caroline Caetano Monteferrante	Ciências Sociais	Toledo	2016	Baixa visão	Feminino	Benefício de Prestação Continuada BPC
Luana Cristina Venites César	Filosofia	Toledo	2016	Baixa visão	Feminino	Benefício de Prestação Continuada BPC
Gerson Lucas Padilha de Lima	Doutorado em Filosofia	Toledo	2016	Baixa visão	Masculino	Desempregado
Otávio Augusto Braga Chiuza	Pedagogia	Cascavel	2018	Cego	Masculino	Benefício de Prestação Continuada BPC

Nos últimos anos, pelos vestibulares da UNIOESTE e pelas vagas do SISU, ingressaram alunos com outras deficiências, o que trouxe novos desafios para a equipe do programa. Atualmente a universidade tem matriculado alunos com deficiência em vários cursos, com diferentes limitações físicas, com mobilidade reduzida e com transtornos funcionais específicos, como a dislexia, conforme expõe Dalgalo et al:

Essas diversidades acarretam uma variedade de formas de se realizar o atendimento educacional especializado (AEE), impondo à equipe do PEE a necessidade de constantes estudos e pesquisas, bem como, também, a necessidade de constituir, na universidade, regulamentos que definissem os procedimentos referentes a cada forma de AEE a ser efetivado (2016, s.p).

Podemos citar como exemplo, nessas diferentes formas de atendimento educacional especializado do PEE, a necessidade de se contratar profissionais para realizar o trabalho de apoio pedagógico com transcrição de aulas e leitura de textos aos acadêmicos com diferentes deficiências, como:

[...] alunos surdos com paralisia cerebral e baixa visão; com tetraplegia; com tetraparesia em consequência de acidente vascular cerebral; com paralisia cerebral com acentuada limitação motora; aluno com dislexia com acentuado comprometimento na leitura e interpretação de textos (IACONO, et al, 2014, s.p).

O plano de carreira das instituições de ensino superior do Estado do Paraná, contem a função denominada Técnico de Assuntos Universitários. Foi esse cargo colocado no edital de teste seletivo, tendo em vista a urgência do atendimento à acadêmicos com um grau de deficiência mais comprometido. No referido edital no Rol das atividades técnicas, está descrita a função de Transcritor-Ledor. "[...] ainda no edital de contratação, o trabalho desse profissional é, inicialmente, o de transcrever e ler, tanto os textos disponibilizados pelos professores, como as atividades do aluno" (DALGALO, et. al. 2016, s.p).

Ou seja, apesar de ser o mesmo profissional, com a mesma descrição técnica da função atendendo a todos os alunos da universidade no AEE, o seu trabalho é diferente a cada acadêmico, face às necessidades específicas de cada sujeito e do curso em que está matriculado. Um parecer jurídico da instituição apontou a legalidade destas contratações. "[...] a oferta do Técnico de Assuntos

Universitários/Transcritor-Ledor como apoio pedagógico foi ratificada por parecer jurídico da instituição" (IACONO, 2014).

Destacamos que o trabalho da equipe do Programa não se restringe ao atendimento dos novos acadêmicos matriculados regularmente na instituição e a conquista de testes seletivos para contratação dos profissionais com a função de transcritor-ledor, o acesso às tecnologias assistivas se mostra fundamental para contribuir para um melhor desempenho destes alunos na universidade.

Estas tecnologias produzidas para atender à área da educação especial, com a utilização do computador e dos softwares educacionais, considerando a Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, são instrumentos mediadores na relação ensino-aprendizagem. Não obstante, para que esses instrumentos tecnológicos possam ser utilizados na Educação Especial, devem ser desenvolvidos de forma a atender as especificidades de seus potenciais usuários nas mais diferentes deficiências.

Certamente esses recursos desenvolvidos ou adaptados às necessidades da pessoa com deficiência permitirá ampliar as possibilidades de acesso e de acompanhamento de conteúdos sistematizados, utilizados basicamente nas atividades relacionadas à educação formal (DALGALO, et. al. 2016, s.p).

Desta forma, estes recursos tecnológicos como computadores e os softwares como JAWS, NVDA, DOSVOX, linha braille, softwares de conversão de textos de pdf para doc e txt, teclados virtuais - mousekey, ETM, microfênix, tablet com emulador de mouse ocular (PCEye Go Tobii), Boardmaker, Editor de pranchas livre, máquinas braille, regletes e punção, desenhador em alto relevo, são equipamentos tecnológicos que aliados a uma prática docente competente, poderão garantir um melhor acesso a inclusão educacional formal e possibilitar a inclusão social destes sujeitos. Além de todo o aparato que compreende capacitação profissional e a correta utilização das tecnologias assistivas, o poder público deve garantir a erradicação de barreiras arquitetônicas e materiais pedagógicos adaptados, como determina a legislação.

Em alguns casos, quando algum aluno relata problemas que está enfrentando para fazer seu curso, se faz necessário que a equipe do PEE faça a mediação com os colegiados, buscando estabelecer novos procedimentos que visam garantir um melhor atendimento para não ter prejuízo na sua formação. Podemos citar como exemplo alguns alunos com um comprometimento maior, explicitando a necessidade

de um maior acompanhamento, com uso dos recursos necessários para que o defeito seja compensado.

No curso de Medicina o caso de uma aluna com tetraparesia e afásica, sem nenhuma mobilidade em membros superiores e inferiores, caracterizada como deficiência adquirida devido a Acidente Vascular Cerebral ocorrido no final do 3º ano do curso chegou até o PEE após ter sido encaminhada junto à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e ao Colegiado de Medicina, a solicitação para o retorno da aluna à sala de aula (DALGALO, et. al. 2016, s.p).

Após várias reuniões no colegiado do Programa, reuniões com a família da acadêmica, reuniões com a aluna e no Colegiado do curso, o PEE orientou a PROGRAD quanto aos direitos da aluna de frequentar as aulas e receber o atendimento necessário e o Centro de Reabilitação Física da UNIOESTE, daria um suporte para a acadêmica. Para ilustrar esse suporte, este Centro indicou à PROGRAD:

[...] a necessidade de aquisição do tablet com emulador de mouse ocular (PCEye Go Tobii) e de apoio pedagógico do Técnico de Assuntos Universitários/Transcritor-Ledor em sala de aula, com uso de prancha de comunicação (linha/coluna) com retorno ocular. Na prancha de comunicação está distribuído todo o alfabeto da língua portuguesa em cinco linhas organizadas em cinco colunas, sendo que cada linha contém cinco letras do alfabeto, exceto a segunda linha, que contém seis letras distribuídas entre as colunas (linha/coluna) (DALGALO, et.al., 2016, s.p).

Com o apoio do PEE a aluna decidiu que o melhor seria cursar um número de disciplinas inferior aos demais alunos da sua turma, aprimorando todas as adaptações, para que pudesse dar conta dos conteúdos.

O que procuramos fazer aqui foi apresentar um quadro geral das ações do PEE, criado a partir das contribuições dos movimentos sociais mediante a necessidade de inserção das pessoas com deficiência no ensino superior e no mercado de trabalho.

Destacamos que outros alunos com deficiência ingressaram na universidade, mas nem todos necessitaram de apoio pedagógico individualizado, pois cada acadêmico apresenta diferentes formas de desenvolvimento e apropriação do conhecimento científico da mesma forma que um sujeito sem alguma 'deficiência', considerando sua trajetória individual e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na caminhada de uma pesquisa acadêmica em pós-graduação, partimos do entendimento de que o objeto proposto não será esgotado. Muitos aspectos da pesquisa tiveram relação com a história da humanidade, com o atual modo societário de produção, os movimentos sociais e as organizações dos sujeitos com deficiência, finalizando com a análise do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE) da UNIOESTE. Assim, não apresentamos aqui questões relativas à aprendizagem e o desenvolvimento dos sujeitos com alguma deficiência no ensino superior, pois partimos da análise da necessária intervenção dos movimentos sociais para a conquista dos espaços que garantem a qualidade do ensino superior público.

Desde as garantias legais até aos centros de apoio, há íntima relação com os movimentos sociais dos sujeitos com deficiência. Destacamos ainda, que vários foram os pontos que não puderam ser abordados, pois o limite temporal nos permitiu apenas que se chegasse ao ano de 2017, sendo que após essa data, os movimentos sociais continuaram sofrendo ataques brutais do atual modo societário de produção capitalista, retirando direitos dos sujeitos com deficiência.

Iniciamos a pesquisa por meio de um resgate histórico, analisando como as pessoas com deficiência foram compreendidas no mundo primitivo e nos diferentes modos de produção escravista, feudal e capitalista, pautados no extermínio, abandono, institucionalização e exclusão. Tais práticas estão alicerçadas na busca pela sobrevivência material dos sujeitos nos diferentes modos de produção.

O mundo primitivo foi o maior período histórico da humanidade. Neste período, os homens para sobreviver, viviam em grupos nômades, moravam em cavernas e garantiam sua subsistência material se alimentando da caça e da pesca. Estes sujeitos viviam em comunidades, produzindo e consumindo coletivamente o que necessitavam, sendo extremamente difícil para uma pessoa com deficiência sobreviver, além de ser uma presa fácil para os animais, pouco podiam contribuir com a produção dos meios de vida necessários para a manutenção do grupo. Neste sentido, os homens daquele período histórico, tinham que eliminar estes sujeitos, para garantir a perpetuação da espécie.

Já o modo de produção escravista foi marcado pela garantia de alguns privilégios para os senhores mais abastados, que exploravam os prisioneiros de

guerras e os considerados naquele período como seres inferiores, transformando-os em escravos.

Os senhores mantinham os escravos como sua propriedade e, para conservar sua dominação, desenvolviam ações buscando a manutenção da reprodução ideológica dominante. Uma destas ações ocorria com a prática do extermínio ou abandono dos sujeitos que nasciam com alguma anormalidade física fora dos padrões postos daquele período histórico. Ou seja, a eliminação ocorria enquanto ainda eram bebês, pois durante a vida os cidadãos atenienses tinham proteção independente de qualquer condição. Neste sentido, os costumes do modo de produção escravista buscava conservar os seus princípios, assim, as crianças ao nascer tinham que ser belas e fortes, para que posteriormente pudessem ser aproveitadas nas guerras, pois a força era um dos principais princípios da reprodução do modo de produção escravocrata. Desta forma, o tratamento com as pessoas com alguma deficiência naquele modo de produção era caracterizado pelo extermínio, ou se o sujeito com deficiência pertencesse a alguma família abastada era relegada ao abandono.

No modo de produção feudal, ocorreram alterações nas práticas anteriores, ou seja, do escravismo. Deixou de existir a relação de propriedade do homem pelo homem, mas os senhores não deixaram de ter o controle do trabalho dos seus súditos. A principal conquista dos servos foi a proibição da execução dos sujeitos, como ocorria nas sociedades anteriores, pois os senhores não dispunham mais da vida dos subordinados.

Quanto às pessoas com algum tipo de deficiência no modo de produção feudal, podemos destacar dois importantes fatores de mudança no tratamento destes sujeitos. O primeiro está relacionado à forma como os homens passaram a se organizar para produzir sua sobrevivência material, criando mecanismos, ainda que precários, para que existissem algumas atividades na estrutura familiar que estes sujeitos pudessem executar. A segunda representava a influência da teologia cristã, onde a vida estava acima de qualquer costume, deixando de existir a diferença entre corpo/mente passando para corpo/alma. Ou seja, a prática da eliminação deixa de existir, uma vez que todos os sujeitos passaram a ser considerados possuidores de alma.

Neste sentido, os sujeitos com deficiência deixaram de perder suas vidas, mas eram abandonados ou obrigados a prestar trabalhos muitas vezes humilhantes.

Já no modo de produção capitalista, a indústria provocou uma revolução nas relações de produção, alterando as relações sociais. O surgimento das máquinas possibilitou o aumento da produção, crescendo a divisão do trabalho. O trabalhador passou a ser uma espécie de extensão da máquina e esta passou a ditar o ritmo do trabalho.

A consolidação do modo de produção capitalista simplificou o antagonismo de classe entre burgueses e proletários, sendo os primeiros, os detentores dos meios de produção e os últimos, desprovidos dos meios de produção, obrigados a vender sua única mercadoria, a força de trabalho.

Como ocorreu historicamente nos diferentes modos de produção, na sociedade capitalista a classe dominante continuou a utilizar o estado como seu principal fiador e como instrumento de reprodução ideológica, além de ser necessário para reduzir o conflito entre as classes.

Desta forma, os elementos fundamentais do modo de produção capitalista foram alterados após o surgimento das máquinas. A mercadoria força de trabalho é a engrenagem deste sistema para a obtenção do lucro pelos detentores dos meios de produção. E a exclusão das pessoas com deficiência é parte constituidora desta organização societária. Ou seja, dentro da lógica do capital, os sujeitos com deficiência por necessitarem de alguma adaptação, levando um tempo maior para produzirem, se tornam dispensáveis para o sistema. Já os sujeitos com deficiência que pertencem à classe exploradora, apesar de terem algumas limitações próprias das suas deficiências, podem, contudo, usufruir normalmente da vida familiar e da riqueza produzida pela classe oprimida. Neste sentido, podemos afirmar que não é a deficiência que determina a vida dos sujeitos, mas as condições materiais de existência é que são determinantes nas suas vidas.

Após analisar a história dos diferentes modos de produção e o tratamento que os sujeitos com alguma deficiência receberam, nos diferentes períodos, pretendemos discutir o papel dos movimentos sociais nos anos 90 e no início dos anos 2000 no modo de produção capitalista.

Neste período ocorreram vários debates entre as forças de esquerda, discutindo sobre o papel dos movimentos sociais, colocando em pauta o debate sobre novas palavras de ordem, novos agentes políticos, novas bandeiras de luta, novas concepções sobre a intervenção prática dos movimentos sociais. Estas alterações na forma ortodoxa de organização dos movimentos sociais foram

favorecidas com a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética e dos países do Leste Europeu. Um exemplo desta alteração ocorreu com a mudança da orientação sindical, que passou a lutar somente por conquistas imediatas, reduzindo as lutas operárias nos principais centros capitalistas, deixando de fazer a ação coletiva de pressão e reivindicação, antes presente na maioria dos movimentos sociais latino-americanos. A partir destas alterações, a luta passa a existir pela busca de resultados imediatos, com a elaboração de projetos de parceria que envolvem diferentes setores públicos e privados, ou seja, esvaziando teoricamente, e conseqüentemente fortalecendo o modismo ideológico, com a aposta na alteração societária pela via eleitoral, questionando a centralidade social do trabalho nos partidos de esquerda, e negando a luta de classe como instrumento de mudança da história.

Para substituir os velhos temas ortodoxos, tornava-se necessário colocar um novo discurso, reconhecendo a fragmentação da realidade e do conhecimento, a valorização das diferenças, a emergência de novos sujeitos sociais, com características e reivindicações específicas, como os movimentos sociais de gênero, raça, etnia e novas formas de luta, renunciando à tomada do poder pela revolução socialista.

Desta forma, todos que acompanham esta concepção teórica, de maneira direta ou indireta, estão abrindo mão de um projeto de transformação societária e escondem suas fragilidades teóricas mediante um discurso cheio de abstrações sociológicas, oportuno para o atual modo societário de produção. Por essa razão, combatem as lutas gerais, fragmentando-as em lutas específicas, que não são capazes de afrontar abertamente o modo de produção capitalista.

Essas experiências de fragmentação dos movimentos sociais, iniciada nos anos 90, nos levam à conclusão de que as vanguardas revolucionárias têm um papel fundamental no processo de transformação societária. São elas exatamente que podem orientar os movimentos sociais com um projeto estratégico de superação pela classe trabalhadora, buscando derrotar o imperialismo globalizado e transitar para a construção de um novo homem com uma nova sociedade, ou seja, a sociedade socialista.

Após estudar os movimentos sociais, analisamos a história da educação formal das pessoas com deficiência no Brasil e sua contribuição para a vida destes sujeitos.

A educação formal brasileira foi pensada para a classe dominante. Com a necessidade de educar jovens que pertenciam a classe explorada para o trabalho, o ensino foi utilizado como mais um dos instrumentos de reprodução ideológica do modo de produção capitalista. As pessoas com deficiência buscaram o acesso a educação formal seguindo o modelo dos institutos de internatos Europeus, onde estes sujeitos eram internados e excluídos do convívio social. Com a chegada do sistema Braille e da LIBRAS no Brasil, e ainda, considerando que haviam pouquíssimos institutos no país, as pessoas com deficiência começaram a reivindicar o direito de estudar nas escolas regulares. Após muita luta, estes sujeitos conquistaram o direito de frequentar o ensino regular em todos os níveis.

Os primeiros grupos organizados de pessoas com deficiência de que temos notícia foram criados já no modo de produção feudal, com um grupo de adivinhos. Esta organização contribuiu para que estes sujeitos ao saírem dos internatos, criassem outras associações com várias bandeiras de reivindicação do segmento.

As pessoas com deficiência buscavam com suas organizações mecanismos para o encaminhamento de lutas por emprego, melhorias de vida e combate às práticas discriminatórias.

No Brasil, as primeiras associações de pessoas com deficiência localizam-se no Rio de Janeiro no século XIX, congregando-se em torno de interesses eminentemente econômicos. As associações de cegos tinham como finalidade organizar os vendedores ambulantes, artesãos especializados no fabrico de vassouras, empalhamento de cadeiras, condicionamento de escovões de enceradeiras. Na mesma época, as pessoas surdas também criaram suas primeiras entidades, dando ênfase no esporte. Ou seja, com a expansão do capitalismo cresce o número de entidades de pessoas com deficiência no país. As principais bandeiras de luta do segmento é pela implementação de políticas públicas, o direito a educação de qualidade e ao acesso ao mercado de trabalho. Com a fundação de várias associações, ampliaram-se entidades com representação em todo o território nacional, dando condições para que outras entidades de pessoas com deficiência fossem fundadas nos estados e municípios.

Após analisar os condicionantes históricos do associativismo das pessoas com deficiência, centramos a pesquisa na trajetória de luta da associação Cascavelense de pessoas com deficiência visual (ACADEVI). Fundada como APADEVI - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - em 1989, a

entidade era dirigida pelos pais, professores da área da educação especial e alguns amigos de algumas pessoas com deficiência visual, não existindo nenhum membro com deficiência na diretoria da entidade. Em 1994 a APADEVI passou por uma transformação na sua concepção de entidade, e uma das alterações estatutárias foi a obrigatoriedade da participação das pessoas com deficiência nas tomadas de decisões. Após estas alterações, a ACADEVI começou a lutar para que o estado implementasse políticas públicas para o segmento, da mesma forma, que o Estado tem garantido políticas públicas para as pessoas sem nenhuma deficiência.

A luta pelos concursos públicos, ampliação de vagas no mercado de trabalho, o livro didático adaptado para os alunos da rede regular de ensino, o direito ao esporte e lazer, colocaram várias vezes as pessoas cegas e com baixa visão nas ruas no município de Cascavel para reivindicar estes direitos.

Outra contribuição da ACADEVI para o movimento das pessoas com deficiência se concretizou na criação do Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. A ACADEVI foi uma das principais entidades do segmento a concentrar esforços para unificar as entidades das pessoas com deficiência que estavam lutando de forma isolada, buscando acumular força pela ampliação dos direitos destes sujeitos.

O Fórum é composto por entidades de e para pessoas com deficiência, programas e serviços públicos que prestam atendimentos nessa área.

O Fórum, desde sua gênese, teve a preocupação de garantir a perspectiva de luta para defender e ampliar os direitos das pessoas com deficiência, compreendendo o papel que estes sujeitos têm nas reivindicações imediatas e históricas, para que as lutas travadas se materializem em conquistas e que as contradições durante as lutas contribuam na formação da consciência de classe dos seus membros.

Uma das primeiras lutas unificadas do Fórum foi para garantir o acesso ao trabalho dos sujeitos com deficiência. A cobrança pelo cumprimento da Lei n.º 8.213 de 1991, que reserva de 2% a 5% de cargos nas empresas com mais de 100 empregados, mobilizou várias entidades e culminou com a aprovação de lei municipal que obriga instituições públicas e empresas privadas a garantir o cumprimento da reserva de vagas para as pessoas com deficiência no município de Cascavel.

Outras mobilizações organizadas pelo Fórum foram as lutas pela aprovação da lei municipal que dispõe sobre normas e proteção e acesso aos prédios, ruas e locais de uso público e a luta para impedir que a prefeitura de Cascavel nos editais de seus concursos públicos exigisse teste de aptidão física para todos os candidatos.

Desta forma, a constituição do Fórum demonstrou, na prática, que a união das entidades é um importante instrumento na manutenção e ampliação dos direitos destes sujeitos.

Neste contexto de lutas, nesta pesquisa antes de investigar os elementos que contribuíram para a criação do PEE, entendemos necessário fazer uma breve análise histórica de como se constituiu a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, apontando algumas das lutas travadas para o processo de estadualização com a unificação das faculdades isoladas da região Oeste e Sudoeste do estado do Paraná, como uma universidade pública gratuita e de qualidade. Entendemos que recuperar esta história é importante na medida em que é nesta instituição marcada por lutas que se inseriu o PEE.

A luta pela estadualização teve início com os estudantes e, posteriormente os funcionários e professores das faculdades isoladas incorporaram-se ao movimento, e, em seguida, foi a vez de vários movimentos sociais da região se unirem para ampliar as mobilizações e garantir a autorização e financiamento da universidade pública.

O período com maior intensidade nas lutas ocorreu entre os anos de 1980 a 1986, com a bandeira de unificar as faculdades isoladas e transformá-las em universidades públicas gratuitas e de qualidade. Após intensas manifestações, a região Oeste conseguiu fazer com que o governo estadual encaminhasse mensagem para a Assembleia Legislativa, propondo projeto lei, pela criação da Universidade no Oeste do Paraná. Mas, o que foi possível naquele momento, foi a estadualização com a unificação das faculdades isoladas.

Após a aprovação da criação da UNIOESTE, iniciou-se o processo de luta pelo reconhecimento da universidade, que ocorreu em 1994. A primeira universidade no estado do Paraná a ser organizada de forma multicampi, localizada ao extremo Oeste paranaense, que congregou as faculdades isoladas da cidade de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Marechal Cândido Rondon e, posteriormente, Francisco Beltrão. Ainda em 2000, foi passado para administração da UNIOESTE, o hospital

universitário do Oeste do Paraná. Neste sentido, compreendemos que os avanços da UNIOESTE constitui a síntese das lutas travadas das entidades da região Oeste do Paraná.

No bojo destas lutas, foi criado o PEE que tem sua gênese a partir do ingresso de um acadêmico cego na instituição.

Com a necessidade de garantir o atendimento adequado para o acadêmico, a universidade após varias reivindicações da entidade representativa das pessoas com deficiência visual, criou o Programa para prestar atendimento adequado para o discente.

O Programa encontra-se organizado em forma de colegiado, composto por professores, funcionários técnicos administrativos e acadêmicos com deficiência. Além destes representantes da instituição, no seu regimento, está contemplada a participação das entidades das pessoas com deficiência, que participam do colegiado deliberativo com direito a voz e voto. Com estrutura própria em todos os campi da UNIOESTE, o Programa articula ainda o ensino, a pesquisa e a extensão, aproximando a comunidade externa da universidade.

O Programa tem como sua principal finalidade atuar na adaptação de textos para os acadêmicos matriculados na UNIOESTE, promover cursos de extensão em parceria com instituições ou programas da área da educação especial e constituir grupos de estudos, com objetivo de aproximar os sujeitos com deficiência da universidade.

Este trabalho desenvolvido pelo Programa tem a finalidade de contribuir com a construção de mecanismos para dar condições de apropriação dos conhecimentos científicos produzidos historicamente pela humanidade, objetivando a união entre teoria e pratica, ampliando a contribuição dos sujeitos com deficiência nas suas intervenções nos movimentos sociais para a luta da classe oprimida, buscando a superação do atual modo societário de produção.

Neste sentido, durante o percurso desta pesquisa, podemos concluir que os movimentos sociais das pessoas com deficiência do município de Cascavel tiveram um papel decisivo na luta pela criação e consolidação do PEE. As reivindicações que ocorreram para possibilitar que os acadêmicos com deficiência tivessem seu ingresso e permanência garantidos na universidade constituem o resultado da organização destes sujeitos, por meio das suas entidades representativas. Um desafio imposto para estes sujeitos com deficiência é a continuidade das suas

organizações para seguirem lutando pela manutenção e ampliação dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

ACADEVI. Associação Cascavelense de Deficientes Visuais. **Nove anos de história:** relatórios de atividades, cursos, encontros e seminários. Cascavel, 2003. (mimeo e arquivo digitalizado).

ACADEVI. Associação Cascavelense de Deficiência Visual. **Estatutos.** Cascavel: Cartório de Registros de Títulos e Documentos Marchesini Costa, 1994.

_____. **Estatutos.** Cascavel: Cartório de Registros de Títulos e Documentos Marchesini Costa, 2000.

_____. **Estatutos.** Cascavel: Cartório de Registros de Títulos e Documentos Marchesini Costa, 2005.

ANDRÉ, Maria Filomena Cardoso. **Fórum Municipal em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência:** uma reflexão sobre a concepção do direito presente nas suas lutas. (monografia do Curso de História da Educação Brasileira), Cascavel: UNIOESTE, 2006.

ADUNIOESTE - SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE (Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional). **INFORMATIVO n.º 01/2008.** Disponível em: <http://adunioeste.org.br/.../Informativo-Adunioeste-2008-01-Diretoria-da-Adunioeste-efenhttp://adunioeste.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Informativo-Adunioeste-2008-01-Diretoria-da-Adunioeste-defende-a-nomea%C3%A7%C3%A3o-do-reitor-eleito....pdf>. Acessado em: 27 Mar. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

APADEVI. Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais. **Estatutos.** Cascavel: Cartório de Registros de Títulos e Documentos Marchesini Costa, 1989.

BALBINOTTI, Vera Lúcia. **UNIOESTE:** O nascimento de uma universidade. (Monografia apresentada no Curso de Especialização em História da Educação Brasileira), Cascavel: UNIOESTE, 2005.

BERLAMINO, J. **O associativismo dos cegos brasileiro.** Cadernos Gesta, v.1, n.1, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.gesta.org/gesta01/indice.htm>>. Acesso em: 02 Abr. 2017.

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, L. e FREIRE, I. M. **Um olhar sobre a diferença:** interação, trabalho e cidadania. Campinas/SP: Papyrus, 1998.

BORBA, Vandiana e ROSA, Enio. Apontamentos sobre os movimentos sociais das pessoas com deficiência no Brasil. In: Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com necessidades Especiais - PEE. **Pessoa com deficiência na sociedade contemporânea:** Problematizando o Debate. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/509f2321d97cd2d20326b280052245a?OpenDocument&Highlight=1,constitui%C3%A7%C3%A3o&AutoFr> amed Acessado em: 02 Abr. 2017.

BRASIL, Presidência da República. **Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Brasília, Diário Oficial da União, 12 de dezembro de 1990. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm. Acessado em: 02 Abr. 2017.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991**. Brasília, Diário Oficial da União, de 25.7.1991 e Republicado no D.O.U. de 14.8.1998. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acessado em: 02 Abr. 2017.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Brasília. Diário Oficial da União, 21 de dezembro de 1999. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acessado em: 02 Abr. 2017.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.394-1996?OpenDocument. Acessado em: 04 Abr. 2017.

BRASIL. **Decreto legislativo n.º 186, de 09 de julho de 2008; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/congresso/DLG/DLG-186-2008.htm. Acessado em: 14 Mai. 2017.

BRASIL. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Brasília, 2010.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: decreto legislativo n.º 186, de 09 de julho de 2008: **Decreto n.º 6.949**, de 25 de agosto de 2009. - 4. ed., rev. e atual. Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Brasília, 2011.

BRAVERMAN. Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

BUENO. José Geraldo Silveira. **A educação especial nas universidades brasileiras**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2002.

CARVALHO, Alfredo Roberto. **As Condições de existência das pessoas com deficiência na história da humanidade**: as bases objetivas de sua exclusão social. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, Cascavel, 2003.

CARVALHO, Alfredo Roberto de; ROSA, Enio Rodrigues da; TURECK, Lucia Terezinha Zanato. Contribuições da ACADEVI para a Educação das Pessoas Cegas e com Visão Reduzida do Município de Cascavel. In: ORSO Paulino José, CASTANHA, André Paulo; SILVA, João Carlos da; CARVALHO, Marco Antônio Batista e PERES, Claudio Afonso (Org.). **Educação e História Regional: os desafios de sua reconstrução**. Cascavel: Coluna do Saber, 2008.

CARVALHO, Alfredo Roberto de. **Inclusão social e as pessoas com deficiência: uma análise na perspectiva crítica**. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2009.

CGN – Central Gazeta de Notícias. **‘Cascá’ é reeleito reitor da Unioeste**. Disponível em: <https://cgn.inf.br/noticia/154210/casca-e-reeleito-reitor-da-unioeste>.

COSTA. A. M. C. I. **A escola na República velha**. São Paulo. EDEC, 1983.

COSTA, Edmilson **Os movimentos sociais e os processos revolucionários na América Latina: uma crítica aos pós-modernistas**. Disponível em: http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3810:os-movimentos-sociais-e-os-processos-revolucionarios-na-america-latina-uma-critica-aos-pos-modernistas&catid=37:geral. Acessado em: 22 Mai. 2017.

CVI-Rio. **Nossa missão**. Disponível em: http://www.cvi-rio.org.br/nossa_missao. acessado em 14 Ago. 2017.

DECLARAÇÃO DE QUITO. Disponível em: <http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=5116>. Acesso em: 20 Abr. 2017.

DALGALO, Vanderlize S.; IACONO, Jane P.; SILVA, Dorisvaldo R. Da.; SILVA, Vera L. R. Da; TURECK, Lucia Terezinha Z. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) na UNIOESTE frente às novas demandas. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Educação Especial**, São Carlos/SP, 2016.

EMER. I. O. **Ensino Superior em Cascavel**. Cascavel, 2001.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FENEIS. **Estatuto da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos**. Disponível em: <http://feneis.org.br/estatuto/>. Acessado em: 14 Jul. 2017.

ONEDEF. **Estatuto da Onedef**. Disponível em: <http://onedef.blogspot.com.br/p/estatuto.html>. Acessado em: 29 Ago 2017.

FUNGHETTO, S. S.; FELIX, I. L. M.; CARVALHO, R. I. B. de (Org.) **A inclusão na educação superior: uma questão de responsabilidade social**. Brasília: Uniceub 2012.

FÓRUM. Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. **A pessoa portadora de deficiência e o município de Cascavel.** Cascavel, 1995.

FÓRUM. Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. **Editorial.** Cascavel, 1998.

FÓRUM. Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. **Propostas.** Cascavel, 2000.

FÓRUM. Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. **Documento para a imprensa.** Cascavel, 2002.

FÓRUM. Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. **Regimento Interno.** Cascavel, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais.** Edições Loyola, São Paulo: 1997.

HARNECKER, M. **Que es la sociedad.** Ciudad México: Nuestro Tiempo Editorial 1986.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira.** São Paulo: Ed. Thomson, 2003.

HOBBSAWN, E. **A era das revoluções: 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

IACONO, Jane Peruzo et al. Atendimento Educacional Especializado - AEE no ensino superior: criação da função transcritor-ledor. 6º Congresso Brasileiro de Educação Especial, UFSCar, 2014. **Anais do 6º Congresso Brasileiro de Educação Especial.** UFSCar, 1 a 4 de novembro de 2014.

JANNUZZI, Gilberta. **As políticas e os espaços para a criança excepcional.** In. História social da infância no Brasil. Organizador: Marcos Cezar de Freitas. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

JORNAL A CIDADE. **Força de vontade:** Deficiente Visual é Primeiro lugar na Unioeste. A CIDADE, 09 Fev de 1997.

JORNAL **BEM PARANÁ.** 03 Março 2008.

JORNAL **FOLHA DE LONDRINA,** 03 de Junho de 1997.

JORNAL **FOLHA DE LONDRINA.** 10 Outubro 2003.

JORNAL **GAZETA DO PARANA,** 25 de Maio de 2002.

JORNAL **GAZETA DO PARANA,** 23 de Setembro 2004.

JORNAL O PARANÁ. **Deficientes discutem acesso ao mercado de trabalho.** O Paraná, 17 out 1998.

JORNAL O PARANÁ, 23 de dezembro de 2006.

JORNAL O PARANÁ. **Interpretes Pela Justiça.** Disponível em: <https://www.oparana.com.br/noticia/interpretes-pela-justica.htm>. Acessado em 15 Abr. 2018.

KUIAVA, J. **Depoimento cedido em 22/09/05.** Cascavel, 2005.

LANCILLOTTI, S. S. P. **Deficiência e trabalho:** redimensionando o singular no contexto universal. Campinas: Autores Associados, 2003. (Coleção polêmicas do nosso tempo)

MANACORDA, M. A. **História da educação:** da Antigüidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: HUCITEC, 1984.

MARX, Karl. **Prefácio à contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Alfa mega, 1989.

MARX, K. **O capital:** Crítica da Economia Política. Vol. I. Livro I. Tomo I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista.** São Paulo: CPV, 2001.

MONTEIRO, Jéssica Oliveira. A relevância da formação política e humana para a potencialidade das lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: reflexões a partir de uma experiência de extensão universitária. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”.** Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v2_jessica_GI.pdf. Acessado em 20 Mar. 2017.

MORAES, Maria Célia Marcondes. **Recuo da teoria:** dilemas na pesquisa em educação. Texto publicado na Revista Portuguesa de Educação, Universidade do Minho, Portugal, vol. 14, n. 1, 2001.

ONCB **Organização nacional dos cegos do Brasil.** <http://www.oncb.org.br>. Acessado em 16 Ago. 2017.

PÁDUA, Cleuza Sebastiana Farias Santos de. **Cego, exclusão e classe:** reflexões iniciais. (Monografia apresentada no Curso de Especialização em Fundamentos da Educação), Cascavel: UNIOESTE, 2005.

PARANÁ. Diário Oficial. Casa Civil. **Lei 16.514/2010.** Dispõe sobre a Inclusão da Função de Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, no rol de funções da

Classe I, do cargo Único de Agente Universitário da Carreira Técnica Universitária das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES). Curitiba, 25 de Maio de 2010.

PASTORE, José. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. São Paulo: LTR, 2000.

PEE – Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Deficiência. **Sobre o PEE.** Disponível em: <http://www5.unioeste.br/portal/proex/programas/pee/sobre> Acessado em: 10 Jun. 2017.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: EDUSP / Queiroz, 1984.

PIZZETA, Adelar João. **A formação política no MST: um processo em construção**. In: OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año VIII, n.º 22, 2007.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 1992.

ROSA, Enio Rodrigues. **A educação da pessoa cega ou com visão reduzida: análise de alguns elementos**. (monografia do Curso de Fundamentos da Educação) Cascavel: UNIOESTE, 2005.

_____. A educação escolar das pessoas cegas ou com visão reduzida no Estado do Paraná. In: FIUZA, A. F; CONCEIÇÃO, G. H. **Política, Educação e Cultura**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2008. p. 11-32.

ROSA, Enio Rodrigues; ANDRÉ, Maria Filomena Cardoso. Aspectos políticos e jurídicos da educação especial brasileira. In: Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais – PEE (Org.). **Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos**. Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais - PEE. Cascavel: Edunioeste, 2006.

SAES, Décio. **Estado e Democracia: Ensaios Teóricos**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2ª ed., 1998.

SANTOS. Gelcir dos; SILVA. Paulo Miranda. **Atendimento de Apoio Educacional às Pessoas com Deficiência Visual no Município de Cascavel - Paraná**. Monografia apresentada ao Curso de Pós Graduação Lato-Sensu Habilitação em Educação Especial - Atendimento as Necessidades Especiais, do ESAP - Instituto de Estudos Avançados e Pós- Graduação e UNIVALE - Faculdades Integradas do Vale do Ivaí. Cascavel 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Vida independente**. SP: CVI Araci Nallin, 2003.

SILVA, Dorisvaldo, ROSSETO, Elizabeth, ROSA, Enio Rodrigues da, IACONO, Jane Peruzo e SILVA, Vera Lucia Rodrigues Ruiz da. Programa Institucional de Apoio à inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior. In: **PONTO DE VISTA**. Florianópolis, n.º 8, p. 55-74, 2006,

SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje.** São Paulo: CEDAS, 1986.

SILVEIRA BUENO, J. G. A produção social da identidade do anormal. In: FREITAS. M. C. (org.). **História Social da Infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: EDUC, 1993.

SPERANÇA. A.; SPERANÇA C. **Pequena história de Cascavel e do Oeste.** J. S. Imprensa Ltda. Cascavel, 1980.

TURECK, Lucia Terezinha Zanato. **Deficiência, educação e possibilidades de sucesso escolar: um estudo de alunos com deficiência visual.** Dissertação (Mestrado em Educação). Maringá/PR: Universidade Estadual de Maringá, 2003.

TURECK, Lucia Terezinha Zanato; SCHINDLER, Hélia Isolene Volkmann. Educação profissional: a pessoa portadora de deficiência no sistema público de emprego - Agência de Cascavel/Paraná. In: **III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial**, 1998, Foz do Iguaçu. Anais, Foz do Iguaçu, 1998.

UCC. União Cascavelense de Cegos. **Estatutos e Ata de fundação.** Cascavel: Cartório de Registros de Títulos e Documentos Marchesini Costa, 1984.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

UNIOESTE, CECA. **ATA N.º 008/2008 REUNIÃO ORDINÁRIA.** 28 Ago 2008.

UNIOESTE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 323**, de 21 de agosto de 1997. Aprova Projeto de Extensão intitulado “Programa Institucional de ações relativas às Pessoas Portadoras de necessidades Especiais”. Cascavel: CEPE/UNIOESTE, 1997. Disponível em: https://www5.unioeste.br/portal/arquivos/proex/pee/323_97_cepe_1_.pdf. Acessado em: 05 Jun. 2018.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 127**, de 10 de setembro de 2002. Aprova regulamento de Procedimentos para Ingresso e Permanência de Pessoas com necessidades Especiais na UNIOESTE. Cascavel: CEPE/Unioeste, 2002. Disponível em: https://www5.unioeste.br/portal/arquivos/proex/pee/0127_2002_cepe_1_.pdf. Acessado em: 05 Jun. 2018.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 319**, de 20 de outubro de 2005. Aprova regulamento do Programa Institucional de ações relativas às Pessoas com Necessidades Especiais - PEE. Cascavel: CEPE/Unioeste, 2005. https://www5.unioeste.br/projetos/pee/arquivos/319_2005_cepe.pdf. Acessado em: 05 Jun. 2018.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 209**, de 06 de outubro de 2016. Aprova regulamenta e normatiza a Estrutura Organizacional do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais da UNIOESTE. Cascavel: CEPE/Unioeste, 2016. Disponível em: https://www5.unioeste.br/portal/arquivos/proex/pee/209_2016_CEPE.pdf. Acessado em: 05 Jun. 2018.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.

VIGOTSKI, L. S. **Fundamentos de defectologia**. Tomo Cinco (Obras completas). Havana/Cuba: Pueblo y Educación, 1997.

XAVIER, M. E. S. P. e DEITOS, R. A. Estado e política educacional no Brasil. In: DEITOS, R. A. e RODRIGUES, R. M (Orgs.) et ali. **Estado, desenvolvimento, democracia & políticas sociais**. 1ª. ed. Cascavel, PR: Edunioeste: CAPES: Unioeste/GPPS/ Unicamp/FE/ PRAESA/ HISTEDBR/ LAPPLANE, 2006, 184p., p. 67-86.

WOOD, E. M. **Democracia Contra Capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

ZANARDINI, Isaura Mônica Souza. **A ideologia da pós-modernidade e a política de gestão educacional brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP – Faculdade de Educação, 2006. (tese de doutorado)

ZANETTI, Patricia da Silva. **Uma análise das políticas educacionais para as pessoas com deficiência visual no estado do Paraná**. 2017. 258 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.